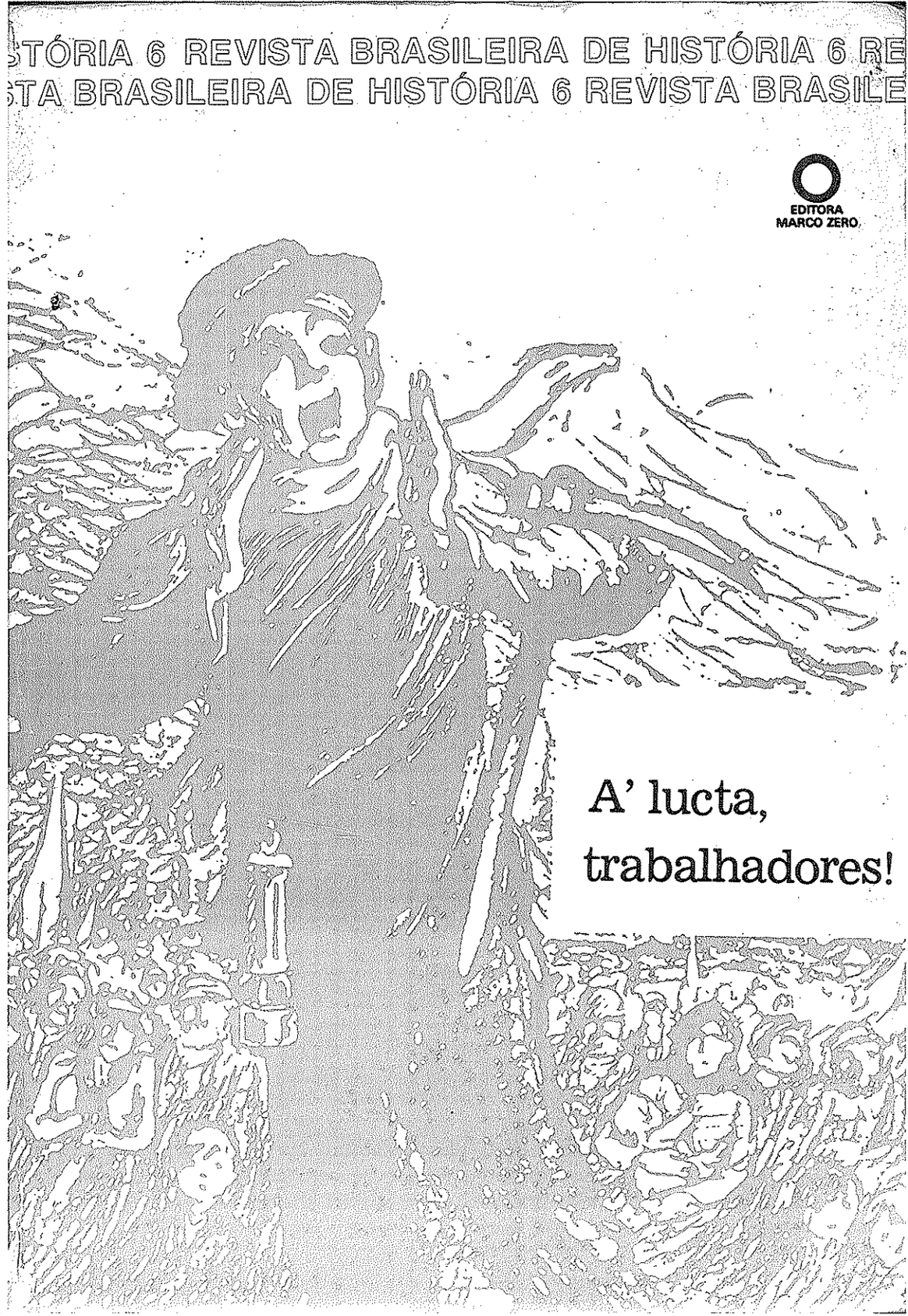
STÓRIA 6 REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA 6 RE
STA BRASILEIRA DE HISTÓRIA 6 REVISTA BRASILE

EDITORA
MARCO ZERO



A' lucta,
trabalhadores!

ISSN: 0102-2188

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA 6

| Revista Brasileira de História | São Paulo | 3 | 6 | set. 1983 |

DIRETORIA DA ANPUH (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA)

Presidente — Déa Ribeiro Fenelon
Vice-Presidente — Ruy C. Wachowicz
Secretária Geral — Raquel Glezer
1.° Secretário — Joana Neves
2.° Secretário — Philomena Gebran
1.° Tesoureiro — Holien Gonçalves Bezerra
2.° Tesoureiro — Adalgisa M. Vieira Rosário

CONSELHO CONSULTIVO

José Ribeiro Júnior
Caio César Boschi
Cid Teixeira
Ruth B. Moraes
Francisco C. Falcon
Sandra J. Pesavento
Janaína Amado
Virgínia Lima

Revista Brasileira de História
Órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários
de História — ANPUH

À LUCTA, TRABALHADORES!

Editora Marco Zero
1984

Revista Brasileira de História n.º 6

FUNDADORA: Alice P. Cannabrava
DIRETORIA: Edgar Salvadori de Decca
José Jobson de Andrade Arruda
Marcos Antonio da Silva

CONSELHO EDITORIAL: Alice P. Cannabrava — FEA/USP.
Carlos Roberto A. dos Santos — UFPR.
Maria Thereza Schorer Petrone — FFLCH/USP.
Michael Hall — IFCH/UNICAMP.
Anna Maria Martinez Correa — ILHP/UNESP (Assis).
Afonso Carlos Marques dos Santos — UFF e PUC/Rio de Janeiro.
Sílvia Petersen — UFRS.
Janaína Amado — UFGO.
Rosa Maria Godoy Silveira — UFPB.

ASSINATURAS PARA O EXTERIOR: Instituições — 40 dólares (2 números)
Individuais — 30 dólares (2 números)

CORRESPONDÊNCIA: ANPUH — Cx. Postal 8105 — CEP 05508 — São Paulo — SP

Capa de Nílton Mendonça com foto gentilmente cedida pelo Arquivo Edgard Leuenroth.

Copyright by ANPUH.

Este número está sendo editado com a colaboração do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), em co-edição com a Editora Marco Zero, Travessa da Paz, 15, Rio Comprido, Rio de Janeiro, CEP 20250, Telefone 273-2337.

ARTIGOS

TODAS AS MONTANHAS ATLÂNTICAS ESTREMECERAM

Peter Linebaugh
(State University of New York)

Ao largo da costa da Irlanda
Quando nosso navio passava por lá
Vimos uma fileira de pesqueiros
Gravados contra o céu

Ao largo da costa da Inglaterra
Enquanto flutuávamos nas espumas
Vimos um navio mercante das Índias
Voltando para casa.

"Seascape"
Langston Hughes

O tempo que destrói é o tempo que conserva,
Como o rio com sua carga de negros mortos, vacas, e gaiolas de galinhas,
A maçã amarga e a mordida na maçã.

"Dry Salvages"
T. S. Eliot

DENOMINEI ESTE ENSAIO DE "Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram" porque pretendo apontar para eventos profundos e hemisféricos que se originam abaixo da superfície das coisas e que não estão confinados a qualquer nação em particular, surgindo sim de todos os quatro cantos do Atlântico — América do Norte e do Sul, Europa e África. Presente no início do segundo livro do poema "Jerusalém" de William Blake, esta

é uma expressão das duas décadas revolucionárias de fins do século dezoito e início do dezenove, quando aqueles eventos estavam prefigurados em práticas sociais. Em seu profético poema, "América", publicado em 1793, ano em que os militares britânicos realizaram uma tentativa armada para esmagar Toussaint L'Ouverture e a rebelião de escravos dominicana, Blake visionava uma utopia Atlântica:

Naquelas vastas colinas aprazíveis entre a América e a Costa de Albion,
Agora cortadas pelo oceano Atlântico, chamadas colinas atlânticas,
Porque dos seus cumes brilhantes podeis passar para o Eldorado,
Um ancestral palácio, arquétipo de poderosos Impérios,
Levanta os imortais pináculos, construídos na floresta de Deus.

Blake interpreta as revoluções Americana, Francesa e Dominicana referindo-se ao antigo mito da Atlântida. Aquele mito teve vários significados. No *Timaeus e Critias* de Platão, a Atlântida representava uma grande ilha, cuja sociedade demiúrgica e patriarcal os atenienses conquistaram em tempos pré-solônicos. Quase dois milênios depois, no início do século XVII, Francis Bacon representou a Atlântida como um laboratório cerimonial e patriarcal, uma espécie de Los Alamos, onde a exploração da natureza era descrita com as imagens da conquista e rapina. Blake rejeitou as implicações de ambas as versões. A crença de que a terra teve anteriormente uma diferente distribuição de continentes e oceanos tornou-se a base para imaginar, não uma conquista lendária ou futura, mas sim um pacífico reino antiimperialista.

A percepção de Blake a respeito da contradição social expressava-se em declarações onde geografia, história, moralidade, geração sexual e mitologia mesclavam-se extraordinariamente num discurso que pode ser chamado de interdisciplinar, desafiando ao mesmo tempo o imperialismo e o empiricismo. Algumas linhas depois, o poema "América" continuava:

Deve o generoso tremer & deixar sua alegria para o inútil, para a pestilência,
que se escarnecem dele? Quem ordenou isto? que Deus? que Anjo?
Impedir o generoso da experiência até que os desalmados
sejam representantes incontroláveis das energias da natureza;
Até que a piedade vira negócio e a generosidade uma ciência
Com a qual os homens ficam ricos; e o arenoso deserto é dado ao forte?

As "Montanhas Atlânticas" oferecem uma mitológica sugestão da unidade e universalidade de uma humanidade dividida pela opressão, pela ciência como um meio de conquista, e por "leis" de economia política. Por contraste, a "nova Atlântida" de Bacon representava a síntese cristã e platônica do opressor, cuja intenção era criar uma sociedade para "a Ampliação das fronteiras do Império Humano, para a realização de todas as coisas possíveis". (1) "Os inferiores" não representavam nenhum papel e as mulheres beijavam a bainha das vestimentas dos homens. Bacon, o empiricista do imperialismo, e Blake, o profeta da humanidade sem classes, eram inimigos filosóficos assim como de classe. Bacon era um eminente e poderoso Lord Chancellor da Inglaterra, William Blake um artista pobre e humilde, que não obstante pôde escrever: "O Príncipe da Escuridão é um cavalheiro e não um Homem: ele é um Lord Chancellor." A "Atlântida" de Bacon teve pronta execução com a fundação da Sociedade Real (1660), o cume do cosmopolitismo científico da Era do Mercantilismo. As visões de Blake da destruição e redenção atlântica foram produtos da Era da Revolução e pertencem desde então a uma tradição clandestina que entretanto estabeleceu seus laços com correntes do "internacionalismo proletário".

I

Thompson e Hobsbawm

Uma destas correntes blakianas se insinuou no Grupo de História do Partido Comunista que se reunia na Inglaterra ao final da década de 40 e início de 50 e ao qual tanto Edward Thompson como Eric Hobsbawm pertenciam. Duas das mais importantes produções deste grupo foram *The Making of the English Working Class* (1963) de Thompson e o ensaio de Hobsbawm "The Seventeenth Century Crisis". (2) Ao discutir aquele ensaio e compará-lo com o primeiro capítulo de *The Making*, poderei tanto definir o problema que quero levantar, como também sugerir algumas das condições para a sua solução, sem ter que esclarecer as obscuridades do Atlanticismo de Blake ou a concepção oposta delineada em "Nova Atlântida" de Bacon. Se isto parece um procedimento indireto desnecessário, como pode parecer dada a natureza colossal, para não dizer épica, dos temas envolvidos, ao menos tem-se a vantagem de situar o problema em uma tradição historiográfica reconhecível, que em sua época balançou a historiografia do mundo de língua inglesa.

1. Francis Bacon, *New Atlantis*, editado por G. C. Moore Smith (Cambridge 1929), 35, O Movimento Ecológico e William Leiss, *The Domination of Nature* (Boston 1972) oferecem a mais profunda crítica de Bacon.
2. E. J. Hobsbawm, "A crise geral da economia européia do século XVII", in Theo Santiago (org.) — *Capitalismo: transição*, Rio de Janeiro, 1976.

Em "Members Unlimited", o primeiro capítulo de *The Making of the English Working Class,* a organização e princípios da London Corresponding Society (1792) — tradicionalmente chamada de primeira organização política independente da classe operária na Grã-Bretanha —, são descritos e vinculados a um debate ocorrido quase 150 anos antes. Nesta época, em 1647, os representantes eleitos da soldadesca rasa confrontaram os "magnatas" do New Model Army de Oliver Cromwell num extraordinário debate acerca da teoria e prática da democracia.

> Porque na verdade eu penso que o ser mais pobre na Inglaterra tem uma vida para viver, como os grandes; e portanto, sinceramente, senhor, eu penso que é óbvio que todo homem que vai viver sob um governo deve primeiramente, pelo seu próprio consentimento, colocar-se sob aquele governo... Eu duvidaria que ele fosse inglês, caso duvidasse destas coisas. (3)

Ao apontar para a similaridade entre estes dois confrontos — "É a continuação do velho debate", Thompson escreveu, "as mesmas aspirações, temores e tensões estão lá" —, ele próprio contribuía para uma venerável tradição que encontra na experiência dos Niveladores o início da moderna democracia. Há um paralelismo entre uma tal invocação praticada desde pelo menos os tempos cartistas e a prática do século XVII de invocar o "Jugo Normando" que atribuía a origem da opressão e servidão à invasão de William, o Bastardo, em 1066. O paralelismo expressa um impulso nem tanto do "amor à tradição" inglês, embora certamente possam haver conotações nativistas nisto, como de uma persistente consciência de classe e orgulho extra-acadêmico na história de lutas prévias.

É claro, o paralelo não pode ser levado muito longe. O que eu quero ressaltar são as duas conseqüências deste modo específico de se colocar o problema. Primeiramente é a questão do internacionalismo. Em segundo lugar, a questão da tradição e continuidade. O objetivo em se fazer esta comparação ao longo de 150 anos foi manifestar desde o início a independência do debate inglês em relação à Revolução Francesa. Sem dúvida este capítulo e os seguintes foram bem sucedidos quanto a esta meta; o sucesso porém teve seus custos, sendo o mais importante deles o relativo abandono do contexto internacional, especialmente o Atlântico, para o crescimento e desenvolvimento da classe trabalhadora inglesa. Este problema, conforme demonstrarei, está intimamente ligado ao problema da continuidade. É um grande salto, estes 150 anos, das grandes assembléias de soldados esquálidos e determinados em Putney Heath à taverna Strand da

3. A. S. P. Woodhause, ed., *Puritanism and Liberty Being the Army Debates from the Clarke Manuscripts* (London 1951), 53.

Corresponding Society e o mundo esperançoso do artesão londrino. Ao fazer este salto, Thompson não ignora os anos intermediários. Quando o debate é retomado na década de 1790, ele ocorre "em um novo contexto, — com nova linguagem e argumentos, e uma diferente correlação de forças", escreveu ele.

Para explicar a "nova linguagem e argumentos", ele examina as complexidades de três tradições: a dos dissidentes da Igreja anglicana, a do "inglês nascido livre" e a da multidão do século XVIII. Embora cada uma delas tenha estimulado uma considerável investigação posterior, acredito que em linhas gerais as suas considerações a respeito destas tradições ainda resistem. (4) Elas não explicam porém a "diferente correlação de forças". Como isto exigiria uma pesquisa da vida material e do modo de produção, abandonar a investigação após considerar apenas as tradições religiosas, políticas e "subpolíticas" é algo obviamente inadequado à questão. Além disso estas não explicam, e nem o pretendem, a duração da pausa entre Putney e a L.C.S.

De fato, a história é mais do que uma discussão ou um debate. "A primeira premissa de toda a história humana é obviamente a existência de seres humanos. Portanto o primeiro fato a ser verificado é a organização física destes seres e a sua decorrente relação com o resto da natureza". (5)

É interessante que a partir de um campo conceitual bem diferente, Eric Hobsbawm viu-se às voltas com um problema parecido ao tratar do desenvolvimento econômico atrasado ou interrompido durante "a crise do século XVIII". Mas onde Thompson preocupava-se com a transmissão da tradição, Hobsbawm preocupava-se com o desenvolvimento econômico; onde Thompson se concentrou intensamente na experiência inglesa, Hobsbawm se estendia para além do Canal da Mancha e dos oceanos; onde a pedra de toque de Thompson descansa no passado com os debates de Putney, a de Hobsbawm assenta no futuro com a noção de "Revolução Industrial". Enquanto cada um escreveu com diferentes concepções implícitas acerca da mudança histórica, eles convergiram para este problema do desenvolvimento bloqueado.

"Por que a expansão do final do século XV e do XVI não desembocou diretamente na época da Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX?" perguntou Hobsbawm. "Em outros termos, quais eram os obstáculos do

4. As primeiras duas destas tradições atraíram menos atenção do que a terceira que foi bem abordada por E. P. Thompson, *Whigs and Hunters* (London 1975) e Doug Hay, et al., *Albion's Fatal Tree* (London 1975), e John Brewer, ed., *An Ungovernable People* (London 1980). Estas contribuições devem modificar as tradições ao menos no modo como elas ficaram implícitas em *The Making.*

5. Karl Marx, *The German Ideology* (Moscow 1968), 31.

desenvolvimento capitalista?" — A esta questão maior ele responde com uma exploração das contradições nos mercados interno, europeu e internacional. Estas inibiam o desenvolvimento da divisão social de trabalho, as oportunidades para a produção em massa, e a expansão do "comércio além do mercado local". Na Europa Oriental um grande número de produtores de gêneros de fato se retiraram da economia monetária. A diminuição da oferta dos metais americanos assinalou o fim do período das pilhagens coloniais e agravou uma depressão de preços de prolongadas conseqüências na Europa. O avanço de inovações técnicas foi interrompido. "Uma vez iniciado o declínio, um fator adicional certamente aumentou as dificuldades da manufatura: a alta dos custos do trabalho."

Nestas alturas, a classe trabalhadora, os produtores da riqueza social, as ordens inferiores, o proletariado (não é preciso ser pedante em nossa escolha de palavras) entram na "crise do século XVII", não como obstáculo ao "desenvolvimento capitalista" — observe-se bem isto —, mas como um custo e, então, um custo meramente acidental. De um certo modo esta forma de entrada tem alguma consistência, pois o modelo subjacente de desenvolvimento situa a esfera da circulação (troca, comércio e intercâmbio) acima da esfera da produção para explicar as mudanças. (6) Assim, a crise do século XVII foi uma crise de circulação.

Se neste artigo Hobsbawm é contrário a considerar o produtor, trabalho vivo, de qualquer outra forma a não ser como um "custo" para a manufatura, o mesmo não pode ser dito de seu enfoque relativo ao modo como o produtor se relaciona com as ferramentas ou instrumentos de trabalho e com as matérias-primas para a produção. É verdade que ele não entra nas conseqüências técnicas, sociais e políticas destas relações; porém quando ele escreve que "o maior feito da crise do século XVII é a criação de uma nova forma de colonialismo", ele está enfatizando a decisiva importância da *plantation*, a grande propriedade agrícola exportadora. Também se considerou o sistema de produção doméstica; outra vez, não com atenção às características dos trabalhadores assim organizados, mas ao contrário, como um dissolvente bem sucedido da organização corporativista da produção da guilda e daquelas relações rurais que efetivamente bloqueavam a infiltração da troca de mercadorias, o que Winstanley denominou de "a astuta Arte de Comprar e Vender".

Em resumo, podemos distinguir duas abordagens apresentadas por Thompson e Hobsbawm a dois problemas: o primeiro, a classe trabalhadora, e o segundo, a pausa aparente do desenvolvimento inglês nos finais do século XVII e início do XVIII. Thompson considerou o povo inglês como portador de uma tradição oposicionista, guardada dentro dele mesmo, modificada pela prática social, incitada por novas formas de opressão, e reemergente na década de 1790. Embora praticamente não sejam colocados quaisquer determinantes sociais ou materiais, a sua importância histórica é, por assim dizer, expressa em saltos blakianos da tradição literária popular, cujo poder é inegável mas cuja situação de fato na materialidade da vida internacional deixa-se de forma vaga. A visão de Hobsbawm em relação ao trabalho é apresentada indiretamente. Se para Thompson o corpo proletário apresenta-se como fala e mente, para Hobsbawm ele expressa-se como estômago e mãos. Para ele o trabalho forma inicialmente um mercado potencial e então a sua unidade aparece como "procura". Em seguida, ele aparece como um fator de produção, mas mesmo aqui a abordagem geral impõe as suas próprias limitações sobre como se considera aquele "fator". Apesar disso, esta abordagem ao menos nos conduz à produção e convida-nos a considerar a unidade que a troca ou o comércio estabelece entre modos de produção bem diferentes. Enquanto ele oferece a possibilidade de uma perspectiva atlântica ao problema inglês, há um objetivismo metropolitano e baconiano em sua concepção de trabalho vivo como aquela — conforme assinalou Walter Rodney —, em que ele marginaliza a exploração em massa dos africanos e índios americanos. (7) Quanto à demora no desenvolvimento, Hobsbawm pensa que "o passo tempestuoso do desenvolvimento econômico em fins do século XVII 'deveria' ter produzido a revolução industrial muito mais cedo", mas ele evita dar uma explicação para este atraso de tempo. Thompson menciona várias contingências que surgem da corrupção e venalidades encorajadas pelas classes proprietárias e dirigentes.

No restante deste ensaio discutirei o relacionamento entre as tradições radicais em curso que eram em grande parte inglesas e os modos de produção em constituição que eram na maioria atlânticos. Ao fazê-lo, estarei propondo que assim como a acumulação do capital internacional depende da exploração do trabalho atlântico, então "pausas" e "interrupções" no processo de acumulação são os resultados das oposições multifacetadas do trabalho vivo que fermentam no interior dos modos de produção e entre eles. Além disso, a interrupção da discussão iniciada tão promissoramente em Putney tomou uma forma em que as forças criadoras daquela discussão foram pulverizadas e espalhadas pelos quatro ventos. Estes levaram-nas em todas as direções. Elas recuperaram sua força em circunstâncias comple-

6. C. S. E. Pamphlet N.° 6, *The Labour Process & Class Strategies* (London 1976) contém artigos numa perspectiva que permite alguma integração dos vários conceitos de "classe trabalhadora" com base na economia, história do movimento operário e economia política.

7. Walter Rodney, *How Europe Underdeveloped Africa* (London 1972), 101.

tamente novas e retornaram em uma espécie de movimento dialético atlântico, cuja aparência pode ser descrita nas palavras que William Morris escreveu a respeito da revolta dos camponeses. (8)

> Os homens lutam e perdem a batalha, e aquilo pelo qual eles lutaram acontece apesar da sua derrota, e quando vem, acontece de não ser o que eles tencionavam, e outros homens têm que lutar pelo que eles pretendiam sob um outro nome.

Antes de retornar à batalha e à origem da discussão da democracia da classe trabalhadora no interior da Revolução Inglesa, "Eu devo" — como Critias disse a Timaeus, — "rogar por indulgência em razão da magnitude do assunto".

II

Além dos Debates de Putney

"Uma erupção espontânea da democracia", assim o professor Brailsford designou os debates. (9) Além dos argumentos teóricos, havia o cuidadoso trabalho de organização dos Niveladores por trás deles. Os representantes eleitos dos soldados, os "Agitadores" — como eram chamados —, proporcionavam ao mundo um novo tipo de liderança. A reunião foi convocada inicialmente para exigir pagamentos em atraso. Além disso, agitadores e soldados recusaram-se a ir para a Irlanda até que suas exigências fossem cumpridas e a questão do governo da Inglaterra resolvida. Portanto, aqueles grandes debates surgiram em meio a uma disputa salarial, um possível motim (tornou-se real dois anos depois) e um leve cheiro de uma luta antiimperialista. Este poder inimaginável, em primeiro lugar, para eleger representantes, em segundo, para forçar um debate com os magnatas, em terceiro para conseguir soldos, e quarto, para recusar serviço na Irlanda, teve vida curta, dois anos de duração, mas durou o suficiente para prover de uma memória assombrosa muitas gerações do estabelecimento militar inglês.

Não se teve sucesso para tomar o poder estatal: os cepos de decapitação e as forcas permaneceram propriedade dos magnatas, portanto, tem-se afirmado que as forças democráticas eram imaturas: uma coalizão de grupos confusos, dirigidos pela pequena burguesia radical. E como C. B. Macpherson demonstrou, a visão parlamentar ou política dos Niveladores era muito

8. William Morris, *A Dream of John Ball* (London 1886-87).
9. H. N. Brailsford, *The Levellers and the English Revolution* (London 1961).

menos abrangente do que se pode supor, porque o direito de voto defendido por eles estava muito aquém do sufrágio universal. (10) Contudo, por que deveríamos medir a importância de um movimento popular pelo critério *étatiste* de sua capacidade para governar? Se estas descobertas tenderam a minimizar a importância democrática do movimento popular em uma direção, a publicação de *The World Turned Upside Down* de Christopher Hill tendeu a expandi-la em outra. Esta obra mostrou como os *Seekers* e os *Ranters*, os "verdadeiros" Niveladores, assim como os Niveladores comuns, os *Muggletonians* e *Grindletonians*, os pregadores e profetas, os sonhadores e ativistas, pertenceram de fato a um amplo movimento que questionava todos os tipos de autoridade: da lei, do Rei, das escrituras, da propriedade, do patriarcado. Um destes "erros" identificados por Thomas Edwards em seu *Gangraena: Or, a Catalogue and Discovery of Many of the Errors, Heresies, Blasphemies and Pernicious Practices of the Sectaries of This Time* (1646) (11) era o comunismo, a crença de que "toda a terra é dos Santos, e deve haver uma comunidade de bens, e os Santos deveriam dividir as terras e propriedades dos Senhores e homens ricos". A tradição antinômica era reconhecível e difundida sem que estivesse confinada a uma seita em particular. Ela declarava em primeiro lugar que Deus não tinha outra existência a não ser em cada e todas as criaturas, em segundo, a moral e a lei formalizada são o resultado de uma maldição que foi levantada, e terceiro, a destruição da Babilônia e a construção de Jerusalém estão próximas. (12) Na sua forma mais exaltada, por exemplo os Ranters, o movimento expressava um comunismo ingênuo e um materialismo plebeu que advogava "beijos licenciosos" e "blasfemando à luz do dia, gloriosamente".

Além disso, o movimento antinômico era sério.

Ao se oporem à servidão interior como exterior, estes homens e mulheres tentaram praticar suas idéias em muitas experiências comunitárias, das quais a experiência dos Diggers na colina de St. George é a mais célebre. A etimologia das palavras "Digger" e "Leveller" indica que no final do século XVI estas eram designações para uma prática direta, anticapitalista: os primeiros desenterravam sebes, e os últimos nivelavam cercas. Eles pertenceram a um movimento que não deveria ser interpretado (como o foi pela historiografia da Segunda Internacional) como sendo dividido entre uma ala "econômica" e uma "política". É importante reconhecer

10. *The Political Theory of Possessive Individualism* (London 1962).
11. Part I, 153.
12. A. L. Morton, *The Everlasting Gospel: A Study in the Sources of William Blake* (London 1958), 34.

que tanto suas práticas como suas palavras apontavam para outra dimensão de poder popular além "da conquista do poder do Estado", especificamente a capacidade de recusar o servilismo inerente ao trabalho assalariado. Por que ir "com o boné na mão e os joelhos dobrados aos senhores e fazendeiros, suplicando e implorando para trabalhar com eles por 8d. ou 10d. por dia?" indagava um poeta Digger. "Aquele que não tinha terra devia trabalhar por pequenos salários para aqueles que chamavam a terra deles; e desta forma alguns foram elevados ao trono da tirania e outros esmagados sob o escabelo da miséria, como se a terra fosse feita para alguns poucos; não para todos os homens", disse Winstanley. "Israel não será empregado, nem dará emprego." Para os ingleses nascidos livres a sopa deve ser tomada já e não se poderia mais esperar por desenvolvimento econômico do que pelo milênio (13).

A tradição era muito mais rica do que pensávamos.

Os homens e mulheres da Revolução cultivaram mais rosas para o buquê da liberdade do que aquelas que uma tradição mais antiga da historiografia afixou em suas lapelas. E agora estamos em posição para dizer alguma coisa a respeito dos cultivadores daqueles objetos florescentes. Os grupos sociais que empurraram os oradores e a liderança do movimento radical consistiam de homens sem senhores, divididos entre estes grupos: 1) vagabundos e folgazãos, 2) a massa do proletariado londrino, 3) os sectários que podem ter sido pequenos proprietários, 4) a população itinerante de pequenos comerciantes, 5) os sitiantes e os posseiros de terras comunais e devolutas. Além desse tipo de classificação, podemos adicionar entre outras, uma regional "os rincões perdidos" ao oeste e ao norte — e uma ecológica — as áreas de pastagens e de matas cujas comunidades preservaram sua independência por muito mais tempo do que outras em zonas de cultivo. (14) Recentemente demonstrou-se que mesmo a mais geral e aparentemente abstrata das denominações tais como "povo" e "pobre" têm significados específicos, concretos. No século XVII cada uma delas denominava forças sociais distintas e antagônicas, a primeira estando associada com os camponeses ricos, os comerciantes e artífices e a última com uma massa maior daqueles expropriados de todas as formas de propriedade. (15) Nosso argumento não precisa depender da definição precisa das

13. Christopher Hill, "Pottage for Freeborn Englishman: Attitudes to Wage Labour in the Sixteenth and Seventeenth Centuries", in C. H. Feinstein, ed., *Socialism, Capitalism and Economic Growth: Essays Presented to Maurice Dobb* (London 1967), Gerrard Winstanley, *The Law of the Freedom in a Plataform* (London 1652) reimpresso em George Sabine, ed., *The Works of Gerrard Winstanley* (London 1941).

14. Christopher Hill, *The World Turned Upside Down* (London 1972).

15. Ver Christopher Hill, "Parliament and People in the Seventeenth Century England", *Past & Present*, 92 (August 1981) e Conrad Russel, *Parliaments and English*

estratificações no interior destes grupos. Estamos interessados em sua fluidez e dinâmica social que os põe em movimento. Além de não terem senhores, o que caracterizava estes grupos era a sua mobilidade, sua liberdade e sua independência.

Neste ponto acredito que deva ser acrescentada à visão a que chegamos — ou seja, líderes pregando, publicando, reivindicando as tradições radicais *aqui*, agrupamentos sociais cuidadosamente definidos ouvindo e recebendo as tradições antinômicas *lá* —, a natureza recíproca desta interação. Isto nos permitirá examinar, independentemente do destino das tradições intelectuais específicas, tais como as dos Familists e Anabatistas e por trás deles os Lollards, as experiências das massas voláteis que em primeiro lugar os fizeram nascer.

III

Autolycus e a Contradição da Acumulação Primária

O ALFA E ÔMEGA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA consiste no encontro de dois tipos de proprietários de mercadorias: por um lado, o possuidor dos meios de produção e meios de subsistência, e por outro lado, trabalhadores livres, os vendedores da sua própria força de trabalho. Isto pressupõe porém a completa separação dos trabalhadores de toda a propriedade que lhes permita realizar seu trabalho. No século XVI a acumulação primária consistia na separação do produtor de seus meios de produção: "a sua expropriação", escreveu Marx, "foi escrita nos anais da humanidade em letras de sangue e fogo". O processo realizou-se mediante a abolição dos exércitos particulares e súditos feudais, a dissolução dos mosteiros, a extinção de frades itinerantes, padres doadores de indulgências em troca de bens e pedintes — frutos do sistema medieval de caridade, e, finalmente, o cercamento de terras cultiváveis, o despejo de pequenos camponeses e o deslocamento de arrendatários rurais conduziu mais direta e profundamente à produção capitalista. (16)

Politics 1621-1629 (Oxford 1979), C. L. R. James escreveu: "Agora, um dos maiores erros do pensamento é continuar a pensar em um quadro de formas, categorias, idéias etc., quando o objeto, o conteúdo, avançou, criou ou estendeu as premissas em termos de um desenvolvimento do pensamento" e de novo, "é do ajustamento às categorias finitas no pensamento e ação que se origina toda a falsidade". *Notes on Dialectics: Hegel, Marx, Lenin* (London 1980), 17,16.

16. Karl Marx, *Capital*, ed. Dona Torr, vol. I, capítulo 26, "The Secret of Primitive Accumulation".

"O conceito de trabalhador livre contém o miserável", Marx escreveu.

Já está contido no conceito de trabalhador livre que ele é um *miserável: um miserável virtual*. De acordo com suas condições econômicas ele é meramente capacidade viva de trabalho, por isso provido das necessidades da vida. Necessidades de todos os lados, sem as objetividades necessárias para se realizar como capacidade de trabalho. Se o capitalista não precisa de seu trabalho excedente, então o trabalhador não pode efetuar o seu trabalho necessário; não pode produzir suas necessidades.

Deste modo o proletário e o miserável são os dois lados mesmos do processo de expropriação ou "acumulação primária". É preciso repetir isto e deixar em aberto a questão da interrelação entre os tipos de luta que surgiram entre estes dois momentos da existência do trabalhador livre; devemos observar aqui que a abordagem de Marx visa criticar a economia política, o que tem suas limitações. O mais importante destes limites são os grilhões ideológicos da economia política que acorrentam a compreensão do trabalho vivo ao muro do desenvolvimento capitalista. Assim, o miserável ou "população excedente" é entendida ora como o recipiente passivo de esmolas ("se ele consegue obter as necessidades da vida, é apenas porque lhe jogam esmolas das rendas dos outros"), ora como incluído nas "correntes transbordantes de miséria humana", para citar C. H. George. (17) No século XVI, contudo, há uma poderosa história da atividade autônoma do proletariado que não pode ser compreendida dentro dos limites destas noções geralmente passivas.

Incapazes de encontrar emprego vantajoso, sem terra, crédito ou ocupação, este proletariado inicial era jogado nas estradas e caminhos, onde ficava sujeito à crueldade implacável de um código criminal e trabalhista tão severo e aterrorizante como nunca antes houvera na história moderna. Este foi o período da criminalização de todas as formas de trabalho necessário fora do âmbito da produção do valor excedente. No século XVI foram criados os principais estatutos contra o latrocínio, roubo e furto. Eles correspondiam à nova concepção capitalista de propriedade. Ao mesmo tempo a classe dominante inglesa procurava ensinar uma lição exemplar, mediante a pedagogia do racismo e do genocídio. Um povo errante, nômade, os ciganos, (18) oferecia um exemplo de vida sem terra ou senhor. Eles trouxeram a dança de Morris para a Inglaterra e transmitiram uma

17. Karl Marx, *The Grundrisse: Foundationes of the Critique of Political Economy*, traduzido por Martin Nicolaus (New York 1973), 604, C. H. George, "The Origins of Capitalism", *Marxist Perspectives*, 3 (1980), 77.

18. *Journal of the Gypsy Lore Society* e Jean Clébert, *The Gypsies*, traduzido por Charles Duff (London 1967).

imagem de liberdade. Ameaça, prática astuta e uma idéia de irmandade andarilha são sugeridas por três palavras romanis, "cosh", "gyp" e "pal". As leis contra os ciganos eram terríveis: confisco de mercadorias e bens móveis, banimento e nenhuma defesa legal. Por um Decreto da Rainha Maria, permanecer na Inglaterra mais que um mês tornou-se uma ofensa capital. Um Decreto da Rainha Elizabeth ampliou as leis anteriores a fim de incluir aqueles que "com uma certa imitação na fala ou no comportamento" fingem ser egípcios, ilustrando o mais profundo temor da dissimulação.

Podeis ir para a prisão?
Podeis catar gravetos?
Podeis se sentar sob uma sebe?
Podeis tocar violino?
Muito bem, cigano!
Bate na cara dele —
Deus me proteja!
Sabes lutar bem.

Este documento vem de uma época um pouco posterior, mas por nos mostrar algo da sabedoria cigana para sobreviver pode indicar o que outros poderiam aprender com eles.

As lei contra a vagabundagem fornecem-nos um índice ao estilo de Foucault do crescente ataque à pessoa corpórea. Sob Henrique VIII, um vagabundo podia ser açoitado, ter as orelhas decepadas, e ser enforcado; sob Eduardo VI, ter o peito marcado a ferro com a letra "V" e escravizado por dois anos; sob Elizabeth I, açoites e banimento para o serviço das galés e a Casa de Correção. O código criminal elaborado sob Eduardo VI não era muito menos violento contra os sem propriedade e o que Autolycus chamou de "gatunos de ninharias sem importância". Do mesmo modo, o Estatuto dos Artífices e a Lei dos Pobres eram grandes esforços legais para impor o trabalho aos pobres. (19)

Cruel, abrangente e implacável como era esta legislação, ainda que muitos fossem enforcados anualmente (centenas) ou ainda que muitos homens sem senhor fossem detidos para as investigações oficiais que periodicamente aterrorizavam a população (milhares), o proletariado conservou sua independência, intransigência e esperteza. Podemos vê-lo nos panfletos dos ladrões de coelho de Thomas Dekker e Robert Greene. Ele enfurecia aquele senhor de Dent, Thomas Harman, cujo *Caveat for Common*

19. Este parágrafo e o seguinte devo a A. V. Judges, ed., The Elizabethan Underworld: *A Collection of Tudor and Early Stuart Tracts and Ballads* (London 1965) e sua excelente introdução. Gamini Salgado, *The Elizabethan Underworld* (London 1977) também pode ser útil.

Cursitors fornece, apesar de suas intenções, tantos exemplos cotidianos de vitórias da inteligência sobre a força bruta da autoridade (semelhante neste sentido às expressivas estórias de truques e ardis da tradição escrava). Nos glossários de gíria ou na fala de ladrões encontramos um genuíno *dramatis personae* daqueles que rejeitam o trabalho assalariado:

the Abraham-man — mendigo itinerante que perambulava pela Inglaterra nos séculos XVI e XVII, em geral simulando insanidade a fim de obter esmolas;

the palliards — vagabundos que dormiam sobre palha e também mendigos que simulavam terríveis feridas, nos séculos XVI a XIX;

clapperdudgeons — *

whipjacks — mendigo que finge ser um marinheiro desamparado por ter sofrido um naufrágio;

dumerers — mendigos que se faziam de mudos;

files — batedores de carteira (de meados do século XVII a XIX);

dunakers — ladrões de gado, especialmente de vacas (de finais do século XVII até início do século XIX);

cursitors — vagabundos de meados do século XVI;

Roberds-men — membros de um bando de vadios saqueadores, como Robin Hood;

swadlers — aqueles que não apenas roubavam e batiam, como também matavam viajantes;

prigs — gatunos; rei dos ciganos; e também ladrão notável ou importante (do século XVII até início do XIX);

anglers — ratoneiros que com varas curvas roubavam através de janelas e portas abertas (de meados do século XVI até XIX);

fraters — mendigos que agem com documentos falsos, especialmente com uma petição (do século XVI ao XX);

rufflers — mendigos que fingem ser marinheiros ou soldados mutilados (do século XVI ao XIX); atualmente o termo significa fanfarrão, brigão;

bawdy-baskets — vendedores, em geral mulheres, de literatura obscena, baladas, alfinetes e fitas, mas que viviam em grande parte do roubo;

autem-morts — mulheres casadas (século XVII e XVIII);

walking-morts — vagabundas (de final do século XVI a XIX); e prostituta de rua (século XX);

doxies — prostitutas de mendigos (século XVI a XVIII);

* Os tradutores lançam um desafio: quem descobrir o significado dessa palavra receberá gratuitamente o próximo número da revista.

dells — jovens (de meados do século XVI a início do XIX); e, também, jovens libertinas (do século XVII a início do XIX).

À frente de todos eles estava o "homem honesto" de quem Harmon escreveu: "desta série turbulenta de velhacos, alguns são criados, artesãos e trabalhadores rurais desempregados. Estes, não se preocupando em ganhar a vida com o suor de seus rostos, mas fugindo de todo tipo de sofrimento, sairão vagando com seus modos pecaminosos através de grande parte dos condados deste reino". O estudo de A.L. Beier a respeito dos vadios confirma o que se sugere aqui, isto é, que esta população itinerante consistia de homens que em sua maioria tinha tido profissões definidas. Em relação aos criados e trabalhadores ele observa, além disso, a predominância de tecelões e fornecedores de alimentos. O fluxo entre empregos casuais (estes aumentaram muito com o crescimento do sistema de produção doméstica) e a vida na estrada era tão rápido e fluido que é vã a tentativa de fixar um homem ou uma mulher em qualquer categoria social naquela corrente turbulenta e veloz.

"Meu pai me deu o nome de Autolycus; ele foi parido como eu sob Mercúrio, foi também um gatuno de ninharias sem importância. Com dados e rameira eu adquiri este adorno e o meu ganho é o tolo embuste". Ele era um estranho para as relações familiares e de *status* que estavam sendo ensaiadas em *The Winter's Tale* (1611?). Ele faz a sua entrada vigorosa, subversiva e antipática à ordem que a Renascença desejava. Seu deus é Mercúrio, o antigo deus das estradas e patrono dos ladrões e comerciantes. Sem um lugar fixo na hierarquia social imaginada, Autolycus vagueia pela peça com uma diversidade de disfarces, entrando e saindo, comprando e vendendo. Como seu contemporâneo Nicholas Jennings, ele era um mestre em disfarces e acredito que para as muitas artes de se sobreviver e se virar deveríamos acrescentar o poder de aparentar ser o que não se é, dentre as características da pele grossa, castigada e calejada do proletariado inglês. Que estas artes poderiam causar contradições sociais explosivas, possivelmente virando o mundo de cabeça para baixo, é o que sugeriu a profecia de Merlin, proferida pelo Bobo em *King Lear* (1607):

Quando os padres só falarem o que exalte
Cervejeiros não puserem água no malte
As damas ensinarem honra às freiras
Homem de bem não ficar engalicado
Só ficarem os que andam com as rameiras
Não houver cavalheiro endividado
Nem escudeiro vivendo na miséria
Todo processo for bem processado
Não existir intriga deletéria

Nem amigos do alheio no mercado
Avarentos contarem o dinheiro à luz do dia
Decaídas e devassos não estiverem
No mais alto grau da hierarquia
Aí este reino de Albion
Vai ser só o que é bom
Será esse o tempo, quem viver verá,
Em que para andar os pés se usará.

A classe dirigente tinha seus planos para evitar esta "confusão" do mago; pretendia pôr suas mãos naquele tipo ardiloso, o vagabundo e folgazão.

"Oh, o que é este folgazão e vagabundo?" pergunta o sociólogo. "Ele deve ser excluído inteiramente da tipologia da ocupação?" sugere o novo historiador social. "Não é ele meramente o antepassado do lumpenproletariado reacionário?" insinua o marxista. Quando Sir John Popham, presidente do Supremo Tribunal do rei entre 1592 e 1607, magnata de Somerset e terror de todos os homens honestos, dispôs-se a tratar da questão como autor do Decreto sobre a mendicância de 1597, não poderia ter feito melhor para os amantes da classificação. Ele registrou trinta diferentes tipos.

Estes se encaixam em cinco grupos principais. Primeiramente, há os mascates, marreteiros e vendedores de bugigangas, homens e mulheres cujas pequenas transações abasteciam o comércio da microeconomia proletária. Em segundo lugar, havia os dispensados ou feridos, ou disfarçados de dispensados e feridos, soldados e marinheiros, cujas atividades proporcionavam a base da macroeconomia expansionista. Em terceiro, os remanescentes da subestrutura da caridade feudal, cobradores de dízimos, vendedores de indulgência e mendigos. Os artistas da época, malabaristas, esgrimistas, menestréis, domadores de ursos dançarinos, atletas, artistas de entremezes, formavam o quarto grupo. Em quinto lugar, ao mencionar aqueles que fingem saber uma "Ciência de astúcia" como quiromancia, a adivinhação do caráter pelo exame fisionômico, as cartomantes e "pessoas que se autodenominam sábios", ele designava todos os que supriam os desejos intelectuais e filosóficos do povo, cujas idéias Dame Frances Yates e Keith Thomas nos ensinaram a tratar com respeito. Finalmente, o preâmbulo de Popham especificava,

Não tendo outro meio de vida para se manter, todas as pessoas errantes e trabalhadores comuns, sendo pessoas aptas fisicamente, acostumadas à vadiagem e recusando-se a trabalhar por salários razoáveis, tais como estão fixados ou são comumente pagos naqueles lugares onde tais pessoas habitam ou acontece de estarem por lá. (20)

20. A. L. Beier, "Vagrants and the Social Order in Elizabethan England", *Past and Present*, 64 (1974).

Portanto, encaixam-se dentro do significado estatutório de "folgazão robusto e mendigo" todos aqueles que rejeitam o trabalho assalariado, assim como aqueles cujas atividades abrangem a cultura, tradição e autocompreensão autônoma deste proletariado volátil, questionante e instável. Para a oposição *ideológica* ao trabalho assalariado, aqui está o indício da *experiência* da oposição. Ele proporcionou o solo no qual as tradições mais secretas, tais como o antinomismo, puderam encontrar um ambiente propício durante o inverno da repressão Tudor.

O transgressor primário do Decreto sobre Mendicância devia ser despido e açoitado até que suas costas sangrassem. Os que transgredissem pela segunda vez seriam banidos do reino, tendo início a política inglesa de banimento. Não deve surpreender o fato de que John Popham tivesse um interesse significativo na Virginia ou que a próxima geração de sua família desempenhasse um papel decisivo como magnatas puritanos no oeste da Inglaterra. (21)

IV

A Diáspora Atlântica

As tradições opostas às sujeições internas da ética de trabalho protestante e também às sujeições externas do trabalho assalariado, dispersaram-se do outro lado do Atlântico com uma face branca, assim como um século depois, transformadas por experiência nova, elas retornariam com uma face negra para ajudar a reavivar o movimento na Inglaterra. A dispersão da parte ativa do proletariado inglês deve ser vista como tendo dois lados: como o desembaraçar-se do perigo, "o combustível e substância da insurreição", e como a base de um novo modo de produção, a *plantation*. Robert Johnson expressou em 1609 esta interrelação com as seguintes palavras:

Duas pessoas são especialmente exigidas aqui, pessoas para fazerem *plantation* e dinheiro... Para a primeira, não temos dúvida, nossa terra abundando de enxames de pessoas desocupadas, as quais não tendo meios de trabalho para aliviar sua miséria ajuntam-se então em práticas obscenas e impróprias, portanto se não buscarmos alguns meios para o seu emprego no estrangeiro, devemos arranjar logo mais prisões e punições para as suas más condições. (22)

21. Judges, *Elizabethan Underworld*, 507 e David Underdown, *Somerset in the Civil War and Interregnum* (London 1973).
22. *Nova Britania* (1609).

Em geral a diáspora é dividida em termos de dois tipos de pessoas: aquelas que num certo sentido eram exiladas políticas, incluindo os sectários revolucionários, os Quakers, os rebeldes de Monmouth, os veteranos do New Model Army, os irlandeses, os presbiterianos escoceses, covernanters e uma massa maior de "apolíticos" que partiam como trabalhadores com obrigação de serviço por tempo determinado ou como criminosos deportados. (23) Esta distinção foi feita pelos fazendeiros de Chesapeake e tem sido rigidamente mantida pelos historiadores. Quero contra-argumentar que o agitador, o Ranter e o Folgazão, não tinham existências sociais tão mutuamente opostas. Na verdade eles compartilhavam de experiências comuns em relação aos seus inimigos como Popham, Cromwell ou Ireton, em suas andanças pelas estradas do país, na existência improvisada dos subúrbios londrinos e em suas viagens através do Atlântico.

Um estudo dos imigrantes de Chesapeake no século XVII mostra que, assim como os vadios e migrantes do século XVI, a maioria era solteira, jovem e masculina. Em geral eles vinham de regiões onde o negócio de tecidos estava em depressão ou onde a agricultura modificara-se expulsando os jovens, ou de Londres ou das áreas de desmatamento. O mesmo estudo afirma que estes "indentured servants" pertenciam às "camadas médias" da sociedade, mas as evidências a respeito não são convincentes. (24) A "data base" deste estudo (a expressão é apropriada em vista do empiricismo abstrato desta abordagem) consiste dos contratos de "indentures servants" de Bristol no século XVII. Estes descrevem um tipo de pessoa que estava longe das "camadas médias", se com este termo se quer dizer tanto o comerciante, cuja existência precedeu a "classe média" do século XIX, isto é, a burguesia, como o extremo mais rico daquela complexa hierarquia de ofícios que indiscutivelmente constituíram uma das estruturas da divisão social do trabalho. Ao contrário, eles eram "assalariados sem propriedade e trabalhadores por peça" (de acordo com o estudo do Dr. Buchanan Sharp a respeito da mesma área), cuja experiência anterior à emigração foi a de manifestações contra os cercamentos, os altos preços dos alimentos e a expropriação dos direitos comunais, além da participação na Insurreição do Oeste (Western Rising) e no movimento de "Club" da Guerra Civil. (25) Talvez fosse anacrônico remeter o "folgazão robusto e o vagabundo" com seus adornos "à la" Tudor à vida mais simples do século XVII. Talvez o *indentured servant* devesse tornar-se o novo universal concreto do proletariado inglês, pois ele ao menos (muito poucos eram mulheres) era um escalador das "montanhas Atlânticas". A nenhum dos termos, porém, pode ser atribuído o significado de "camada média". (26)

23. Abbot Emerson Smith, *Colonists in Bondage: White Servitude and Convict Labor in America 1607-1776* (New York 1947).

24. James Horn, "Servant Emigration to the Chesapeake in the Seventeenth Century", in Thad W. Tate and David L. Ammerman, eds., *The Chesapeake in the Seventeenth Century: Essays in Anglo-American Society* (New York 1979).

25. Buchanan Sharp, *In Contempt of All Authority: Rural Artisans and Riot in the West of England, 1586-1660* (Berkeley 1980), 3,158.

A burguesia, conduzida por Oliver Cromwell, inspirada por um deus calvinista e motivada por ambição e conquista, derrotou o movimento Nivelador e tudo o mais. Em conseqüência, ele foi odiado por muitos pobres, o que sabia e reconhecia: em uma de suas marchas pela cidade, comentou com seu acompanhante a respeito da multidão, "eles estariam mais barulhentos e também mais felizes, se você e eu estivéssemos a caminho da forca". O deus de Cromwell era um deus do trabalho e da conquista: da Jamaica, da Escócia, e o que não será esquecido, da Irlanda. De Dublin, em 1649, ele escreveria após a rendição de uma centena e tantos soldados irlandeses que fizera com que os oficiais fossem "golpeados na cabeça, e morto um soldado em cada dez, e os restantes embarcados para Barbados". (27) William Petty, que seguiu no trem dos rapinadores ingleses com seus equipamentos de agrimensura para que não houvesse queixas quando chegasse a hora de repartir o espólio, estimou mais tarde que 40.000 irlandeses foram deportados entre 1651 e 1654.

"Livrar o reino do peso de muitos mendigos fortes e preguiçosos, egípcios, prostitutas e ladrões notórios e ordinários e outros elementos dissolutos e licenciosos" era o objetivo do primeiro Decreto escocês de deportação. Nelson Algren em *A Walk on the Wild Side* resume a experiência da migração escocesa:

> Subjugar os desordeiros era o brado geral. Duque e barão, Lorde inglês e escocês, comerciante urbano, Igreja e Estado, pequenos e grandes proprietários de terra, formaram uma frente unida para praticar o bem. Quando um Linkhorn conseguiu finalmente escapar, fugindo de sua servidão escocesa para o admirável mundo novo,

26. Há poucas palavras com tantos significados na história da descrição da classe como os termos "labourer" (trabalhador), "skilled" (especializado), "unskilled" (não especializado), "middle rank" (camada média). Este não é o lugar para esmiuçá-los. É preciso porém observar que a mais recente discussão americana a respeito da experiência de classe da servidão contratada caracteriza-se pelo seu total fracasso em discutir os significados históricos destes termos ou pela qualidade tendenciosa de seus sentidos ideológicos sugeridos. O fracasso em fazê-lo proporciona um exemplo recente do que C. Wright Mills chamava "inibição metodológica". Implícito no tratamento dos termos por David Galenson há, por exemplo, um rígido modelo de "capital humano". Ver "British Servants and the Colonial Indenture System in the Eighteenth Century", *The Journal of Southern History*, 44 (1978).

27. Christopher Hill, *God's Englishman: Oliver Cromwell and the English Revolution* (London 1970).

a notícia o precedeu: Cuidado com um rapaz bárbaro sem clã pronto para qualquer coisa, sempre armado. Ele prefere lutar a labutar, beber a lutar, caçar mulheres a se embebedar ou batalhar: pode ser que tente todos os três simultaneamente.
O primeiro Linkhorn livre pisou a costa da Virginia e foi algemado rapidamente à servidão da lavoura em parceria. Às vezes isto não parecia exatamente justo.
Ao longo dos verões perfumados de tabaco da velha Virginia, os Linkhorns plantaram pouco e colheram menos ainda. Enquanto houvesse um continente de caça para ser possuído por quem assim o quisesse, eles não trabalharam na lavoura de ninguém por muito tempo.
Jovens ambiciosos e ferozes, eles não ansiavam nem por escravos nem por terras. Se um homem pudesse tocar violino melhor do que o proprietário de um milhar de acres, ele era o maior, embora não possuísse mais que uma choupana e um garrafão.

"Jovens ambiciosos e ferozes", *indentured servants*, Ranters banidos e rebeldes irlandeses: não eram o material para aquele maleável mercado de trabalho da última etapa do sonho mercantilista. Examinemos o que mais aconteceu a eles no lado ocidental do Atlântico. Henry Whistler escreveu a respeito de Barbados em 1654: "Esta Ilha é o monte de estrume onde a Inglaterra despeja o seu lixo: vadios e prostitutas e outras pessoas do tipo são as que em geral se trazem para cá." (28) Perrot, o Ranter que se recusou a tirar seu chapéu para o Todo-Poderoso, acabou em Barbados. O pregador das ruas e materialista panteísta, Joseph Salmon, foi para lá numa busca à moda Zen para "nada". De qualquer modo, nas fases iniciais os irlandeses assumiram a liderança na formação de quilombos com escravos africanos. O herói radical da classe servil foi Cornelius Bryan, um irlandês amotinado, conspirador e orador de maldições contra os fazendeiros.

Na costa oriental da Virginia, os anos que se seguiram à Revolução passaram por uma intensificação do trabalho (introduziu-se até o trabalho noturno no cultivo de tabaco) entre os ex-condenados, os veteranos no *New Model Army*, os irlandeses e os sectários. Doug Deal escreveu que a "violência física, o abuso verbal, operações tartaruga, sabotagem e fugas de *indentured servant* tornaram-se muito mais freqüentes depois de 1660". Havia vários locais onde quakers, renegados, heréticos, aventureiros, *indentured servants* e escravos, de ambos os sexos e todas as raças, podiam beber, fumar, farrear, brigar e tocar música. Em 1666 um escravo africano e um *indentured servant* inglês fugiram de suas respectivas fazendas. Antes de sair, o escravo cuidou, antes de mais nada, de levar o violino de seu senhor. (29) Pesquisas recentes concluem que a conspiração do Condado de

28. A. E. Smith, *Colonists in Bondage*.
29. Hilary McD. Beckles, "Rebelds and Reactionaires: The Political Response of White Labourers to Planter-Class Hegemony in Seventeenth Century Barbados", *The Journal of Caribbean History*, 15 (1981), Christopher Hill, *The World Turned Upside Down*.

Gloucester em 1663 e a Rebelião de Bacon em 1676 "convenceram a classe dos fazendeiros que não se poderia mais correr o risco de continuar a importar numerosos trabalhadores das Ilhas Britânicas". (30) Ainda em 1683 um jovem proprietário observava que a "Carolina e a Pensilvânia são o refúgio dos sectários e têm tal fama que os homens são mais facilmente induzidos a serem deportados para lá do que para as ilhas". (31)

Entre os soldados ingleses do *New Model Army* que capturaram a Jamaica, havia radicais. Alguns deles permaneceram, juntando-se aos piratas profundamente igualitários (e cruéis) que haviam estabelecido uma tradição mutualista e autônoma entre si, bem como em áreas de sua influência como Tortuga, o norte de Hispaniola e a Costa do Mosquito (Nicarágua). Depois que Henry Morgan se vendeu a Carlos II e ao Duque de York, a zona destes corsários avançou para o norte e leste em direção às Carolinas e Bahamas. Até que o ciclo da repressão iniciado por Walpole nos primeiros anos de sua gestão terminasse com eles, os homens e mulheres (Mary Read, Ann Bonney) que navegavam "Sob a Bandeira do Rei Morte", criaram uma vida social que era — conforme Marcus Rediker demonstrou claramente — coletivista, igualitária, antiautoritária, remetendo-se a Robin Hood e venerando a memória da revolução. (32) Christopher Hill escuta ecos de Milton e Winstanley em *A General History... of the Most Notorious Pyrates* (1724) de Defoe, que além de emitir aqueles sons era radicalmente contra o tráfico de escravos. (33) Em 1720, alguns piratas que navegaram no *Flying Dragon* estabeleceram-se em Madagascar. James Plantin era um deles. Conta-se que ele vivia num local que "batizara de Baía dos Ranters". (34)

Obviamente nem todos os migrantes transatlânticos, ingleses, irlandeses e escoceses eram sectários revolucionários e cismáticos. Porém, *alguns eram* e outros *haviam sido*. A forma organizatória e a coerência ideológica

30. Joseph Douglas Deal III, "Race and Class in Colonial Virginia: Indians, Englishmen and Africans on the Eastern Shore During the Seventeenth Century", tese Pn.D. não publicada, University of Rochester, 1981.
31. J. C. Jeaffreson, *A Young Squire of the Seventeenth Century* (1879), II, 61.
32. Exquemelin, *The Buccaneers of America* (1678), Steve Gooch, *The Women Pirates, Ann Bonney and Mary Read* (London 1978), Marcus Rediker, "'Under the Banner of King Death', The Social World of Anglo-American Pirates: 1716-1726", *The William and Mary Quarterly*, 3rd series, 38 (1981).
33. Christopher Hill, "Robinson Crusoe", *History Workshop: A Journal of Socialist Historians*, 10 (1980).
34. Public Record Office, "Information of Clement Downing, 1724", High Court of Admiralty, 1/55 f.79. Ranter Bay "Baia do Insurgente" é mencionada de novo em "Information of Charles Collins", H. C. A. 1/55, f.77.

que haviam desabrochado em formas históricas específicas na Inglaterra durante a revolução (ou antes disto) não poderiam ser mantidas do mesmo modo nos "Mundos Novos". Aqueles que, como os Quakers, conseguiram preservar uma aparência de continuidade organizatória, fizeram-no em parte às custas de um distanciamento tanto da herança revolucionária como da experiência de massa dos novos tipos de trabalho. Outros, como os primeiros Seekers e (mais notoriamente) os Ranters, eram avessos à organização e orgulhavam-se de continuar cavando como toupeiras o solo do trabalho livre. Já em 1646 um observador hostil escrevera: "Eles têm muitos segredos, ardis e métodos dos quais não sei nada, nem posso descobrir; há muitos rodeios e voltas da serpente, movimentos traiçoeiros em todas as direções os quais não consigo acompanhar." (35) Algumas das "voltas da serpente" podem ser recuperadas, senão direta, pelo menos indiretamente. Os Quakers, por exemplo, continuaram em contato com seus antigos progenitores, os Ranters e Seekers. John Burnyeat viajou para a Virginia em 1672 onde teve uma disputa com um "homem da quinta monarquia". Em 1680, Joan Vokins, uma Quaker que havia viajado pela Inglaterra, Irlanda, América e Índias Ocidentais, viu-se em apuros entre os Ranters, em reuniões gerais em Oysterbay e Rhode Island. (36).

Mesmo sendo um relacionamento hostil, podemos constatar que a tradição antinômica persistiu de um modo atuante e autoconsciente. Também continuou entre os Quakers, embora de uma forma marginal e suavizada. John Hepburn em *The American Defense of the Christian Golden Rule* (1715) enumerou várias "almas excelentes" que "saíram da velha Inglaterra e mantiveram sua integridade". Eles odiavam os fazendeiros que empetecavam "suas carcaças com cabelos penteados e empoados da moda, com golas de babados e enfeites de fitas na cabeça, *laços* e *rendas*". George Keith foi renegado pelos Quakers por escrever *An Exhortation and Caution to Friends Concerning Buying or Keeping of Negroes* (1693). Benjamin Lay, o vegetariano que morava numa caverna, tornou-se abolicionista. Ele apareceu num encontro dos Quakers em Filadélfia, vestindo um uniforme militar e com uma espada por baixo de sua escura roupa Quaker. Além disso trazia uma Bíblia oca na qual ele escondeu uma bexiga cheia de suco de caruru de cacho. Levantou-se durante a reunião, tirou as roupas

35. Thomas Edwards, *Gangraena* (1646), 41.
36. John Whiting, *Persecution Exposed, in some Memoirs Relating to the Sufferings of John Whiting, and Many others of the People called Quakers* (1714), 426-7.

de cima e declarou que "seria tão justificável, na opinião do Todo-Poderoso, vocês cravarem uma espada nos corações deles (dos escravos), quanto eu cravá-la neste livro". No mesmo instante furou o livro com sua espada, espirrando o líquido vermelho sobre os atônitos Quakers. Anteriormente ele havia sido um grumete e aprendera de primeira mão a respeito do tráfico de escravos. Em *All Slave-Keepers That Keep The Innocents in Bondage, Apostates* (1737), ele se insurgia contra os "Avarentos, Avarentos, Idólatras Mundanos". (37)

Deste modo, os derrotados, as vítimas, "tories" irlandeses, presbiterianos escoceses, Quakers, sectários, Ranters, Seekers e radicais — um antagônico conglomerado de origens lingüísticas, geográficas e culturais bastante diversas — encontraram-se participando de uma experiência de valorosa resistência frente aos mercadores e magnatas ingleses que os haviam desterrado para os confins do mapa. Lá eles compartilharam de uma experiência de sobrevivência em uma ecologia estranha, de uma nova forma de cooperação na *plantation* assim como da possibilidade de criar uma vida onde — conforme as palavras de Winstanley, "não haverá Reis Tirânicos, Senhores Feudais, Clérigos Cobradores de Dízimos, advogados opressivos, proprietários extorsivos, nada semelhante a tal sarça espinhosa em toda a Montanha sagrada de Nosso Senhor, nossa Retidão e Paz" (38). Foi a combinação de um meio-ambiente masculino, violência, aventuras igualitárias, ausência de discursos ideológicos e profusas esperanças que atraíram tanto Jack Kerouac e William Burroughs para este período (39).

V

"O extraordinário drama" e o inglês "pidgin"

A diáspora atlântica não foi bem sucedida em produzir uma base estável de acumulação capitalista ou uma solução para a "Crise do século XVII". Tampouco o foi o código sanguinário Tudor contra os vagabun-

37. Muitos dos textos da oposição inicial dos quakers à escravidão foram reimpressos por Roger Burns, *Am I Not a Man and a Brother: The Anti-Slavery Crusade of Revolutionary America 1688-1788* (New York 1977).
38. Winstanley, *The Law of Freedom in a Plataform* (1652).
39. *Moody Street Irregulars:* A Jack Kerouac Newsletter. Burroughs, em *City of the Red Night,* encara as piratarias do Capitão Misson como a antecipação perfeita do ponto de vista democrático radical de 1848.

dos, cuja indisponibilidade nômade e galhofeira para o trabalho assalariado constituiu-se numa causa decisiva e geralmente omitida da crise. Apesar das derrotas dos radicais e da vitória da burguesia militante, a Revolução Inglesa demonstrou alguns limites na exploração das pessoas e da terra. Estas foram as suas vitórias mais duradouras e universais. Daí para a frente o capitalismo inglês foi compelido para outras partes para encontrar pessoas cujo trabalho poderia ser explorado (Irlanda e África) e para terras cujos recursos poderiam ser explorados até a exaustão (Irlanda e América). De fato, as duas alas da burguesia inglesa estavam prontas para fazer as pazes nesta questão. Enquanto Cromwell ocupava-se num lado do Atlântico com a tomada da Jamaica, seu antigo adversário na batalha de Marsten Moor, Príncipe Rupert, ocupava-se do outro lado com os negócios da escravidão em Gâmbia.

Quando da Restauração da monarquia Stuart em 1660, o Príncipe Rupert ajudou a canalizar o dinheiro de seu primo (Carlos II) para o tráfico de escravos; concedeu privilégios à Royal Adventurers alguns meses depois que Carlos II desembarcou na Inglaterra; e contribuiu para derrotar os holandeses no mar, assegurando dessa maneira a costa africana para a Inglaterra. O irmão do rei, o Duque de York, marcou sua presença no tráfico ao exigir que os escravos tivessem suas testas marcadas a fogo com um "D.Y". A "clique" dos ministros do rei investiu maciçamente. O mesmo fez John Locke. Figura chave nos primeiros tempos foi George Downing. Em 1645 ele escreveu avidamente a respeito dos fazendeiros de Barbados, que estes "compraram este ano nada menos que mil negros e quanto mais compram mais habilitados ficam para comprar mais". Downing — a segunda pessoa formada em Harvard —, capelão naval, serviu a Carlos II em uma missão em Haia, cuja meta era provocar uma guerra pelo tráfico de escravos. Sua traição e servilismo foram recompensados com uma comenda de cavaleiro e sua avareza levou-o a construir através da especulação uma rua em Whitehall que ainda tem o seu nome. Estas são apenas indicações sórdidas a respeito da política de gabinete que se encaminhou para este tráfico. Deixemos o ângulo capitalista da história. (40)

"O drama mais espetacular dos últimos mil anos da história da humanidade é a deportação de dez milhões de seres humanos da beleza morena de sua terra natal para o recém-descoberto Eldorado do Oeste", escreveu

40. K. G. Davies, *The Royal African Company* (London 1957), capítulo 2, e também os vívidos documentos coletados por Michael Craton et al, eds., *Slavery, Abolition and Emancipation: Black Slaves and the British Empire* (London 1976).

W. E. B. Dubois. "Foi uma tragédia que fazia a da Grécia parecer mesquinha; foi uma convulsão da humanidade como a da Reforma e a da Revolução Francesa. Todavia somos cegos e comandados por cegos. Não percebemos nisto uma parte do nosso movimento operário". (41) São palavras que merecem ser ponderadas: o que é o "nosso movimento operário"? A história do movimento operário não pode mais ser escrita como o triunfo unilateral dos sindicatos, partidos políticos e movimento socialista. Também não pode ser escrita como apenas uma saga dos séculos XIX e XX; ela está presente no século XVI com o nascimento do modo de produção capitalista.

O que particularmente distingue o capitalismo das formações sociais anteriores ("selvagens", "bárbara", "rude" de acordo com a classificação do Iluminismo; "antiga", "oriental" e "feudal" conforme a classificação de Karl Marx) é ser ele sempre impulsionado a revolucionar o modo de produzir a vida material. Ao final do século XVII podemos distinguir quatro maneiras pelas quais o capital procura organizar a exploração do trabalho humano em sua combinação com os materiais e instrumentos de produção. (42) Estas são, primeiramente, a *plantation*, sob vários pontos de vista a realização mercantilista de maior importância; em segundo, a pequena produção como a do *yeoman*, e a do artesão bem sucedido; em terceiro, o sistema de produção doméstica que havia começado a tomar a forma da manufatura; e o modo de produção que ao nível da circulação unia os outros, mais precisamente, o navio. Como modos de produção quero considerá-los não como fontes de riqueza ou meios de criação de valor, nem como etapas de crescimento econômico, e menos ainda como maneiras de satisfazer os desejos humanos. Considero-os apenas como um quadro de interação humana, quadro que tanto conduz como molda a experiência humana. Com isso eles deixam de ser a infra-estrutura técnica da economia e passam a ser de fato "o reino público" da atividade autônoma da classe operária. Cada um deles organizava o trabalho humano de um modo diferente. Assim, a *plantation* proporcionou o primeiro lugar para a cooperação de massa na história moderna. A pequena produção permanecia como o cenário do individualismo independente e da auto-suficiência. A manufatura e o sistema doméstico de produção criou o trabalhador

41. W. E. B. Dubois, *Black Reconstruction in America* (New York 1935), 757.
42. Phillip Corrigan, "Feudal Relics or Capitalist Monuments? Notes on the Sociology of Unfree Labour", *Sociology*, 11 (1977).

fragmentado por tarefas, cuja "preguiça" tornou-se a maldição do economista político do século XVIII. O navio, cujo ambiente de atuação tornou-o tanto universal como *sui generis*, proporcionou o espaço onde a articulação de regras disciplinares e a proporção de capital variável para constante (homens para equipamentos) prefigurou a fábrica do futuro.

"Muito antes da Revolução Industrial do início do século XIX que desembocou no sistema de fábrica", escreveu um estudioso, "os marinheiros já trabalhavam sob muitas das mesmas condições que agora se tornaram tão bem conhecidas em relação à produção fabril; e embora os seus cenários fossem tão diferentes, que chegam a obscurecer ou esconder a semelhança, eles eram essencialmente os mesmos". (43) O grande investimento de capital, a divisão de trabalho, o disciplinamento e repetições, a vigilância estrita, o trabalho em grupos e o afastamento do lar são as características que a navegação tinha em comum com a fábrica. Os porões dos navios levavam o trabalho cristalizado das fazendas, das manufaturas e das oficinas para seus novos destinos. O convés balouçante e arfante era o palco instável sobre o qual o proletariado navegante e internacional contava suas estórias e procurava para si o seu papel histórico.

Não pensem na forma de cooperação entre estas comunidades atlântidas em termos do rígido "comércio triangular", como se fossem mercadorias que estavam cooperando ou como se a "demanda" na África pedisse à Inglaterra tecido de lã penteado, bonés vermelhos e bugigangas de Birmingham, e as Índias Ocidentais bradassem por "trabalho mais dócil", enquanto na Inglaterra a "demanda" dizia "mais açúcar, por favor". Pensar desta maneira significa esconder "nosso movimento operário" no fetichismo das mercadorias. Ao contrário, imagine a sua mão como um oceano e os dedos como os continentes: o dedo indicador é a Inglaterra, o dedo do meio é a África, o dedo anular são as Índias Ocidentais, e o mindinho é a América do Norte. Eles cooperam para construir uma imensa comunidade. O polegar associa a todos eles: é o navio. Ele se move e eis mares atravessados, doenças sofridas e perigo superado. Da cooperação dos indivíduos nestes modos de produção produz-se o triângulo, "um exemplo de acumulação planejada de riquezas tal como o mundo raramente viu", conforme escreveu C.L.R. James. (44)

43. Elmo Paul Hohman, *Seaman Ashore: A Study of the United Seamen's Service and of Merchant Seamen in Port* (New Haven 1952), 224. Aqui, como em outras passagens, fui muito estimulado pelos estudos de Marcus Rediker a respeito da navegação no século dezoito.

44. C. L. R. James, "The Atlantic Slave Trade", in *The Future in the Present* (London 1977).

O navio carregava trabalho cristalizado; e também levava trabalho vivo: navios de criminosos desterrados, de *indentured servants* e sobretudo de escravos africanos. O navio não era apenas o meio de comunicação entre os continentes, era o primeiro lugar onde os trabalhadores dos continentes se comunicavam. Todas as contradições do antagonismo social concentravam-se no seu bojo. O imperialismo era o principal. Quaisquer que fossem os pontos elevados que se sobressaíssem ao sol do imperialismo europeu, eles sempre lançavam uma sombra africana: não era apenas o taifeiro de Cristóvão Colombo que era negro — também seu piloto, Pedro Nino, era africano. O *Mayflower*, assim que desembarcou os famosos peregrinos, zarpou para as Índias Ocidentais com uma carga de gente da África. (45) Forçado pela magnitude de seus negócios a ajuntar grandes e heterogêneas massas de homens e mulheres a bordo dos navios para uma viagem de morte a um destino cruel, o imperialismo europeu também criou as condições para a circulação de experiências no interior das grandes multidões de trabalhadores que pusera em movimento. As pessoas conversam, afinal.

Os indivíduos apinhados nos negreiros falavam muitas línguas. Em 1689, o ano em que as duas facções da classe governante inglesa, sob a tutela constitucional de John Locke, aprenderam a falar a mesma língua, Richard Simson escrevia sobre suas experiências nos mares do sul:

> Os meios usados por aqueles que traficam na Guiné para manter os negros quietos é escolhê-los em várias partes do país, de diferentes idiomas; assim eles percebem que não podem agir em conjunto quando não têm a capacidade de se consultarem entre si, e isto eles não podem fazer na medida em que não se entendem. (46)

Para se comunicar eles tinham que desenvolver uma linguagem própria e muitas vezes esta era a linguagem do opressor. O inglês não era o do Dr. Johnson, era de Jack Tar, e Jack Tar — conforme disse Jesse Lemisch — era um boca suja que se exprimia com "todas as podridões da língua". Os marinheiros falavam "um dialeto e com uma entonação que lhes era peculiar", disse um escritor na *Critical Review* (1757). Ned Ward em *Wooden World Dissected* declarou que a linguagem de um capitão de

45. Michael Cohn and Michael K. H. Platzer, *Black Men of the Sea* (New York 1978).

46. British Library, "Richard Simons Voyage to the Straits of Magellan & S. Seas in the Year 1689", Sloane MSS. 86, f.57.

navio era "grego para os outros". Um estudioso dos diários de bordo dos navios do século XVII demonstrou em 60 páginas densas como a fonética marítima era muito diferente da de um habitante de terra firme. (47) O que talvez mais impressione nos glossários marítimos do século XVIII seja aquilo que é deixado de lado. Em geral são manuais de instrução técnica e disciplinar. (48) Às vezes porém eles aludem a outros mundos como estes:

quashee ..... um marinheiro negro
manany ..... alguém que adia trabalho
Captain's cloak ..... o 36.° artigo de guerra que dá poderes ao capitão de punir em casos não expressamente previstos.
Fildlers Green ..... o paraíso para os marinheiros que morrem em terra.

O professor Louis-Jean Calvet fez um estudo das "línguas veiculares" tais como o Sabir dos marinheiros mediterrâneos, o Mandingo da África Ocidental, o Swahili da África Oriental, o Quichua dos Andes e outros. A partir destes estudos ele conclui:

> Com efeito, mais do que considerar a língua como um instrumento de comunicação, podemos considerá-la antes como o produto de uma necessidade de comunicação, ou seja, como a resposta a uma situação na qual os homens têm um problema de comunicação e a resposta (no caso, a língua) toma a forma de um instrumento de comunicação, é a resposta lingüística a este problema: eles estão ligados dialeticamente. (49)

"O drama mais espetacular dos últimos mil anos da história da humanidade" não foi apresentado com suas estrofes e prosódias já prontas. Ele criou uma nova fala. Uma combinação do inglês náutico, em primeiro lugar "sabir" do Mediterrâneo, em segundo, mais o calão hermético do "submundo", em terceiro, e finalmente, a construção gramatical da África Ocidental, produziram o "inglês pidgin" que se tornou nos anos tumultuosos do tráfico negreiro a linguagem da costa africana.

Os lingüistas descrevem este *pidgin* como uma linguagem "intermediária", o produto de uma "situação de linguagens múltiplas", caracterizada

47. William Matthews, "Sailor's Pronunciation in the Second Half of the Seventeenth Century", *Anglia: Zeitshrift für Englische Philologie*, 59 (1935), 193-251.
48. William Falconer, *An Universal Dictionary of the Marine* (1769).
49. Louis-Jean Calvet, *Les Langues Véhiculaires* (Paris 1981), 74, 76.

por uma "simplificação radical". "Ela surgiu de fato para permitir uma comunicação até então impossível", escreveu Calvet. Era uma fala cujo poder expressivo provinha menos de sua extensão léxica do que de suas qualidades musicais de ênfase e diapasão. Algumas contribuições africanas ao inglês marítimo e que se tornaram depois "de uso corrente" incluem "cambada", "bater as botas, esticar as canelas", "o fundo do mar". (50) Onde quer que as pessoas tivessem que se entender, o inglês *pidgin* era a língua corrente do mar e da fronteira. Como todos os que vinham para o Novo Mundo o faziam após meses no mar, o *pidgin* ou os seus análogos marítimos e populares tornaram-se o veículo de transmissão para expressar as novas realidades sociais. Em meados do século XVIII havia comunidades de fala *pidgin* em Filadélfia, Nova York e Halifax. Em 1722 Philip Ashton foi interrogado por alguns piratas "em seu dialeto peculiar... Se eu assinaria suas cláusulas" (51). O *pidgin* tornou-se um instrumento, tal como o tambor ou o violino, de comunicação entre os oprimidos: desdenhado e dificilmente inteligível pela sociedade "educada".

Estimou-se que em finais do século XVIII um quarto dos componentes da Marinha Real consistia de homens de origem africana, um número surpreendente mas mesmo assim considerado implausível pelo professor Walvin. (52) Talvez não se possa considerar o navio campo de criação de rebeldes, contudo é evidente que ele se tornou um local de encontros, onde se apinhavam várias tradições, numa estufa de internacionalismo de extraordinário vigor. O africano, bretão, *quashee*, americano (para não mencionar o português, o lazarento, e o espanhol) teriam cooperado entre si, pois suas vidas disto dependiam, onde quer que estivessem, nos conveses e nos cordames, nos castelos de proa ou no refeitório. Que interpretação teriam eles dado a estes versos instigantes?

Quando a Bretanha, pela primeira vez, por ordem dos Céus,
Surgiu do azulado alto-mar
Surgiu, surgiu do azulado alto-mar
Era esta a Carta, a Carta da terra,
E anjos da guarda cantaram este refrão
Domine Bretanha, Bretanha domine as ondas
Nunca, nunca, jamais os britânicos serão escravos.

50. J. L. Dillard, *All-American English* (New York 1975), que desenvolve a tese das "linguagens marítimas" e sua relação com o processo de "pidgnization". Ver, também, Francis Grose, *A Dictionary of the Vulgar Tongue* (1787).
51. Rediker, "Under the Banner of King Death".
52. James Walvin, *Black and White: The Negro and English Society, 1555-1945* (1973), 15-52.

A cooperação a bordo dos navios, mais a ideologia antiescravista e libertária de tais canções proporcionaram o cenário para os muitos exemplos de lutas multirraciais, transcontinentais do proletariado marítimo. Em 1747 e outra vez em 1767-68, marinheiros brancos e negros lutaram durante três dias contra os que recrutavam marujos à força em Boston. (53) A primeira batalha da Guerra Americana de Independência foi liderada precisamente por um tal Crispus Atkucks, marinheiro negro. Ele ficou à frente de "uma turba heterogênea de jovens insolentes, negros e mulatos, 'tegues' irlandeses 'sujos' e bizarros marinheiros", escreveu John Adams. Olaudah Equiano, um tipo do século XVIII, semelhante a Padmore, tirava suas habilidades extraordinárias, sem dúvida, da sua linguagem e de seus talentos musicais. Na África, ouviu muitas línguas. O mesmo ocorreu na Jamaica, mas lá, nas tardes de domingo, os escravos de diferentes idiomas reuniam-se para se comunicar pela dança e pela música. Nos dias de "Wilkes & Liberty" em Londres, ele estudou trompa! Nas Bahamas "o som melodioso das 'cordas de tripa' uniu-o aos negros livres. Ele era um homem de sorte, pois durante a travessia no navio negreiro pôde manejar o quadrante e aprender um pouco de inglês. Posteriormente marinheiros amigos, como o americano Richard Baker e o inglês Daniel Queen, lhe ensinaram uma profissão e a língua de Milton". (54) Com eles, ele aprendeu alguma coisa sobre o significado de ser "nascido livre", pois logo passou a repudiar toda a punição sem processo, sob a alegação de que não fora determinada por "juiz e júri".

VI

O Bumerangue

"Juiz e Júri", "Nenhum exército permanente", a lei se expressava não em latim, mas sim em inglês: estas eram algumas das permanentes aquisições políticas da Revolução Inglesa e do partido dos Niveladores, assim como as restrições ao uso capitalista irrestrito da terra e limitações à taxa de exploração do "inglês nascido livre" foram realizações materiais do movimento mais amplo do qual os Niveladores surgiram. A tradição mais

53. Jesse Lemisch, "Jack Tar in the Streets: Merchant Seamen in the Politics of Revolutionary America", *William and Mary Quarterly*, 25 (1968), 371-407.

54. Peter Linebaugh, "Spose C. L. R. James had met E. P. Thompson in 1972", Urgent Tasks: *Journal of the Revolutionary Left*, 22 (1981).

radical que em parte fora responsável por estas realizações posteriores não se recuperou facilmente da diáspora atlântica ou da repressão da Restauração. Uma virada quietista para o Reino Interior constituía caminho que por vezes poderia gerar tipos esquisitos como Benjamin Lay. Uma outra vereda partia de uma interpretação agressiva da doutrina do eleito, transformando-a na autojustificação dos empreendedores capitalistas ou nas doutrinas mesquinhas do "Pobre Ricardo" de Ben Franklin. Mesmo a "luz interior" dos Quakers encontrou o seu correlato externo e objetivo no brilho do ouro. Em contraposição devemos apontar uma terceira — a submersão das tradições comunitárias e antinômicas no interior dos arroios das comunidades locais e em meio aos extensos e arrojados vagalhões do Atlântico. Aqui, estas tradições não estavam inteiramente adormecidas. Provavelmente pesquisas posteriores mostrarão que foi um sono leve, momentâneo. (55)

Podemos comprová-lo entre os tecelões de Spitalfields, quando eles se insurgiram contra o tear mecânico em 1675 ou no apoio dado por eles à concentração de analistas em seus locais de reunião em Spitalfields. Podemos comprová-lo em Bedlam* (lugar apropriado!) onde Ned Ward ouviu um companheiro "discorrer com tanta veemência contra o governo real como um adepto da doutrina da Riqueza Comum injuriaria a desigualdade das rendas". Podemos comprová-lo nas tavernas: em Aldersgat, Ned Ward ouviu um político de taverna, "um tagarela do tipo pregador propor a reforma da Igreja, a reorganização do Governo, e caluniar o maior dos príncipes". (56) Podemos comprová-lo na capela de Newgate durante os sermões dirigidos aos condenados, quando às vezes os malfeitores armavam à moda dos Ranters uma encenação alternativa com risadas, blasfêmias e canções. Podemos comprová-lo em "uma taverna perto de Newgate" quando tem início o segundo ato de *The Beggar's Opera (1728):* "Por que as leis são feitas contra nós? Somos mais desonestos que o resto da humanidade?", indaga Jemmy Twitcher (o mão leve). *Mat of the mint* (Mateus, o falsificador) responde: "Nós subtraímos aquilo que a humanidade tem em

55. Raymond Williams criticou seu próprio trabalho anterior por ter omitido a discussão da Guerra Civil. Em 1979 ele escreveu: "eu desconfio que existam de fato continuidades sub-reptícias muito profundas entre o período da derrota em finais do século XVII e o reaparecimento do radicalismo nas décadas de 1770 a 1780." Ver *Politics and Letters* (London 1979), 131.

56. *The London Spy: The Vanities and Vices of the Town Exposed to View* (1927 edition), 54.

* Bedlam: o termo significa hospital de loucos ou lugar de muita confusão.

excesso. O mundo é avaro e eu odeio a avareza". Isto bem poderia ser ouvido em uma canção de vendedor ambulante de músicas. Esta é do tempo da Rainha Ana:

Mas a Propriedade deve ser,
Salve a Rainha, Salve a Rainha,
Permitida em qualquer grau
Salve a Rainha, Salve a Rainha:
E alguns estavam lá e viram,
E juraram consertar esta falha,
Pela força da Lei Comum; (Lei do Povo)
Salve a Rainha, Salve a Rainha.

Christopher Hill sugeriu que estas palavras podem ter sido cantadas ao som da "Canção do Digger". Muito freqüentemente essa tradição mais radical era associada aos heróis do submundo. Jack Sheppard, o grande quebrador de cárceres, era comparado a um Nivelador, Dick Turpin, o salteador, que inspirou um grande número de expressões de ódio militante à opressão. (57)

Sem dúvida, um olhar perspicaz reconheceria os tênues filamentos desta tradição em outro lugar. Tal como o vermelho "fio do malandro" que percorria os cordames e as velas dos equipamentos das embarcações de sua majestade, era mais uma questão de identificação do que de poder. Deveríamos também evitar a desincorporação ou descontextualização destas sobrevivências, pois elas somente permaneceram na medida em que permitiam ser modificadas de acordo com as transformações nos modos de produção. Como a transformação das relações sociais e materiais, principal-

57. "The Digger Song" (A Canção de Digger) foi reeditada por Roy Palmer, *A Ballad History of England from 1588 to the Present Day* (London 1979), 22.

As tuas casas eles derrubam, levantem-se já, levantem-se já,
As tuas casas eles derrubam, levantem-se já.
As tuas casas eles derrubam para aterrorizar os homens pobres da cidade
Mas a *gentry* deve descer, e os pobres envergarão a coroa.
Levantem-se já, Diggers, todos juntos
A obstinação deles é a lei deles, levantem-se já, levantem-se já
A obstinação deles é a lei deles, levantem-se já.
Desde que a tirania chegou, eles não consideram mais pecado
Fazer da cadeia uma fábrica, ali dentro matar de fome os homens pobres
Levantem-se já, levantem-se já.

Para uma discussão mais longa a respeito da afinidade entre criminosos famosos e as tradições niveladoras, ver Peter Linebaugh, *Crime and Labour in 18th Century London* (a ser editada).

mente do salário, que acompanham estas mudanças na produção, constitui tema de uma estória contada por mim em outro estudo, podemos aqui sintetizá-la nas palavras de Tom Paine, o Edmund Hilary das montanhas atlânticas: "Quando o rico espolia o pobre dos seus direitos, isto se torna um exemplo para o pobre espoliar o rico de sua propriedade." (58) Tom Paine nasceu de uma família Quaker. Trabalhou como fabricante de espartilhos, inicialmente em um estabelecimento protoindustrial no campo, mais tarde em uma manufatura em Londres — cujos trabalhadores haviam lutado contra o dia de quatorze horas. Para fugir desse emprego, ele tentou, primeiro, sem sucesso, engajar-se à tripulação do terrível corsário, *Capitão Morte*, conseguindo numa segunda tentativa ser admitido a bordo do *Rei da Prússia*. "A vida no mar é uma espécie de emigração parcial", escreveu posteriormente. Assim, foi o navio que mediou a sua transformação de um artesão urbano de Londres em um temido revolucionário transcontinental na América. (59)

É verdade que Londres era uma cidade industrial, o centro de uma enorme indústria têxtil e de centenas de ofícios. Contudo seu imenso crescimento no século XVIII resultara principalmente de suas funções portuárias. À medida que o porto se expandia, o mesmo ocorria com suas populações marítimas e ribeirinhas. Smollett, Didbin e Marryat sugerem que ela era a mais rica das comunidades de fala "pidgin" do Atlântico. Certamente ela continha uma população negra maior do que qualquer outra cidade fora da África. Para qualquer lado que se voltasse, ver-se-iam rostos negros. Na feira de Bartholomew, Ned Ward nos mostra duas dançarinas equilibristas: uma irlandesa e outra africana. Pinturas a óleo nos revelam a onipresença do servidor africano nas moradias dos aristocratas. Um negro subiria a ladeira do patíbulo (Ladder Lane) e desceria a viela da forca (Hempen Alley) mais ou menos uma vez a cada década. Isaac George, um marinheiro, da Nova Inglaterra, filho de um natural da Guiné, atravessou o Atlântico mais de dez vezes antes de ser enforcado em Tyburn por roubar os instrumentos de um cirurgião. (60) A população negra beirava a casa dos 20.000 ou um pouco menos por volta da década de 1760, quando deu impulso a Granville Sharpe. Ela se concentrava em ocupações marítimas e servis. Havia comunidades negras em Paddington, Whitechapel e St. Giles'-in-the-Fields.

58. Tom Paine, *The Rights of man.*
59. Alyce Barry, "Thomas Paine, Privateersman", *Pennsylvania Magazine of History and Biography*, 101 (1977), 460.
60. The Ordinary of Newgate's Account, 19 de julho de 1738.

A existência dessas comunidades mantinha presente a lembrança da liberdade, e se Hogarth merece crédito, essa liberdade era associada à liberdade inglesa e à revolta de massa: na oitava ilustração de *Industry and Idleness* ele apresenta um criado africano pego entre a adaga do assassino de Wat Tyler (Sir William Walworth) e os apetites vorazes de médicos, advogados e curas londrinos. É uma imagem adequada, para não dizer pressagiosa da primeira das quatro fases da história da população negra londrina. "Adequada", porque ele está isolado; "pressagiosa", porque a referência ao líder da Revolta Camponesa nos lembra o comentário de William Morris, que se colhe aquilo que se planta. O primeiro foi um período de integração. Esse período encontra uma expressão poderosa nas *Letters* de Sancho; nascido num navio negreiro durante uma travessia, tornou-se mordomo da Duquesa de Montagum, serviço que foi obrigado a largar por ter-lhe crescido uma "barriga tão saliente que ganhava da de Falstaff", a ponto de ele não mais poder ficar de pé. Homem medroso, um perfeito adulador, afastado dos negócios da rua, ele havia proposto vários esquemas humanitários, tais como aumentar o emprego nos estaleiros navais mediante a redução da Lista Civil, porém mais propenso a permanecer entre os livros ele partilhava a ineficácia liberal e abrangente de Parson Adams ou de Uncle Toby. (61)

A segunda fase da história foi a da consolidação e do início do que tem sido denominado de "proto-pan-africanismo". Um homem da nação Fantee, Ottobah Cugoano, foi o primeiro ex-escravo e africano a clamar pela total abolição do tráfico de escravos. Ele foi estratégico para a formação da London African Association e um líder da expedição abortada para Serra Leoa, o primeiro dos movimentos pró-retorno à África. Seu *Thoughts and Sentiments* (1787) apresenta a linguagem violenta dos pregadores puritanos revolucionários, bem como duradouras declarações de pan-africanismo. Nisso ele desenvolveu uma perspectiva oceânica que pode ser comparada àquela de W. E. B. Dubois que via um nexo entre a abolição da escravidão americana e a Comuna de Paris de 1871. Num trecho de sua carta aos escrevinhadores pagos pelo *lobby* dos investidores das Índias Ocidentais, Cugoano referia-se a uma muito conhecida gravura da época chamada "O mundo virado de cabeça para baixo". Ela apresentava um porco assando um cozinheiro, um cavalo selando um cavaleiro, e por aí afora. "Seria o espetáculo mais delicioso", disse ele, "quando os ladrões e assal-

61. *Letters of the Late Ignatius Sancho* (1782).

tantes dominassem o mundo, vê-los então abatidos. As mais diversas formas de roubo, dos ladrões, assaltantes, opressores e escravizadores de homens são representadas por aqueles cozinheiros e cavaleiros que seriam assados e selados. Certamente não seria um desprazer vê-los bem assados, selados e também arreados; e não importa por quem, fossem eles chamados de porcos, cavalos ou asnos." (62) Era um venerável tema da classe operária.

Christopher Hill observou ao concluir *The World Turned Upside Down* (1971) que "nunca nada morre completamente" e assinalou que o seu título era uma frase que apareceu casualmente entre os Shakers do século XVIII. Há duzentos e um anos atrás, quando Cornwallis rendeu-se em Yorktown, uma cantiga com aquele nome foi tocada durante as cerimônias de capitulação:

Se botões-de-ouro zumbissem atrás de abelhas
Se barcos ficassem em terra firme, igrejas no mar,
Se potros montassem homens e a grama comesse as vacas,
E gatos fossem escorraçados para buracos pelo rato,
Se as mamães vendessem seus bebês aos ciganos por metade de uma coroa;
Verão fosse primavera, e vice-versa.
Então todo o mundo estaria de cabeça para baixo. (63)

Thomas Spence, o revolucionário comunista agrário, compôs um panfleto com aquele nome em 1805. (64) Deste modo Cugoano inspirou-se numa antiga tradição que remetia-se à profecia de Merlin, ao Bobo de Lear, à Bíblia de Genebra e aos escritos revolucionários da Guerra Civil Inglesa. Se a derrota de um exército inglês durante os motins de 1649-50 produziu as circunstâncias que num primeiro momento trouxeram as idéias de democracia às Índias Ocidentais e à América, foram estas mesmas idéias que 150 anos mais tarde, inicialmente na América do Norte e depois em São Domingos, inspiraram aqueles que conseguiram derrotar dois outros exércitos britânicos. Talvez eles se consolassem com as palavras ditas por Goethe aos soldados prussianos derrotados em Valmy (1792): "Neste lugar e neste dia começa uma nova era na história do mundo; e todos vocês podem dizer que testemunharam o seu nascimento."

A terceira fase é a do movimento abolicionista na Inglaterra. Equiano dirigiu-o. Quero com isso dizer que ele não somente liderou a comunidade

62. O livro de Cugoano foi reeditado em Francis D. Adams and Barry Sanders, *Three Black Writers in Eighteenth Century England* (Belmont, Ca. 1971).

63. Há descrições contemporâneas da derrota de Henry Steele Commager e Richard S. Morris, *The Spirit of Seventy-Six: The Story of the American Revolution as Told by Participants* (New York 1958), II, 1209-49, no qual discute um pouco a canção. J. Bruce Glasier, o poeta e socialista, escreveu uma canção "We'll Turn Things Upside Down" (1891).

64. *Hill, World Turned Upside Down*, 307.

negra inglesa, viajando por todos os cantos para fazê-lo, como também foi quem moveu os pauzinhos, encaminhou petições e queimou as pestanas, animando Clark, os Quakers e a L. C. S., pelo menos nos estágios iniciais. Seus feitos são ainda bastante negligenciados pelos historiadores do movimento antitráfico escravista. Por volta de 1768, a comunidade negra era conhecida por sua militância, sua recusa em sustentar ou aceitar a escravidão em qualquer aspecto e por proporcionarem abrigo a rebeldes internacionais; ao menos tal é a impressão que a polícia nos dá. John Fielding escreveu: "Há muita razão para temer que aqueles negros que foram mandados de volta para as fazendas... tenham causado aquelas... recentes insurreições nas... Índias Ocidentais." (65) A presença social e política de uma população de ex-escravos, experimentada na tradição insurrecional do antiescravismo, assim como no internacionalismo de várias viagens marítimas, proporcionou o lastro e a vela do muito conhecido movimento da burguesia e de classe média.

A abolição do tráfico de escravos (1807) foi a realização que coroou este movimento. É claro, esta vitória pertencia em parte à luta dos "Jacobinos Negros" de São Domingos. (66) Juntos, eles pressagiaram o fim da escravidão e a transformação daquela triangulação da luta que os negros, especialmente de Londres, sustentaram no ápice.

Logo em seguida a comunidade negra londrina, ou pelo menos os seus quadros políticos, jogou-se no movimento de reformas da classe operária da Inglaterra. Ela oferecia suas ricas e discretas tradições de conspiração e habilidade — pois o rosto negro, como Proteus, poderia funcionar como uma máscara — para se comunicar com todos os tipos de pessoas. Robert Wedderburn, alfaiate e filho de um escravo das Índias Ocidentais, liderou os Spenceans radicais de Londres, após Evans ter sido preso em 1817. Ele acreditava na lei hebraica do jubileu e no comunitarismo da terra sob Moisés e Alfredo. Ao abrir sua própria capela na Rua Hopkins em 1819, tornou-se conhecido pela veemência de seu anticristianismo. Foi um ativista entre os soldados, marinheiros e significativamente entre os trabalhadores irlandeses das oficinas metalúrgicas de engenharia de Maudslay em Lambeth. Era um tático de destaque no movimento insurrecional, tendo mais tarde se associado a Carlisle e ao republicanismo. William Davidson, marceneiro e ex-marinheiro, foi também um ex-Watsonite. Era um especialista na fabricação de armas, e organizou um depósito em Spitalfields. Foi um dos que conspiraram para assassinar o gabinete ministerial inteiro durante um jantar. Por isso este jamaicano foi enforcado em 1.º de maio de 1820, tendo morrido "como um herói", juntamente com os outros conspiradores da Rua Cato. Ambos estes homens eram "velhos marinheiros", vinculados ao radicalismo da década de 1790, tanto com a L.C.S. como com os rebeldes irlandeses de 1798. Suas relações com Toussaint L'Ouverture e a grande guerra do Haiti precisam ser pesquisadas. Podemos concluir este esboço da quarta fase da história do negro de Londres com uma menção a William Cuffay, outro jamaicano, ativista na greve dos alfaiates londrinos em 1834, líder cartista de Londres e organizador da conspiração Orange Tree de 1848, sendo por isso banido para Botany Bay. O bumerangue continuava a girar ao redor do globo. (67)

65. John Fielding, *Penal Laws* (1768).

66. C. L. R. James, *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution* (New York 1963).

A associação entre marinheiros negros combatentes para a liberdade persistiu ao longo dos séculos XIX e XX. Denmark Vesey, o líder da conspiração de 1822, navegou pelo Caribe e absorveu as experiências da revolta haitiana. Foram marinheiros irlandeses em Baltimore que primeiro informaram ao jovem calafate, Frederick Douglass, a respeito da liberdade nortista. Stanley, um marinheiro negro, deu sua farda e seus documentos da Marinha a Douglass, permitindo-lhe viajar sob este disfarce. Sozinho e desesperado em Nova York, foi a um colega marinheiro que ele confiou sua situação. (68) Na década de 1920 o jornal revolucionário, *The Negro Worker*, no qual trabalhava George Padmore, circulou de mão em mão entre os marinheiros negros nos portos de Hamburgo, Marselha, África e América do Norte. (69) O navio permaneceu talvez o canal mais importante da comunicação pan-africana antes do surgimento do disco LP.

VII

Algumas conclusões

Thompson e Hobsbawm com seus camaradas no grupo de História do Partido Comunista colocaram o problema da interrupção do desenvolvimento no século XVII, que se iniciara com tanto vigor no século XVI. Um deles explicou o atraso relacionando-o com o fim dos debates sobre a democracia entre a classe operária inglesa. O outro apresentou-o como o fra-

67. A respeito dos revolucionários ver E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class* (London 1963), e Iorwerth Prothero, *Artisans and Politics in Early Nineteenth Century London: John Gast and His Times* (London 1979).

68. Philip S. Foner, *The Life and Writings of Frederick Douglass, I, The Early Years, 1817-1849* (New York, 1950), 22-3.

69. Immanuel Geiss, *The Pan-African Movement: A History of Pan-Africanism in Europe and Africa*, traduzido por Ann Keep (New York 1974), 335-6.

casso temporário do capitalismo do oeste europeu (especialmente o inglês) em se industrializar. Neste ensaio tentei mostrar que o que de um ponto de vista europeu pode aparecer como um "atraso", de uma perspectiva atlântica poderia parecer como a generalização oceânica da teoria e prática da democracia antinômica. Além disso, a "crise" do século XVII foi um indício da recusa generalizada ao trabalho assalariado. As imperfeições irreparáveis do "mercado de trabalho livre" tornaram-se a força motriz do imperialismo atlântico. Quando os países nos limites do império explodiram em revoltas escravas e revolução, as tradições dispersas retornaram e foram retomadas em Londres, em cujas ruelas e pátios habitava um proletariado que por volta da década de 1790 era tanto atlântico como internacional.

Ao longo destas páginas optei por analisar o modo de produção como o cenário onde a classe operária transforma a acumulação capitalista e a exploração (os termos são inseparáveis) em expressões próprias de sua discussão e de sua luta. Os obstáculos no curso desta transformação — a dupla monstruosa da guerra e da fome — não foram enfatizados por mim. Nesta perspectiva não há problema de "desenvolvimento interrompido" ou de uma pausa em uma discussão internacional. Que isto tenha assim parecido para as mentes férteis do grupo de História do PC inglês é algo que poderia ser explicado de modos variados que não podem ser tratados exaustivamente aqui. Limito-me a duas considerações. Primeiramente é preciso dizer que para os intelectuais marxistas do período do pós-guerra, a experiência dominante era o colapso da frente popular, da aliança antifascista. Para eles a questão do internacionalismo proletário aparecia menos como a atividade autônoma das massas anticolonialistas do que em termos da dominação da Internacional de Moscou que encarava o movimento antiracista e antiimperialista como apenas um incidente da "luta nacional". Em segundo lugar, durante este período os intelectuais marxistas ingleses aceitaram modelos tecnicistas de "desenvolvimento econômico", com a inclusão de uma série de passos ou estágios, cuja progressão inevitável de forma alguma se furtava à interrogação histórica, mas que não obstante foram vistos principalmente como estruturas em evolução que reduziam, ao invés de causar, a escassez material. (70)

70. E. J. Hobsbawm, *Revolutionaries: Contemporary Essays* (New York 1973), 252-5, assinala a íntima relação existente entre a acumulação capitalista e progresso contra a escassez material. O ensaio do mesmo autor "The Historians' Group of the Communist Party", Maurice Cornforth, ed., *Rebels and Their Causes: Essays in Honour of A. L. Morton* (London 1978), 21-49, esclarece a extensão do sectarismo do P. C. que desprezou *The Black Jacobins* devido ao "conhecido trotskismo do seu autor".

A recente onda de insurreições municipais na Inglaterra, sob a liderança dos descendentes dos escravos das Índias Ocidentais, torna mais difícil considerar a escassez material como uma condição de um mero estágio inicial da evolução social. Além disso torna difícil aceitar a concepção do internacionalismo da classe operária como algo dependente unicamente da cooperação de unidades nacionais geograficamente distintas. A revolta em Brixton em 1981 é um convite para que procuremos no passado concepções alternativas. O atlanticismo de Blake nos oferece uma cujo interesse é patente dado que se opõe vigorosamente à visão científica elitista de Bacon, cujos discípulos simplificadamente transformaram a "generosidade (em) ciência / Com a qual os homens se enriquecem", e também na medida em que a experiência do ex-escravo e do africano semeou sua visão do amor humano.

Uma das suas "Songs of Innocence" expressava o caráter divino da vida humana em termos de instruções maternais de amizade para as crianças africanas e inglesas. Em "Song of Liberty" que conclui *The Marriage of Heaven and Hell*, a liberação humana é descrita como a esperança de um nascimento militante, revolucionário e antiimperialista. Para se concretizar, a esperança aguarda apenas a insurreição dos londrinos, judeus e africanos.

Para Blake a ordem dos oceanos e continentes não era fixada pela latitude e longitude. Também a ordem dos séculos não era fixada numa temporariedade linear. E muito menos, é claro, a redenção revolucionária dependeria da análise secular de uma seqüência invariável de modos de produção no interior de um "sistema mundial". Assim, os seus imensos poderes de dissociação das disciplinas da racionalidade iluminista produziram uma concepção de universalidade do potencial humano, que retomava "O Evangelho Eterno" da Revolução Inglesa e que somente ela e nenhum dos outros sistemas permitia a expressão de particularidades da cooperação da classe operária transcontinental. Em seus aposentos de artesão em Lambeth, Katherine Blake cozinhava junto ao fogo e William Blake, sentado em sua mesa diante da janela, abarcava com o olhar o Tâmisa e as colinas de Surrey. (71) Lá ele gravou as poderosas imagens da beleza africana escravizada que ilustraram a *History of the Revolted Negroes of Surinam* do Capitão J. G. Stedman. Lá ele compôs aquela extraordinária

71. "William Blake Bicentenary Supplement", *The New Reasoner*, I, (1957-58), s-si.

profecia que foi registrada em alguns dos seus capítulos por C. L. R. James e Walter Rodney: (72)

Que corra pelos campos o escravo que labuta no moinho,
Que levante os olhos para os céus e ria no ar puro;
Que levante-se a alma insubmissa, encerrada na escuridão e nos lamentos,
Cujo rosto nunca viu um sorriso em trinta anos enfadonhos,
Que levante-se e olhe para fora; suas correntes estão soltas, as portas de seu calabouço estão abertas;
E que sua esposa e filhos voltem do flagelo do opressor.
Eles olham para trás a cada passo e acreditam que seja um sonho,
Cantando: "o Sol deixou sua escuridão e encontrou uma manhã mais fresca,
E a Lua clara se alegra na noite limpa e sem nuvens;
Porque não há mais Império, e agora o Leão e o Lobo se extinguirão."

Este ensaio foi originalmente elaborado para ser apresentado na "World Turned Upside Down Conference" (Conferência: O Mundo Virado de Cabeça para Baixo), em novembro de 1981, organizada pelo Philadelphia Centre for Early American Studies. Gostaria de agradecer particularmente a Marcus Rediker e Christopher Hill por seu incentivo crítico na ocasião. Philip Corrigan, Del Pedro, Kimberley Frarey, Leslie Farhangi, Gary Harriman, Stanley Engerman, Doug Deal, Bethia Linebaugh, Neil McMullin, Bruce Levine, Mike Zuckerman, Ferrucio Gambinio, Dale Tomich, Gary Garton e Bryan Palmer ofereceram sugestões valiosas e incentivadoras.

Este ensaio foi publicado originalmente em Labour/Le Travailleur, 10 (Autumn 1982), pp. 87-121. Tradução de Célia Maria Marinho de Azevedo. Vários professores transatlânticos do Departamento de História da Unicamp "rebolaram" para fazer a revisão, ajudados, não sem relutância, por diversos vadios, niveladores e sectários recrutados nos corredores do barracão.

72. "America", Geoffrey Keynes, ed. *Poetry and Prose of William Blake* (London 1967), 203.

A CIÊNCIA DA PRODUÇÃO: FÁBRICA DESPOLITIZADA

Edgar Salvadori de Decca
(Departamento de História / IFCH Universidade Estadual de Campinas)

Introdução

"Os homens lutam e perdem a batalha e a causa pela qual lutaram vem à tona apesar de sua derrota e quando surge não coincide com o que se pretendia e outros homens têm que lutar para alcançar o que se esperava sob um outro nome."

William Morris, O Sonho de John Ball (1886-1887)

Este texto pretende avaliar historicamente como se estruturam determinados campos do conhecimento científico. Para tanto, escolhi um tema — o da industrialização — cujos enunciados teóricos, nos últimos dois séculos, se tornaram as balizas de ciências como, por exemplo, a economia, a engenharia e a sociologia.

Para dar conta do problema serei obrigado a percorrer um caminho sinuoso. O leitor será conduzido no decorrer do texto aos debates que uma nova ciência — a economia política — travou em prol da indústria, na Inglaterra do século XIX; aos enunciados do taylorismo e sua pretendida gerência científica como saber abrangente sobre a fábrica, nos Estados Unidos dos finais do século XIX; aos discursos do industrialismo brasileiro de Roberto Simonsen, a partir do final dos anos vinte deste século, incentivando a formação de especialistas nos vários ramos da ciência (economia, engenharia, sociologia, politólogos e psicólogos) em instituições como a Escola Livre de Sociologia e Política, o IDORT ou as escolas de engenharia.

O leitor perguntaria: mas por que esse caminho? E minha resposta preliminar seria: afinal, percorrendo essa trajetória talvez seja possível entender como o tema da industrialização foi o ponto de partida para a consolidação de uma ciência econômica a partir do século XIX, foi o pressuposto do saber científico do taylorismo nas fábricas americanas a partir de 1890, e foi também a base de consolidação de instituições científicas no Brasil dos anos trinta, com a criação do ELSP e o IDORT. Enfim, o tema da industrialização, no meu modo de entender, resume de maneira enfática inúmeras estratégias de organização do universo cultural de uma sociedade que se vê obrigada a se defrontar cotidianamente com a fábrica.

Troquemos em miúdos essa última frase para evitar que algumas dúvidas permaneçam no ar. Quando se diz que o tema da industrialização sintetiza um dado campo cultural numa sociedade, deve-se entender tanto a formação de um determinado saber sobre a questão da fábrica como também a efetivação de métodos coercitivos para imposição desse mesmo saber. Ou seja, as bases de uma hegemonia cultural como as da economia política, como as do taylorismo, como as do industrialismo estão fincadas tanto na produção de um saber especializado como em mecanismos de coerção que atuam diretamente sobre a organização da vida e do trabalho na sociedade. Nessa medida, entendo que a formulação do tema da industrialização numa dada sociedade e a subseqüente organização de um campo cultural e repressivo longe de serem resultados do desenvolvimento de forças produtivas, representam os movimentos cotidianos de uma *luta* e de um *conflito* que a própria fábrica institui, tanto dentro como fora dela.

A abordagem do tema da industrialização sob essa perspectiva permite desfazer equívocos fundamentais: 1) a idéia de que numa sociedade "plenamente industrializada" a hegemonia cultural da fábrica prescinda de mecanismos coercitivos e repressivos sobre o trabalhador; 2) desfazer a concepção de que o desenvolvimento seja da economia política na Inglaterra, seja do taylorismo nos Estados Unidos, se deveu a necessidades técnicas do processo de produção, abrindo horizontes para entender a formulação dessas duas ciências como momentos de larga repressão no âmbito das lutas transcorridas dentro e fora da fábrica.

Ora, se esses mecanismos de repressão e coerção estão presentes em situações históricas nas quais o tema da industrialização organiza o campo cultural (o exemplo da Inglaterra e dos EEUU) o que não se deve esperar de situações históricas nas quais as classes dirigentes se defrontam com a contestação da fábrica, sem o apoio das instituições da ciência que a promovem cotidianamente (como exemplo, o Brasil)?

Ao historiador, por isso mesmo, tornam-se estratégicos tanto os momentos nos quais as classes dirigentes possuem um saber consolidado sobre a fábrica e se movem no terreno da luta social respaldados por esse arsenal, bem como as situações históricas nas quais as suas armas são as da repressão sem nenhum disfarce.

Ainda me detendo sob as possibilidades de abordagem do tema pelo historiador, ponderaria que a industrialização assim entendida não se resume às questões e problemas diagnosticados pela teoria econômica, acentuando, inclusive, que para o entendimento desse tema devemos estar atentos, principalmente, para os aspectos de dominação cultural nas sociedades que colocam a fábrica no centro mesmo de sua organização.

Desdobrando essa perspectiva, cabe ainda ao historiador a crítica aos modelos teóricos já consagrados pela teoria econômica, pela ciência política e pela sociologia, que definem a vitória da fábrica numa sociedade a partir da eficácia ou ineficácia da ação econômica da burguesia, qualificando esta última com noções do tipo forte-fraca, avançada-atrasada etc. Justamente por reduzirem o tema a uma matriz economicista, fazem esse mesmo recorte com relação às classes sociais, definindo, por exemplo, a classe burguesa como mera "pessoa econômica", perdendo de vista ao mesmo tempo o fato de que a dominação na sociedade burguesa, precisamente por colocar a fábrica como seu pólo orientador, requer o concurso permanente de outros agentes sociais que elaboram na vida cotidiana essa mesma fábrica como um fato social incontestável. Onde quer que a fábrica tenha se tornado vitoriosa historicamente, o tema da industrialização se consolidou como um dos universos da dominação cultural e induziu a criação dos mecanismos de coerção para impedir que os trabalhadores pudessem pôr em dúvida uma hegemonia de incontestável arrogância. Nesta perspectiva histórica a vitória da fábrica não poderia nunca ser resultado exclusivo da ação econômica de qualquer burguesia. A fábrica deve o seu sucesso aos inúmeros agentes sociais que participaram na elaboração de um domínio cultural — onde o tema da industrialização tem seu lugar privilegiado — e de um aparato de coerção que atua cotidianamente sobre o trabalhador dentro e fora da fábrica. Nessa medida, devemos ultrapassar a superstição de que em algumas sociedades a vitória da fábrica se deveu à ação de uma burguesia economicamente forte e de que em outras, por terem burguesia fraca, a fábrica se consolidou pela ação demiúrgica do Estado, como se em algumas sociedades a industrialização tivesse prescindido de mecanismos coercitivos para se impor e em outras apenas um forte Estado autoritário teria sido capaz de a promover.

A abordagem do tema da industrialização na perspectiva do historiador pode superar essa dicotomia ao desvendar uma questão histórica fundamental: a fábrica, onde quer que tenha se instalado, induziu o monopólio do saber técnico-científico e ampliou desmesuradamente os mecanismos de repressão abertos ou velados, fortalecendo nessa medida os instrumentos de dominação das sociedades do mundo contemporâneo.

Uma ciência nasce em defesa da fábrica: a economia política

Não seria errôneo admitir que já a partir dos finais do século XVII, quando John Locke em seu Segundo Tratado de Governo definia a propriedade como resultado do "labor do corpo e do trabalho das mãos", a sociedade burguesa colocava como seu fim último (e seu objetivo) a acumulação permanente de riquezas e a produtividade incessante do trabalho humano. Já nesse período afirmava-se que a sociedade deveria ser comandada pelo primado da produtividade, uma vez que a propriedade era resultante da permanente apropriação e acumulação de bens (1). Percepção aguda do autor do Segundo Tratado de Governo num período em que o trabalho em termos mundiais, seja nas primeiras manufaturas, seja nas *work-houses*, seja nos engenhos coloniais, transformava-se ao mesmo tempo numa norma disciplinadora e coercitiva e numa nova potência, pela sua própria concentração (2). Reunir trabalhadores sob uma direção centralizada através de uma exploração exaustiva de suas capacidades físicas, seja em troca de baixos salários, seja pelo confinamento deliberado (*work-houses*) ou pela escravidão, era o marco da nova moralidade para o adestramento de corpos produtivos. Estratégias diferenciadas e táticas insidiosas para submeter o trabalhador aos imperativos da produção. Discurso moral contra o ócio e o prazer e o desperdício do tempo, monetarização do seu trabalho como meio para constrangê-lo a uma dependência insuportável às manufaturas, leis repressivas de confinamento aos trabalhos forçados nas *work-houses*, escravização em massa nos engenhos de açúcar, a sociedade burguesa em pleno final do século XVII não poupava esforços para assegurar a máxima produtividade do trabalhador e garantir a continuidade da acumulação (3).

Como não se sentir tentado em nomear todo esse movimento histórico? Acontecimentos pontuais de uma organização produtiva do trabalho, estamos diante de um enunciado universal: o nascimento da economia política nas práticas das instituições dos finais do século XVII. Sim ou não? Sim, se entendermos que tais instituições na virada para o século XVIII pautavam-se todas elas por um princípio econômico de produtividade do corpo no trabalho, através de uma operação disciplinadora sobre esses corpos, capaz de torná-los dóceis ao exercício do poder. Nessa medida, estaríamos diante de uma economia política, ou até melhor, de uma economia do poder. Não, uma vez que a prática do poder sobre o trabalhador não havia organizado ainda um saber especializado, e nem desenvolvido as técnicas de manipulação do trabalhador tendo em vista a sua produtividade, ao ponto da economia política se transformar em uma ciência.

Assim poderíamos confirmar os princípios de uma economia política, no decorrer do século XVIII, no funcionamento das *work-houses* com o adestramento do trabalhador por meio de uma severa disciplina, nas manufaturas através da submissão dos trabalhadores às normas dos regulamentos internos, bem como na divisão técnica do trabalho já plenamente desenvolvida nos engenhos de açúcar das colônias (4). E no entanto, até o final do século XVIII a economia política não tinha se constituído numa disciplina, se quiser, numa ciência. Estamos diante de toda uma economia do poder, equacionada em termos de produtividade dos corpos para o trabalho, através da submissão dos mesmos ao exercício do poder das instituições e, no entanto, a economia política não surge como domínio separado do saber, enquanto disciplina, enquanto ciência. Por quê?

Lutas, conflitos, resistência, o trabalhador inglês da segunda metade do século XVIII recusa a fábrica. Regulamentos internos de controle do tempo, monetarização das relações de trabalho, através de baixos salários,

1. Para uma compreensão mais profunda da questão do trabalho na época moderna, veja-se Arendt, Hanna — *A condição Humana,* Forense, 1981, principalmente o cap. III — Labor.

2. A tentativa de organização de trabalhos forçados nas Work-houses como solução do problema da pobreza e o apoio dado a essas iniciativas por John Locke, podemos encontrar em Macpherson, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo,* Paz e Terra, 1979, pp. 234-241 e Polanyi, Karl — *A Grande Transformação,* Campus, 1980, Cap. 9 — Pauperismo e Utopia.

3. As inúmeras estratégias dos patrões para submeter o trabalhador aos regimes disciplinados dos processos de trabalho, sejam nas manufaturas inglesas, sejam nos engenhos de açúcar, são objeto de discussão nos trabalhos de Thompson. E. P. "Time, Work-discipline and Industrial Capitalism", *Past and Present,* n.º 38, pp. 56-97 e Decca, Edgar S. — *O Nascimento das Fábricas,* Brasiliense, 1982.

4. Antonio Barros Castro em *Escravos e Senhores de Engenho no Brasil,* 1976 (mimeo.) foi o primeiro autor a indicar o surgimento de uma economia política a partir da organização capitalista do trabalho nos engenhos de açúcar. Sem dúvida alguma, uma tese bastante sugestiva se tomarmos como referência, por exemplo, as obras de Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil* e da Benci, Jorge, *Economia Cristã dos Senhores no governo dos escravos.*

que constrangem o trabalhador ao retorno às manufaturas, discurso moral dos patrões e das escolas, nada disso é suficiente para dominar os seus instintos perniciosos (5). Preguiça, ócio, vagabundagem, absenteísmo, difícil tentativa de nomear uma luta que atinge o seu ápice num movimento social sem precedentes: o quebra-quebra das máquinas. Os patrões demonstraram total incapacidade para enfrentá-lo e contaram com a ajuda de um monumental aparato repressivo militar.

Nesse período de intensa agitação social, entre a segunda metade do século XVIII e os meados do século XIX, nasce uma nova ciência — a economia política — que vai fazer a defesa da fábrica, elaborando argumentos para convencer os setores amedrontados da sociedade de que os trabalhadores ingleses lutavam contra a irreversibilidade de uma lei da própria história. E mais, a economia política nasce como um saber que pretende oferecer respaldo aos patrões no interior de uma sociedade que vê com olhos profundamente desconfiados a vitória do sistema de fábrica (6).

Assim, na Inglaterra, entre o final do século XVIII e metade do século XIX, nasceram e proliferaram os mais novos personagens da ciência: os economistas. Em meio às denúncias da fábrica feitas pela ação dos quebradores de máquinas (7) e pelos discursos radicais contra o desemprego e a pobreza, os economistas vieram em sua defesa. E sem dúvida alguma de

5. Uma análise minuciosa e profunda da organização do trabalho antes da imposição da fábrica, enfatizando inclusive as capacidades de um sistema de organização doméstica em absorver mais pessoas, criar mais valores, encontra-se na polêmica obra de autores alemães Peter Krietle, Hans Medick, Jurgen Schlumbohm — *Industrialization before Industrialization*, Cambridge Press, 1981. Nas palavras dos autores: pp. 1-8 e 9. "Desde a Revolução Industrial o maior interesse de historiadores econômicos e sociais em geral tem, seguramente, se concentrado na indústria fabril. Esses historiadores, no entanto, nunca puderam ignorar o fato de que até bem tardiamente no século XIX, na maioria dos países europeus, as pequenas oficinas produziam mais valor e empregavam maior número de pessoas do que as unidades de produção centralizadas e mecanizadas. No entanto, ao se constituir em um modo de organização juntamente com a fábrica capitalista, a indústria 'doméstica' ou 'caseira' diferiu substancialmente das tradicionais 'indústrias rurais de exportação', embora conservasse uma continuidade expressiva em sua aparência externa".

6. Mantoux, Paul — *La Revolucion Industrial en el siglo XVIII*, Aguilar, 1962, pp. 392-401. Nestas páginas o autor informa que o efetivo militar de combate ao luddismo foi maior do que o exército mobilizado para combater Napoleão em Waterloo.

7. Berg, Maxine. *The Machinery question and the making of Political Economy*, Cambridge Press, 1982, p. 15. "A máquina tem figurado também nas histórias da revolta da classe operária. Os quebradores de máquina entre os ludditas, os trabalhadores rurais 'liderados' pelo Capitão Swing e os tecelões têm fascinado os historiadores sociais interessados nas origens do movimento operário inglês, na violência coletiva da multidão e na atividade politicamente consciente dos pobres. No entanto, a depredação (quebra-quebra) da máquina tem sido genericamente tratada, na maioria dos casos, por essas áreas de interesse. Os historiadores sociais têm demonstrado pouco interesse em estabelecer relações entre tal resistência à máquina e os debates

uma maneira profundamente sábia: aceitaram o campo de discussão e de contestação da fábrica sobre a questão das máquinas e do desemprego — pressuposto da ação dos quebradores de máquinas e dos políticos radicais — e trabalharam assiduamente para elaborar os argumentos de defesa dos patrões e de convencimento dos políticos e de outros segmentos das classes dirigentes da Inglaterra.

Nós, que vivemos hoje em dia sob a hegemonia da linguagem economicista dos funcionários do Estado e das empresas, também conhecemos muito bem essa técnica de deslocamento da questão política da fábrica, que por sinal começou com Adam Smith, quando enunciou os princípios de economia política (8). Desde a célebre obra *A Riqueza das Nações* que a ciência econômica atua como um antídoto às questões políticas colocadas pela fábrica, quando Adam Smith sabiamente pretendeu enfrentar a resistência dos trabalhadores e de outros segmentos da sociedade, deslocando o centro das contestações. Ao fundador da ciência econômica deve-se, no entanto, atribuir os méritos de seus esforços. Afinal, Adam Smith quando concebeu a obra *A Riqueza das Nações*, ainda reconhecia a dimensão política da fábrica ao admitir que a economia política era um ramo da jurisprudência, ou uma arte de governar (9). Mas não se poderia esperar o mesmo de seus seguidores. Já em meados do século XIX um biógrafo e intérprete de Adam Smith afirmava que a teoria do governo e a economia política eram ramos distintos da ciência ou, o que quer dizer o mesmo,

políticos e intelectuais sobre progresso tecnológico que ocorriam no todo social. Estes historiadores têm se mostrado relutantes em considerar ocorrências individuais de resistência à máquina como parte de um fenômeno mais geral, ou seja, um debate nacional sobre a questão da maquinaria."

8. Recentemente Amneris Maroni — *A Estratégia da Recusa*, Brasiliense, 1982, nos mostra como nas greves de 1978 os trabalhadores politizaram o espaço da fábrica denunciando a organização capitalista do trabalho. A autora nos mostra também como a linguagem economicista dos funcionários do Governo, dos patrões e inclusive de setores oposicionistas procuraram esvaziar o conteúdo político das denúncias operárias sobre o sistema de fábrica.

9. São valiosas as observações de Hermes dos Santos na introdução da obra de Smith — *A riqueza das Nações*. Gulbenkian, 1981, p. 19. "Pelo menos desde 1759 que existia uma primeira versão do que mais tarde viria a ser a Riqueza das Nações, consubstanciada na parte das lições de Smith sobre 'Jurisprudência' que ele denominara de 'Política, Receitas e Armas'; as restantes partes tratavam de 'Justiça' e das 'Leis das Nações'. A jurisprudência era por ele definida como 'a ciência que investiga os princípios gerais que deviam servir de fundamento às leis de todas as nações', ou como 'a teoria dos princípios gerais da lei e do governo'." Como também observa Maxime Berg. op. cit. p. 35: "Pois foi somente na década de 1790 que a economia política rompeu com o lugar designado para ela por escritores anteriores, entre eles Adam Smith inclusive: como um ramo da legislatura ou da arte de governo."

a fábrica, como realidade, era fato econômico e não fato político, tornava-se inquestionável no plano político (10).

Eis aí uma questão pouco discutida, inclusive por aqueles que se interessam pela história do pensamento econômico. Uma omissão imperdoável uma vez que deixa-se de lado tanto a questão política colocada pela fábrica, como também a intensidade do debate intelectual que os partidários de uma nova ciência tiveram que travar com representantes de inúmeras correntes de pensamento da sociedade inglesa (11).

Embora este último ponto seja de grande interesse, na medida em que será no interior desses debates intelectuais que as correntes radicais, os representantes do owenismo e mais tarde os socialistas — inclusive Marx — formularão suas críticas contundentes aos pressupostos da nova ciência, gostaria de dar ênfase, nesse texto, aos mecanismos pelos quais a economia política esvaziou o conteúdo político das contestações dos trabalhadores à organização da fábrica.

A opção por esta via de análise parece-me importante para o historiador, posto que permite criticar os posicionamentos historiográficos que atribuem um caráter pré-político aos primeiros movimentos da classe trabalhadora durante a revolução industrial. Tomarei como referência o mais conhecido deles — o movimento dos quebradores de máquina — que teve seu grande desenvolvimento nas duas primeiras décadas do século XIX (12).

O movimento dos trabalhadores que viveram a imposição da fábrica em suas vidas é visto, normalmente, como que despido de objetivos políticos, sendo o quebra-quebra das máquinas uma demonstração de profunda ingenuidade política. Tal é a versão conhecida e divulgada pela historiografia. Inversão analítica propiciada inclusive pelas versões que os partidários da economia política difundiram, procurando retirar e esvaziar, justamente, o caráter político das contestações.

Primeiramente, é mister observar, ao contrário do que se afirma, que os trabalhadores artesãos cujas vidas foram tragadas pela fábrica tinham uma tradição política bastante viva, cujas repercussões são perceptíveis nas organizações que sustentaram o movimento dos quebradores de máquinas. Segundo Thompson, alguns participantes do luddismo chegaram a ler Adam Smith e muitos estudaram a legislação da época sobre a associação de trabalhadores.

> "Produtores de meias e tecelãos eram capazes de administrar uma organização complexa; encarregavam-se das finanças e da correspondência; mandavam delegados para lugares tão longínquos quanto a Irlanda ou mantinham comunicação regular com o oeste do país." (13)

Em segundo lugar, devemos ter em conta que o período conhecido e abrangido pela revolução industrial até as primeiras décadas do século XIX foi caracterizado por uma intensa repressão às associações de trabalhadores e por um estreitamento do seu espaço político de participação através da supressão de inúmeras leis e editos que mal ou bem permitiam aos trabalhadores contestar a supremacia da fábrica.

A consolidação da nova ciência — a economia política — teve como corolário a suspensão de toda a legislação paternalista herdada dos séculos anteriores, e que embora fosse punitiva ao trabalhador, entrelaçava-se num conjunto de práticas e organizações capazes de atender e contestar a autoridade indiscriminada recém-adquirida pelos patrões nas fábricas.

Devemos lembrar também que a suspensão de toda essa legislação diz respeito a uma mudança de percepção da questão do trabalho na sociedade burguesa. Até o final do século XVIII, o trabalho com suas conotações ético-morais era regulamentado pela lei, e, portanto, pertencia ao campo da política. Foi pela atuação da economia política e pela repressão que o trabalho se reduziu a uma dimensão estritamente econômica. (14)

10. Como bem observa Maxine Berg — op. cit. p. 35: "Significativamente, Dugald Stewart, o primeiro biógrafo intelectual e reintérprete de Adam Smith, foi um dos pioneiros na década de 1790 em designar a teoria do governo e a economia política como dois ramos separados da ciência política. Ele definiu a economia política como 'aquela que é imediatamente relacionada à felicidade humana e ao progresso' podendo ser 'estudada sem referência a formas constitucionais não somente porque a tendência das leis pode ser investigada abstratamente, separadamente de considerações sobre sua origem, mas porque há muitos princípios da economia política que podem ser sancionados por governos muito diferentes em termos constitucionais'."

11. Berg, Maxine — op. cit., p. 38: "O historiador que aspira entender, portanto, a natureza da relação entre industrialização e economia política deve, obviamente, pesquisar os percursos intelectuais que deram origem a uma nova disciplina. Ele deve também entender, por outro lado, as dimensões políticas do debate econômico da época e o nexo social e a organização institucional da economia política durante seus anos de formação."

12. A análise a seguir baseia-se fundamentalmente no capítulo 15 do livro de E. P. Thompson: *"The Making of the English working-class"*, Penguin books, 1976. A profunda crítica do autor à historiografia tradicional (de esquerda e de direita) foi, no meu modo de entender, neutralizada por opiniões da própria esquerda segundo as quais Thompson estaria impregnado por uma visão culturalista e não materialista da luta de classes.

13. Thompson, E. P. — op. cit. p. 594.

14. Thompson, E. P. — op. cit. p. 595. "Assim, no espaço de dez anos, quase todo o código paternalista foi abolido. Entre 1803 e 1808 o Regulamento sobre o ofício (profissão, negócio) da lã foi suspenso. Em 1809 foi repelido... Em 1813 as cláusulas sobre aprendizagem 5 e 4 do Código Elizabetano foram repelidas... Em 1814 as restrições sobre a aprendizagem na indústria de cutelaria foram colocadas de lado pela Sheffield Cutlers's Bill".

Por outro lado, não devemos reduzir a experiência política dos trabalhadores às sobrevivências do código paternalista. Durante esse período os propagandistas da Revolução Francesa, principalmente os jacobinos, formaram clubes que divulgaram o *The Rights of Man* de Tom Payne, fazendo com que as primeiras organizações de trabalhadores solidários ao luddismo carregassem nas denúncias às fábricas os princípios enunciadores dos direitos humanos. Estas questões são de suma importância para se entender como os quebradores de máquinas levaram a sua luta, tanto no plano clandestino como no nível da política constitucional, sendo esse último um espaço abandonado apenas quando a repressão se abateu violentamente sobre eles.

Pelo menos duas estratégias foram utilizadas para esvaziar o conteúdo político da ação dos quebradores de máquinas. Uma delas, a menos conhecida pelos historiadores, foi a organização policial de agentes provocadores e espiões que deveriam se infiltrar nas fileiras dos trabalhadores. Tal agenciamento policial sustentado pelos porta-vozes do *laissez-faire* num período de profunda agitação política conseguiu, entretanto, resultados pouco espetaculares na sua tentativa de se infiltrar entre os trabalhadores. Se a contratação de agentes provocadores e de espiões redundou em resultados satisfatórios no desbaratamento das organizações e clubes jacobinos, o mesmo não se pode dizer de sua eficácia junto à classe trabalhadora (15). Aliás essa espionagem policial não conseguiu cortar inclusive os elos de ligação entre os clubes jacobinos e os trabalhadores, que ao absorverem os ensinamentos do *The Rights of Man* deram-lhe um conteúdo literalmente novo, pois o usaram para denunciar politicamente a arrogância dos patrões e dos porta-vozes da economia política, em suas defesas intransigentes do sistema de fábrica.

Entretanto, não apenas os agentes provocadores e espiões procuraram restringir o campo de ação política dos trabalhadores. A política do *laissez-faire*, que desde Adam Smith pugnava pela supressão da legislação sobre a aprendizagem com o intuito de liberar o trabalhador e constrangê-lo a entrar nas fábricas, foi responsável direta pela promulgação das leis que proibiam a associação de trabalhadores. Entre 1790 e 1800 as leis contra as associações forçaram as organizações dos trabalhadores a caírem em uma quase completa clandestinidade e, como afirma Thompson, nada mais lógico do que o surgimento de uma franca hostilidade desses trabalhadores

15. Thompson, E. P. — op. cit. — p. 540 — "... os Luditas resistiram à penetração de espiões com sucesso extraordinário. As autoridades nesse caso foram confrontadas com uma cultura operária tão opaca que (a não ser que um prisioneiro ludita falasse sob pressão, interrogatório ou por medo do cadafalso) resistia a qualquer penetração."

com relação a qualquer autoridade. Nesse sentido, ao julgarmos o raio de alcance dessas leis não podemos negligenciar sua força. Inclusive, ao se levar em conta que elas vieram se somar às já existentes leis restritivas à associação do antigo código, podemos observar a eficácia das mesmas por elas retirarem principalmente as cláusulas de proteção compensatórias da antiga legislação. Isto é, sob o antigo código repressivo, os trabalhadores encontravam brechas para denunciar politicamente a arbitrariedade e o desmando dos patrões, abrindo caminho no campo da política constitucional para a denúncia da fábrica (16). As novas leis repressivas do *laissez-faire* procuraram justamente cortar esta via de participação política dos trabalhadores. Podemos agora imaginar por que os defensores da economia política exigiram que a nova disciplina fosse assumida à parte de uma teoria de Governo e como essa ciência procurou despolitizar a questão da fábrica.

Acredito que já temos pistas suficientes para avaliar como e por que os primeiros movimentos da classe trabalhadora foram esvaziados de seu conteúdo político, acarretando inúmeros preconceitos de interpretação, os quais colocam os quebradores de máquinas no nível de agentes pré-políticos da classe operária. Tal viés de interpretação histórica oculta inclusive o fato de que foi no movimento dos quebradores de máquinas onde apareceram as primeiras reivindicações operárias por salário mínimo legal, pelo controle do horário e das condições de trabalho da mulher e do menor, pela proibição de trabalhos degradantes, pelo direito de livre associação. Segundo Thompson, os quebradores de máquinas foram os que levantaram a bandeira do movimento pela jornada de 10 horas e trouxeram à luz uma alternativa política aos princípios do *laissez-faire*. Em 1847, quando os quebradores de máquinas já não mais existiam e foi aprovada a lei de jornada de 10 horas, Marx anunciou que "pela primeira vez em plena luz do dia a economia política das classes dirigentes sucumbia diante da economia política da classe trabalhadora". Mas ele não observou sequer que os quebradores de máquinas que atacaram a fábrica de Cartwright, em Rawfolds, já haviam anunciado muito antes "esta economia política alternativa, ainda que num *confuso encontro à meia-noite*" (17).

16. Thompson, E. P. — op. cit. p. 574. "Muito desta legislação paternalista havia sido na origem não apenas restritiva mas também punitiva para o trabalhador. Apesar disso estava impregnada pela imagem sombria de um estado corporativo benevolente, no qual havia sanções legais e morais para manufatureiros sem escrúpulos ou empregadores injustos e no qual os jornaleiros eram um 'estado' reconhecido, embora baixo, no reino."

17. Thompson. E. P. — op. cit. pp. 603-604. (Os grifos são nossos).

Nessa altura do texto gostaria de fazer outras observações. Marx, em Londres, vai produzir a sua obra de "Crítica à Economia Política", já num período em que o movimento dos quebradores de máquinas encontra-se quase esquecido, sendo objeto, inclusive, de críticas do autor de *O Capital*. Mas teria Marx em sua crítica repolitizado a questão da fábrica? As nossas dúvidas são muitas. No entanto, a obra de Marx é indicativa num ponto importante. Sua crítica vai contra os princípios de uma ciência que sustenta em todos os pontos de sociedade a imperiosidade da fábrica. São clássicas as partes do *O Capital* relativas à jornada de trabalho e à organização da grande indústria mecanizada. Acima de tudo, Marx pretende criticar os pressupostos de uma disciplina, a economia política, por perceber uma questão central. Uma batalha em defesa da fábrica estava se dando, ao menos aos olhos de Marx, fora dela, pela plena vigência dos pressupostos teóricos do *laissez-faire*. A batalha intelectual em defesa da fábrica já trouxera à opinião pública Adam Smith, Malthus, James Mills, Ricardo e outros. Todos, sem exceção, defenderam abertamente o sistema de fábrica e a não ser em raros momentos, nos quais a luta dos trabalhadores recrudesceu, não houve uma única voz entre os economistas políticos que tivesse ousado questionar a sua vigência. E, no entanto, sabemos que, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, os trabalhadores ingleses denunciaram politicamente a fábrica como um acontecimento ilegal e imoral, segundo as suas antigas tradições e novas experiências.

A pista dada por Marx é fundamental. Afinal de contas, um movimento intelectual desenvolvido fora da fábrica estava ganhando uma batalha na qual os próprios patrões tinham dificuldades de se mover. Isto porque a economia política, funcionando como porta-voz intelectual dos patrões, reduzia os espaços políticos dos trabalhadores no âmbito da sociedade, enquanto tais patrões encontravam dificuldades imensas para submeter a seu mando os trabalhadores no interior do processo de trabalho.

A economia política não só ganhou mas também formou uma opinião pública. E, além disso, foi responsável pela criação de uma cultura que ampliou seu centro de irradiação com a criação de escolas técnicas, institutos profissionais, centros de divulgação da nova disciplina, sociedades nacionais para o progresso da ciência econômica, entre outros. Não é de se estranhar que na história da revolução industrial inglesa estejam inscritos menos os nomes de seus patrões e inventores e mais os dos porta-vozes da nova ciência: Smith, Malthus, Mills, Ricardo etc. (18).

18. Berg, Maxine — op. cit. Ver principalmente parte III — A Science of Machinery.

Eu iria mais longe. O próprio tema da Revolução Industrial nasceu com a economia política. E é esta questão que gostaria de tratar agora.

Seguindo a trilha de Marx, diria que o autor de *O Capital* percebeu de forma profunda a questão da economia política, mas deixou de lado alguns pontos fundamentais. Se considerarmos a sua periodização do desenvolvimento do capitalismo em etapas tais como o artesanato, a manufatura e a indústria mecanizada, podemos sentir onde surgem os problemas. Levando-se em conta que tais etapas se sucedem e que a última é vitoriosa sobre as anteriores, segundo Marx, a fábrica mecanizada já havia conquistado seu lugar definitivo e inquestionável entre as realizações da sociedade humana. Um Marx traído pelos enunciados da economia política é algo bastante compreensível. O autor avaliava o sistema de fábrica pelas opiniões dos economistas políticos e de outros agentes, principalmente os famosos inspetores. Em sua obra não há menção da luta travada no interior do processo de trabalho, inclusive levando à superestimação da importância da indústria mecanizada no conjunto do sistema de fábrica da Inglaterra. Em outras palavras, o próprio Marx foi extremamente apressado em consolidar a indústria mecanizada como uma *etapa* histórica necessária do desenvolvimento do capitalismo.

A despeito da propaganda que os economistas políticos faziam em prol da necessidade do desenvolvimento tecnológico e da fábrica, em todo o decorrer do século XIX, a indústria mecanizada teve profundas dificuldades de se impor em inúmeros ramos de atividade cujo controle do processo de trabalho pelos artesãos era muito grande.

Surpreendentemente, não apenas os trabalhadores resistiram à perda dos seus lugares de trabalho pela introdução das máquinas. Os próprios patrões, inclusive, zelosos de seu comando autoritário, temiam a mecanização por esta trazer consigo novos personagens — os técnicos — para ocupar postos chaves dentro da fábrica. Além disso, como sabemos, o sistema de fábrica na Inglaterra se desenvolveu trazendo atrás de si um imenso contingente de homens pobres, que podiam ser constrangidos ao trabalho por baixos salários. Os patrões ingleses do século XIX eram mais adeptos do *labour-intensive* do que do *capital-intensive*, a despeito dos economistas políticos estarem fazendo as suas cabeças a todo o tempo, pregando a mecanização (19).

19. O estudo recente mais importante sobre o sistema de fábrica na Inglaterra do século XIX é o de Rafael Samuel — "The workshop of the world: Steam power and hand technology in mid Victorian Britain", in *History Workshop*, n.º 3, 1977, pp. 6 a 72.

Além disso valeria a pena indagar: o que estaria acontecendo no interior do processo de trabalho, ou seja, no interior das fábricas, que os teóricos da economia política diziam estar em plena etapa de mecanização? Rafael Samuel nos dá pistas interessantíssimas e chama a atenção para um aspecto intrigante. Segundo esse autor, mesmo as abordagens da história social circunscrevem o quebra-quebra das máquinas entre a década de 1820-1830, quando na calada da noite os militantes do movimento incendiavam e destruíam as máquinas que desqualificavam o seu trabalho. Enfim, fixa-se um determinado período — cujo auge está na destruição dos teares de Cartwright. Num certo sentido, existem razões para esse recorte. Thompson, por exemplo, procura com isso compor um conjunto de práticas políticas dos trabalhadores, que foram desqualificadas pelos intérpretes da historiografia inglesa.

No entanto, Rafael Samuel ao que parece coloca um outro problema: a economia política não conseguiu aniquilar a tradição política deixada pelos quebradores de máquinas e inclusive, até o final do século XIX, foram inúmeras essas ocorrências. Em outras palavras, houve durante todo o século XIX uma contestação no interior do processo de trabalho, que quando não descambava no quebra-quebra, colocava questões bastante dramáticas para os patrões. "Mesmo quando a máquina era eventualmente instalada, a luta pelo seu controle permanecia sem solução, e uma das mais comuns queixas dos patrões no final do século XIX era de que os instrumentos não funcionavam pela sua própria velocidade, pois eram sabotados pelo descaso e pela resistência dos trabalhadores." (20)

São instigantes, sem dúvida, as questões levantadas por Rafael Samuel. Procurando ultrapassar os limites traçados pelo movimento dos quebradores de máquinas, o autor indaga se a questão da máquina não seria intrínseca ao capitalismo e à própria fábrica, indo buscar respostas justamente na permanência dos conflitos internos ao processo de trabalho, presentes durante todo o século XIX. Suas conclusões não são nada animadoras. Para esse autor a despolitização do problema do processo de trabalho continuou por todo o século XIX. E nisso não apenas os teóricos da economia política contribuíram. Os próprios sindicatos expurgaram as denúncias

20. Samuel, Rafael — op. cit. p. 10. Para o autor "... indústria após indústria lutou contra a questão da maquinaria em meados da época vitoriana e havia um grande número de ocupações que resistia à mecanização ou cortava drasticamente seu alcance na década de 1890". Seguem-se no texto inúmeros casos onde os trabalhadores resistiram à mecanização, leia-se principalmente as páginas 9 e 10, onde há referências sobre tais lutas entre sapateiros, tecelãos, gráficos nas várias regiões do país, até o final do século XIX.

operárias contra a mecanização e se tornaram inclusive adeptos do produtivismo. Mas nas oficinas os trabalhadores continuaram a questionar a reorganização do processo de trabalho induzida pelas tentativas de mecanização e mantiveram longas batalhas, mesmo num período em que as críticas ao sistema de fábrica já haviam desaparecido da imprensa e dos debates acadêmicos.

Enfim, a politização do espaço da fábrica foi e continua sendo uma luta dos trabalhadores, que pode ser vislumbrada nos primeiros movimentos dos quebradores de máquinas e pôde desaguar nas greves de maio de 1978, em São Paulo, como bem descreveu Amneris Maroni em seu belo livro *A Estratégia da Recusa.*

Em todos esses momentos, a despeito das inúmeras tentativas de esvaziar a fábrica de seu conteúdo político, ainda ouviremos os trabalhadores que cantavam as vitórias do General Ned Ludd. Em suas canções eles denunciavam o caráter ilegal e imoral da fábrica e o poder destrutivo dos patrões:

"E quando ele emprega a destruição no trabalho,
a nenhum método se limita;
com fogo ou com água consegue destruí-los
pois os elementos o auxiliam em seus propósitos.
Seja guardado por soldados ao longo da estrada
ou seja trancado num quarto
Ele os despedaça (quebra) de noite e de dia
E nada pode suavizar o destino deles.
Ele pode censurar o desrespeito pelas leis do grande Ludd
aquele que nunca por um momento reflete
que a imposição iníqua (injusta) foi a única causa
que produziu esses efeitos infelizes.
Deixe que os arrogantes não mais oprimam os humildes,
Então deverá Ludd embainhar sua espada conquistadora
Suas queixas serão imediatamente atendidas
Aí então será a paz restaurada depressa". (21)

A ciência pretende submeter o trabalhador dentro da fábrica: o taylorismo

O historiador se coloca de uma maneira bastante incômoda para analisar o problema do taylorismo. Sem dúvida alguma há muito mais liber-

21. *A Touch on the Times* edited by Roy Palmer, Penguin, 1974, Coleção de canções dos trabalhadores ingleses durante o período de 1770 a 1914. O trecho citado é da canção "General Ludd's Triumph", p. 286. Segundo Thompson esta canção é um exemplar valioso das denúncias de ilegalidade e de imoralidade do sistema de fábrica. A denúncia política de imposição da fábrica resume-se na frase "Aquela imposição iníqua (desonesta, injusta) havia sido a única causa".

dade de movimento quando temos que interpretar a economia política. Afinal onde essa ciência encontra terreno para se espraiar, acaba deixando marcas bastante significativas e não é difícil fazer um inventário das grandes linhagens do pensamento econômico, desde Adam Smith até Keynes. Em outras palavras, corpos de idéias, correntes intelectuais, tudo isso contribui para que o historiador apreenda uma determinada extensão do discurso científico sobre o sistema de fábrica. O confronto desse discurso científico com outras falas que perpassam os diversos processos de trabalho possibilita ainda a apreensão do campo de dominação cultural que hipertrofia a inquestionabilidade da fábrica, impondo a sua despolitização.

O mesmo não ocorre com relação ao taylorismo. Nascido como um movimento no final do século XIX nos Estados Unidos, ele tem a peculiaridade de ser anônimo. Poucos se lembram de outras vertentes do pensamento taylorista e apenas as idéias de Frederich Taylor parecem permanecer. Isto talvez ocorra porque o taylorismo antes de ser uma ciência é mais um conjunto de regras práticas, que podem ser aplicadas em diversos ramos da atividade do trabalho. Ou seja, o taylorismo conforma e condiciona as práticas específicas sejam elas das universidades, das escolas ou das fábricas, produzindo todo um novo aparato científico que abrange desde a engenharia, a psicologia, a educação, a sociologia etc.

Hoje podemos dizer inclusive que o taylorismo está em toda parte e em lugar nenhum. Sensação bastante estranha e que foi vivida inclusive pelo próprio Taylor que, em inúmeras ocasiões, não reconheceu a sua paternidade em experiências desenvolvidas sob a inspiração de seu pensamento (22). Entretanto é bom que se diga desde já que, se o taylorismo está presente em grande parte dos momentos de produção do saber de nossas sociedades, isto se deve ao fato de que uma determinada forma de organização e divisão do trabalho exige um controle cada vez mais crescente sobre os trabalhadores, sejam eles científicos ou manuais.

Sem dúvida alguma, o taylorismo não tem a grandiloqüência nem a nobreza da economia política para moldar as instituições segundo as suas próprias regras de controle. Anônima, sua ação e penetração é silenciosa e acompanha todos os momentos de organização das instituições, sejam elas fábricas, escolas, hospitais etc., carregando consigo todo o seu aparato de controle e disciplinarização.

22. Clawson, Dan — *Bureaucracy and the labor process*, Monthly Review, 1980. p. 206. "Certo número de consultores de administração (gerência, direção) acreditava estar introduzindo o sistema taylorista (talvez com algumas modificações) mas não era aceito por Taylor..."

Poderia se dizer inclusive que o taylorismo não traz nada de novo, uma vez que o controle e disciplinarização dos corpos para uma apropriação do saber mais eficaz e produtivo nas inúmeras instituições de nossa sociedade não vem de hoje e remonta ao tempo (final do século XVIII) em que o poder precisou desfazer a multidão de homens que viviam em sociedade, para reconstituí-la segundo critérios econômicos — uma maior produtividade dos corpos — e políticos — maior submissão dos corpos para melhor manipulá-los (23).

Entretanto, se essas observações são válidas em termos gerais para a percepção das intenções do poder em sua pretensão de submissão dos corpos a qualquer aparelho institucional produtivo — e não devemos esquecer que não apenas as fábricas se movem sob esse pressuposto, mas também as escolas, os hospitais e as prisões —, proponho a análise do taylorismo sob o ângulo do tema da industrialização.

Nessa medida, o lugar privilegiado do taylorismo é a fábrica, mas ao mesmo tempo, para que ele possa funcionar como estratégia de controle sobre o trabalhador, ele deve moldar as instituições sociais com o intuito de demonstrar a sua própria eficácia. Assim, o taylorismo diz respeito à reorganização do processo de trabalho onde quer que ele exista, embora o seu centro de irradiação tenha sido, justamente, o conflito interno às fábricas existentes nos Estados Unidos no final do século XIX. Não apenas lá o taylorismo ultrapassou o espaço da fábrica e ganhou os espaços da sociedade. Aqui no Brasil, por exemplo, além de permear o discurso dos empresários industriais já por volta de 1919, ele foi responsável também pela criação de instituições que promoveram uma efetiva racionalização dos serviços públicos urbanos (24).

Isto posto, ao historiador não deve passar despercebido justamente o fato de que o taylorismo, desde o momento que pretendeu quebrar a resistência dos trabalhadores e apropriar o seu saber no interior da fábrica,

23. Foucault, Michel — *Vigiar e Punir*, Vozes, 1976. O autor analisa o esquadrinhamento e a reorganização das multidões segundo as estratégias do poder. Dessas novas práticas do poder originadas no final do século XVIII nasceram as disciplinas: a pedagogia, a medicina etc. Outro trabalho seguindo as trilhas de Foucault é o de Michael Ignatieff — *A just measure of pain*, N. York, 1978, onde o autor analisa as construções das prisões, durante a revolução industrial segundo o modelo panótico.

24. Clawson Dan — op. cit. p. 207. O autor relata que Taylor em visita à Universidade de Harvard foi surpreendido com o fato de alguns professores aplicarem o sistema Taylor em seus programas. Aqui em São Paulo, em 1931 fundou-se o IDORT que promoveu durante muitos anos a aplicação do Sistema Taylor em várias instituições públicas urbanas.

funcionou como um curto-circuito em termos sociais, permitindo que o tema da industrialização se tornasse o eixo dominante da organização da cultura americana já no início do século XX. Talvez o que as pesquisas recentes vêm demonstrando e nós já enfatizamos, é que a fábrica no decorrer do século XIX permaneceu como terra incógnita para a economia política, tendo esta última uma incrível dificuldade de dar conta dos conflitos internos ao processo de trabalho. O mesmo não ocorreu com o taylorismo, cuja vitória sobre a sociedade partiu diretamente do seu confronto com os trabalhadores dentro dos muros da fábrica.

Aliás, basta observar as suas primeiras manifestações. A fábrica americana desde as suas origens no início do século XIX operou de maneira diferente da sua correspondente inglesa. Desenvolvendo-se numa sociedade na qual a população operária não era ilimitada, como no caso da Inglaterra, a fábrica americana teve desde o início que pagar altos salários e funcionar mais segundo os padrões de *capital-intensive* do que de *labour-intensive*. Além disso, essa população não muito numerosa de trabalhadores detinha grande controle sobre o processo de trabalho, justamente pela sua qualificação. Rafael Samuel, em trabalho já citado, nos adverte também de como, durante o século XIX, os empresários americanos foram muito mais atraídos pela reorganização tecnológica das fábricas do que os ingleses, pois a não muito abundante oferta de trabalho exigia investimentos capazes de realizar poupança desse fator (25).

Altos salários, trabalhadores qualificados, inovações tecnológicas e inúmeras formas de controle do processo de trabalho pelos operários, eis uma das realidades da fábrica americana no final do século XIX. Nessas fábricas, com maior ou menor grau de sofisticação tecnológica, a organização do trabalho mais marcante foi a *craft production* onde a presença de trabalhadores qualificados garantia um incontestável controle sobre o processo de trabalho. Esta observação é importante pois não devemos confundi-la com o sistema artesanal doméstico. Tal como nos descreve Dan Clawson a *craft production* "depende do saber e da qualificação dos trabalhadores diretamente envolvidos no processo de produção, que planejam e conduzem as tarefas necessárias" (26).

25. Samuel, Rafael — op. cit. pp. 48-49. "Nos Estados Unidos, ao contrário — um mundo novo, esparsamente povoado por imigrantes —, progressos na economia do trabalho foram condição essencial para o desenvolvimento do capitalismo e da maquinaria automática, que em muitos casos foi inventada pelos americanos e em outros foi adotada por eles como sua, fez progressos muito mais rápidos que na Inglaterra de meados da época vitoriana." Aliás, o próprio Marx em *O Capital* observou o fato de que algumas invenções tecnológicas criadas na Inglaterra eram apenas usadas nos Estados Unidos.

26. Clawson, Dan — op. cit. p. 133.

Segundo esse autor existia uma diferenciação bastante nítida entre os próprios trabalhadores, o que não impedia, no entanto, que o conjunto destes tivesse o controle sobre o processo de trabalho. Nas fábricas americanas do século XIX Clawson destaca duas figuras centrais no comando do processo de trabalho: o empreiteiro (*inside contractor*) e o chefe de turma (*foreman*).

O empreiteiro era um trabalhador qualificado que fazia um contrato com a fábrica para realizar determinadas tarefas da produção. Contratava os trabalhadores qualificados para determinada tarefa, e uma vez que estava preso por um contrato à empresa, ele se tornava o responsável pela produção. Vale lembrar que como empreiteiros (*inside contractors)* trabalhavam dentro (*inside*) da fábrica e faziam uso do maquinário, dos equipamentos e da matéria-prima. "Os empreiteiros eram empregados da empresa e na maioria dos casos recebiam salário diário bem como certo adicional por peça fabricada." (27)

O chefe da turma (*foreman*) que talvez pudesse ser simplesmente traduzido por contramestre também contratava e despedia trabalhadores, controlava o tempo de trabalho, treinava e determinava as variações dos salários. Além disso, controlava o uso das matérias-primas, bem como dos equipamentos além de ter amplo controle sobre o processo de trabalho. Diferentemente do empreiteiro, no entanto, sua posição de supervisor era adquirida no interior do processo de trabalho por ter se tornado um bem sucedido e qualificado trabalhador (28). O empreiteiro, por sua vez, por ser responsável pelo treinamento e habilitação dos operários, por ser decisivo na definição dos custos da produção, por ter um peso junto aos trabalhadores no que se referia à produtividade e por participar decisivamente no preço da força de trabalho, detinha um poder incontestável no interior do processo de trabalho. Contudo, não devemos minimizar a força dos contramestres, inclusive porque, segundo alguns autores, eles chegaram a se conflitar abertamente com os comandos patronais de grandes empresas (29).

Tanto uma figura como outra dominaram o cenário das fábricas americanas até o início do século XX, e antes de falarmos do controle do

27. Clawson, Dan — op. cit. p. 71. Segundo o autor, o trabalho por empreitada predominou em inúmeros ramos da indústria americana, tais como a indústria do ferro e do aço, a indústria de máquinas e equipamentos, a de armas e numa miríade de pequenas fábricas. De acordo com suas indicações podemos concluir que o trabalho por empreitada não foi uma característica das pequenas fábricas mas predominou também nas grandes indústrias americanas. pp. 77 a 79.

28. Clawson, Dan — op. cit. p. 129.

29. Nelson, Daniel — *Managers and workers,* Wiscousin Press, 1975, pp. 34 a 54.

processo de trabalho pelos trabalhadores é bom lembrar que o advento do taylorismo deve ser explicado como uma tentativa de quebrar essa rede de controle e não por necessidades de racionalização de uma produção industrial estandartizada e de grande escala. Faço esta observação porque no Brasil as análises do taylorismo baseadas fundamentalmente no livro de Harry Braverman — *Labor and Monopoly Capital* — reduzem-no a uma necessidade técnica colocada pelo agigantamento das empresas e pela produção estandartizada e de massa, esquecendo justamente que o taylorismo foi uma estratégia de luta do capital para retirar dos trabalhadores o controle sobre o processo de trabalho (30).

As pesquisas recentes em história do trabalho nos Estados Unidos demonstram, ao contrário, que a organização do trabalho predominante no século XIX — a *craft production* — viveu as experiências da produção em massa e ao mesmo tempo da estandartização. Dan Clawson, procurando contestar o trabalho citado de Daniel Nelson, apresenta argumentos contundentes, segundo os quais, nas grandes fábricas americanas, esse processo foi adotado até o final do século, quando nelas já se impunham padrões estandartizados de produção.

O problema mais polêmico a ser discutido seria então o do controle sobre tal processo de produção exercido pelos trabalhadores. No coração deste conflito interno à fábrica devemos encontrar as raízes do taylorismo. Em primeiro lugar, é necessário explicitar melhor a questão da *craft production*. Tal sistema de trabalho, predominante nas fábricas americanas do século XIX, aponta para dois problemas centrais. Por um lado, este sistema de trabalho significava em termos reais um enorme controle dos trabalhadores sobre o processo de produção. Embora, como autoridade, o contramestre exercesse um controle geral no processo, há várias indicações de que eles não tomavam nenhuma decisão importante sem a anuência dos trabalhadores. Isto é, embora a autoridade do contramestre fosse indiscutível, ela era formal, dado que as decisões no decorrer do processo de trabalho cabiam aos próprios trabalhadores. Por outro lado, não se deve entender a *craft production* como sistema próprio das fábricas que usavam pouca maquinaria. O século XIX nos Estados Unidos, como já dissemos, presenciou um desenvolvimento tecnológico muito grande e nem por isso foram destruídas as bases do controle operário sobre o processo de

30. Braverman, Harry — *Labor and Monopoly Capital*, Monthly Review, Press, 1974. O autor embora realize uma análise minuciosa do taylorismo, não aborda em nenhuma passagem a questão da luta pelo controle do processo de trabalho.

trabalho. Segundo Clawson, a Singer Company dobrou sua produção de máquinas de costura entre 1860 e 1880, e nem por isso houve alterações profundas no processo de trabalho. A *craft production* pode ser entendida mesmo como um determinado controle exercido pelos operários no interior da fábrica, resultante de sua própria qualificação. Esse conhecimento e esse saber adquiridos faziam retornar a eles, inclusive, a autoridade dos contramestres. Essa questão fica patente no caso de greves onde os trabalhadores denunciavam os contramestres que tomavam decisões por sua própria conta.

A nossa atenção em torno da *craft production* deve-se fundamentalmente a uma única razão. O taylorismo vai surgir com o intuito de destruir esse sistema de trabalho. A mais valiosa contribuição de Taylor em sua época foi ter percebido que os processos de trabalho nas fábricas americanas, longe de se caracterizarem por uma anarquia, estavam solidamente organizados e propiciavam um enorme controle dos trabalhadores dentro da fábrica.

Nessa medida, só podemos entender o taylorismo como uma ação política no interior das fábricas americanas do século XIX onde a *craft production* predominava. O método Taylor jamais lutou contra a anarquia da produção. Muito pelo contrário, ele se investiu contra um controle muito particular dos trabalhadores no interior da fábrica. O método Taylor não atirava às escuras dentro do universo fabril, ele visava destruir um poder generalizado pela *craft production* na maioria das indústrias americanas (31).

Agora seria importante enfatizar uma questão. Como já indicamos anteriormente, os trabalhadores que detinham o controle sobre o processo de trabalho no *craft system* eram qualificados, isto é, sobressaíam-se muito mais pela habilidade, destreza e conhecimento nas tarefas por eles desempenhadas do que por uma especialização, pela repetição monótona dos ritmos de trabalho impostos pela parcialização de suas tarefas. Ao mesmo tempo, esses conviviam com trabalhadores não qualificados — crianças, mulheres e outros — sobre os quais procuravam também exercer o seu controle. Nessa medida, os problemas relativos à qualidade da produção,

31. Taylor, Frederic — *The Principle of Scientific Management*, Harper & Row, 1964. A melhor descrição do craft-system ainda é do próprio Taylor nessa sua obra mais famosa. O autor que começou trabalhando em uma fábrica conhecia muito bem a organização de trabalho que pretendeu combater.

velocidade no processo de trabalho e salários, embora fossem itens presentes em todas as manifestações de trabalhadores, incidiam de forma diferente dependendo da posição do trabalhador no interior do processo de trabalho. Nesse sentido, o controle dos trabalhadores qualificados no *craft system* não só colocava problemas para a autoridade dos patrões e dos supervisores, como também instituía relações conflituosas no seio da própria classe operária. Tais confusões, inclusive, chegavam a extremos, como em alguns casos de greves descritos por Dan Clawson, nas quais os próprios patrões eram solicitados a contribuírem para o fundo de greve. Alguns autores marxistas, de fato, ao analisarem o *craft system,* recusaram reconhecê-lo como uma verdadeira experiência de controle de classe sobre o processo de trabalho. Indignados com a aparente falta de clareza dos trabalhadores qualificados, geralmente concluíram que eles não possuíam consciência de classe e faziam apenas o jogo dos patrões.

Frederich Taylor quando desencadeou a luta contra a organização de trabalho do *craft system,* foi num certo sentido mais arguto que muitos intérpretes de esquerda, pois viu muito bem o poder de decisão que os trabalhadores possuíam dentro das fábricas americanas do final do século passado.

Por isso mesmo o taylorismo não foi uma transferência de autoridade dentro das fábricas, uma vez que ela já estava instituída pela ação dos empreiteiros e dos contramestres. Foi muito mais uma estratégia política para retirar o poder de decisão dos trabalhadores na fábrica por meio de uma permanente apropriação de seu saber, visando com isso destruir uma específica organização do processo de trabalho.

Talvez resida aí a força do taylorismo. Nascido de uma luta contra um específico controle do processo de trabalho, o método de Taylor parte do pressuposto de que em qualquer organização da produção, seja ela qual for, não impera a anarquia, mas ao contrário, uma silenciosa rede de solidariedade e de saber cujos desdobramentos podem resultar num perigoso poder dos trabalhadores (32).

32. Para não repetir análises bastante minuciosas do sistema Taylor remeto os leitores aos livros de Harry Braverman, e de Dan Clawson, ambos já citados neste trabalho. A obra de Clawson é mais profunda uma vez que faz o estudo do taylorismo na perspectiva da luta de classes. Nela podemos encontrar uma análise minuciosa da investida do taylorismo contra o Craft System. Apenas gostaria de enfatizar que o taylorismo — por pretender quebrar a resistência dos trabalhadores e remeter o controle do processo de trabalho a agentes externos a esse processo — pode-se resumir em linhas gerais a estudos de tempo e movimento, segundo critérios "cientificamente" elaborados. Os elaboradores e responsáveis pela aplicação dos métodos de tempo e movimento, como agentes externos ao processo de trabalho, retiram justamente o poder de decisão dos trabalhadores no que se refere ao ritmo,

O historiador enfim deve estar atento para um fato: onde quer que o taylorismo apareça como discurso sobre a fábrica, deve estar acontecendo concomitante uma luta dos trabalhadores por maior controle no interior das mesmas. Por isso, o taylorismo pretende também despolitizar o espaço da fábrica quebrando e fragmentando as organizações formais e informais dos trabalhadores no controle do processo de produção.

O tema da industrialização e as mudanças do processo de trabalho no Brasil

Pretendo, agora, entrar num terreno pouco explorado pelo historiador no Brasil. Além de serem raras as pesquisas históricas sobre o processo de trabalho, as poucas que existem não exploram o problema à luz do discurso sobre a indústria. (33) Proponho-me, em linhas gerais exploratórias, abordar essa questão.

Com esse sentido, gostaria de fazer algumas considerações preliminares. Quando abordei o tema da industrialização como discurso dos industriais a partir do final dos anos vinte no Brasil, em meu livro *O Silêncio dos Vencidos,* Capítulo IV, procurei chamar a atenção para o fato de que no interior da luta de classes do período tornava-se possível a emergência de um discurso que colocava a indústria no centro de qualquer projeto político de reordenação da sociedade brasileira. Isto é, naquela análise eu procurava demonstrar que qualquer solução do problema institucional enfrentado

à velocidade e à qualificação dos mesmos dentro da fábrica. É bom lembrar, também, que se Taylor era extremamente rígido quanto às especificações de seu método nos itens de tempo e de movimento, não demonstrava grande rigidez no item salário, desde que esses últimos fossem devidamente diferenciados segundo a produtividade e eficiência de cada trabalhador. E também, onde o Craft System pressupunha uma solidariedade para o funcionamento do processo de trabalho (um acordo amplo sobre ritmos e velocidade das tarefas e luta unificada por "trabalho justo, salário justo") o taylorismo se investiu contra, procurando criar uma concorrência aberta entre os mesmos trabalhadores.

33. Entre os raros trabalhos encontramos o de Maria Alice Rosa Ribeiro — *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista* (1870-1930), e o de Liliana Segnini — *Ferrovia e Ferroviários*. Em ambos os estudos encontramos uma tentativa de aproximação histórica ao problema do processo de trabalho no Brasil. Além desses tenho conhecimento de pesquisas em desenvolvimento de Oswaldo Machado Filho que toma o tema da industrialização como discurso das indústrias e procura analisá-lo frente ao problema da organização do trabalho, durante os anos vinte (Unicamp). Podemos citar também os estudos sobre o funcionamento de instituições racionalizadoras do trabalho no Brasil (IDORT, SENAI) de Maria Antonieta Antonazzi e de Álvaro Tenca, ambos em fase de conclusão, e pesquisas sobre o funcionamento de escolas profissionais de M. Alice Ribeiro, Coraly Caetano, e Maria Lucia Gitahy, todos da Unicamp.

pela sociedade brasileira, teria de considerar como eixo central a própria fábrica. E ia mais longe, afirmando que apenas os industriais foram capazes de organizar um discurso abrangente capaz de fazer da indústria o ponto de partida da solução da crise institucional. Nessa medida, o fato da solução político-institucional encontrada na década de trinta não ter sido exatamente aquela que o discurso industrial equacionava, não demonstra qualquer fraqueza ou imaturidade do discurso dessa classe. Aliás, muito pelo contrário, a solução político-institucional encontrada reconhecia implícita e explicitamente o discurso dos industriais, ao colocar a fábrica como ponto de partida para a racionalização de toda a sociedade, elaborando inclusive um direito e uma organização estatal à luz desse pressuposto.

Nesse sentido, o discurso de Simonsen na inauguração do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, em 1928, *A Orientação Industrial Brasileira*, já diz tudo no título. É um dos primeiros discursos coerentes de economia política no Brasil, uma vez que toma a fábrica como ponto de partida para o desenvolvimento da sociedade. Evidentemente, não podemos querer encontrar em Roberto Simonsen, o Adam Smith brasileiro, inclusive porque no final dos anos vinte já não era possível pensar uma ciência da fábrica — a economia política — desvinculada de uma teoria de governo. A economia política já tinha dado mostras nesse período de que ela por si só não tinha condições de equacionar os problemas colocados pela fábrica. A pobreza urbana, o desemprego, a degradação dos setores mais desfavorecidos da população, fosse em São Paulo, em Londres, em Paris, já era objeto de preocupação política e dizia respeito explicitamente às teorias de governo. No entanto, isso não demonstra uma fraqueza da economia política, mas sim a sua força. Enfim, não foi esta ciência que se amoldou às novas teorias de governo, mas, pelo contrário, foi a política que se amoldou aos seus pressupostos, assumindo a inquestionabilidade da própria fábrica. Com isso, quero afirmar ser impossível pensar tanto o Welfare State, como o Nazismo, o Fascismo e mais particularmente o Estado Novo sem se levar em conta o pressuposto fundamental da economia política — a fábrica como ponto de partida incontestável da reorganização e da segurança da sociedade (34).

Nessa medida podemos falar de um tema da industrialização a partir do final dos anos vinte no Brasil, momento no qual qualquer teoria de governo ou qualquer solução político-institucional passava pelo reconhecimento do pressuposto fundamental da economia política — a fábrica como

34. Uma análise mais ampla do *tema da industrialização*, na perspectiva de empresários brasileiros, encontra-se no cap. IV, de meu livro *O Silêncio dos Vencidos*, Brasiliense, 1981.

ideal civilizatório da sociedade. Que Roberto Simonsen não tenha conseguido pensar uma forma de governo compatível com a fábrica não é nenhum sinal de fraqueza, uma vez que tal problema nunca foi o centro de análise e de reflexão da própria economia política. Desde o princípio, aliás, a economia política se definiu como disciplina independente, colocando a fábrica como pressuposto de organização da sociedade, entendendo com isso que qualquer regime político deveria se submeter a seus imperativos (35).

Simonsen, por exemplo, num célebre artigo intitulado *As finanças e a indústria*, de 1931, depois de avaliar a incapacidade da sociedade brasileira em elaborar um discurso e uma prática condizentes com as exigências da fábrica, fez várias incursões analíticas sobre as formas de governo compatíveis com a indústria e, não por acaso, viu com muita simpatia o desenvolvimento do Estado alemão rumo ao Nazismo e o Fascismo italiano, como modelos da mais completa racionalização da sociedade (36).

Sob esse ângulo, acredito podermos falar de um *tema da industrialização*, no final dos anos 20, procurando alcançar todos os setores da sociedade, sendo suficientemente amplo para moldar as mais diversas instituições até o ponto de elas convergirem em direção a um problema fundamental: a organização do processo de trabalho. A amplitude do *tema da industrialização* está assegurada quando a organização do processo de trabalho não se dá apenas num ponto, isto é, no interior da fábrica, mas numa multiplicidade de pontos institucionais estratégicos que se amoldam sob o imperativo da indústria. Nesse sentido, da década de 30 em diante o *tema da industrialização* é uma figura exemplar para toda a sociedade. Com isso quero afirmar que o estudo da organização do processo de tra-

35. Marx, por exemplo, quando fez a crítica à economia política não foi muito longe na sua proposta de uma nova teoria de governo. A *Crítica ao programa de Gotha* dá apenas algumas indicações a respeito de uma forma de governo: a ditadura do proletariado. Não devemos perder do horizonte o fato de que economistas como List precursor da Economia Nacional, ou Keynes jamais teorizaram sobre formas de governo. O capitalismo industrial como destino histórico das sociedades ocidentais e as formas de governo mais adequadas ao universo de racionalização fabril, foram matéria de reflexão da sociologia, com Max Weber.

36. O artigo de Simonsen *As finanças e a indústria* é exemplar para observarmos como para a economia política os regimes de governo devem ser moldados para atender às exigências da fábrica. Muitos anos mais tarde, em 1945, quando Simonsen debateu com Gudin — este sim um ortodoxo da economia política — o problema do planejamento econômico ele afirmou que tal experiência se devia ao Estado Soviético, mas que por se tratar ao mesmo tempo de matéria da ciência econômica não estava comprometida com nenhuma forma de regime político. A fábrica e suas seqüelas estavam além dos regimes políticos existentes, tanto os vigentes no mundo capitalista como o do mundo socialista, e portanto o planejamento estatal como matéria da economia não deveria se prender às questões de formas de governo.

balho a partir do final dos anos 20 é impossível se fazer sem uma investigação minuciosa de um conjunto muito amplo de instituições sociais, que o pesquisador deve ter a sensibilidade para apreendê-lo.

Esta complementaridade talvez seja mais difícil de acompanhar antes do final dos anos 20. Um discurso da economia política sobre a fábrica não está estruturado, embora a fábrica já seja uma realidade da vida urbana. Os seus efeitos são perceptíveis na cidade de São Paulo e não faltaram reformadores preocupados em encontrar soluções para os problemas que as fábricas criavam. Médicos higienistas, engenheiros, educadores, cada um com ângulos diferentes de percepção, captavam na presença do operariado da cidade os sinais de periculosidade que o mundo fabril produzia (37).

Aliás, desde que o operariado urbano desencadeou uma ampla gama de manifestações dentro e fora da fábrica, entre 1917 e 1920, inúmeras estratégias pontuais de racionalização da vida desse personagem passaram a compor o universo de atuação de diversos agentes sociais.

O proletariado urbano torna-se uma classe perigosa onde quer que apareça como agente, dentro da fábrica no decorrer do processo de trabalho, ou fora dela onde sua própria presença e condição assinalam os perigos de uma contestação social. Por isso mesmo, durante a década de 20 já podemos falar numa complementaridade de atuação dos reformadores e dos industriais, uma vez que todas as estratégias pontuais de controle do proletariado urbano na cidade acabavam por atuar direta ou indiretamente sobre o processo de trabalho. Durante esse período cada fala racionalizadora reivindica para si um saber sobre o tratamento da questão operária. A personagem incômoda do proletariado começa a ser minuciosamente estudada dentro de suas casas, na rua ou nas fábricas. É preocupação de muitos a sua saúde, a sua educação, a sua moral, o seu lazer, enfim e principalmente, o seu trabalho (38).

37. A tese de Maria A. Guzzo de Decca — *A vida fora da fábrica* — Unicamp, 1983, é um trabalho pioneiro e abrangente sobre a percepção e atuação dos reformadores sociais na cidade de São Paulo, nas décadas de vinte e trinta. O foco de atenção dos médicos higienistas, de educadores, de engenheiros durante esse período na cidade de São Paulo é a própria condição operária que eles investigam minuciosamente e propõem soluções racionalizadas. Além disso, essa tese interpreta também a forma pela qual os próprios trabalhadores refletiam sobre suas condições de vida e de trabalho.

38. Gostaria de deixar claro que a emergência de propostas reformistas de controle do proletariado urbano não excluem uma atuação permanente e violenta da instituição policial. Aliás, muito pelo contrário. Embora a sociedade comece a conceber outras estratégias de controle do proletariado, ela não prescinde de uma ação direta e repressiva da polícia. Os autores que melhor têm abordado este tema são Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro. O trabalho em co-autoria *The control and policing of the working-class in Brazil,* Unicamp, 1983 (mimeo.), faz uma análise

Contudo, como já afirmei, cada agente preocupado com o proletariado tem uma percepção diferente do problema. Gostaria de me deter na percepção dos patrões, principalmente no momento em que os trabalhadores estão dentro do seu santuário — a fábrica. Estamos em 1919 e Roberto Simonsen publica o *Trabalho Moderno*, um opúsculo que prega a aplicação urgente do taylorismo na reorganização do processo de trabalho. Quais os destinatários do discurso de Simonsen?

Os inúmeros agentes da sociedade que apregoam que a fábrica só causa aumento do custo de vida e agitação operária, mas principalmente os próprios patrões desorientados com a questão do controle do processo de trabalho dentro da fábrica (39).

Poucos analistas que fizeram estudos sobre a industrialização ou sobre a classe operária no Brasil notaram que Simonsen prega o taylorismo num período de grande agitação entre os trabalhadores. E mais, tomando como referência apenas o inventário das greves composto por Boris Fausto em *Trabalho Urbano e Conflito Social* não é difícil perceber que um número bastante grande de paralisações coloca em pauta a questão do controle do processo de trabalho (40). Greves devidas a desacordo com contramestres, contra má qualidade da matéria-prima, contra multas por produção insuficiente, contra o trabalho infantil, contra gerente, contra maus tratos, contra trabalho por peça, contra subchefes, contra regulamento interno; todas elas compõem um quadro bastante sugestivo da ação dos trabalhadores em São Paulo entre 1917 e 1920. Além disso, devemos considerar que as greves por aumento de salário têm sido mal exploradas uma vez que existe um viés acadêmico e também de tradição sindical de considerá-las como uma questão contratual. Quem, por exemplo, analisou as greves de 1978 em São Paulo retendo apenas os aspectos contratuais da reivindicação salarial perdeu o principal do movimento, que foram as estratégias operárias no controle do processo de trabalho (41).

histórica bastante documentada da ação repressiva que tem pesado sobre os trabalhadores, desde o final do séc. XIX.

39. O texto completo de O Trabalho Moderno foi publicado em 1919, mas encontra-se também no livro do autor *À margem da profissão,* S. Paulo Editora, 1932.

40. Fausto, Boris — *Trabalho Urbano e Conflito Social,* Difel, 1976. p. 253 a 273. No levantamento o autor faz a seguinte observação: A relação (das greves) é meramente indicativa. O número de greves foi maior do que o arrolado não só porque se pode supor a não referência a pequenas mobilizações como ainda porque torna-se impossível computar referências genéricas aludindo à existência de "greves em várias fábricas de móveis", "greves em várias oficinas gráficas etc.".

41. Veja-se o livro de Amnéris Maroni, já citado.

Há ainda dificuldades a mais para o estudo das transformações do processo de trabalho evidenciadas nesse período. Por um lado, a cristalização de uma interpretação histórica que atribui a ocorrência das greves entre 1917-1920 à deterioração das condições de vida operária decorrente da curva inflacionária do período da guerra. Por outro lado, uma interpretação não economicista mas profundamente voluntarista que imputa aos anarquistas a responsabilidade do movimento para melhor julgá-los depois como agentes políticos incapazes.

O que fica totalmente de fora é a questão de se o anarquismo não respaldou satisfatoriamente, durante as primeiras décadas do século, um determinado controle do trabalhador sobre o processo de trabalho. Não quero dizer com isso que o anarquismo seja uma doutrina que só dê conta da organização do processo de trabalho dos primeiros estágios da industrialização. Nem quero afirmar que um determinado controle sobre o processo de trabalho nas primeiras décadas do século tenha sido fruto apenas da ação entre os trabalhadores da doutrina anarquista (42). Minha hipótese de trabalho é a de que a derrota do anarquismo nos anos 20 se deveu, entre outras coisas, a uma perda do controle operário dentro da fábrica, pela reorganização do processo de trabalho. Sem dúvida alguma o papel da repressão policial foi um elemento importantíssimo nessa derrota, como também o foi a organização política dos patrões, mas as greves entre 1917-1920 parecem demonstrar que a classe operária estava vivendo os seus maiores confrontos no interior do processo de trabalho.

Talvez seja esta a colocação fundamental do discurso de Simonsen sobre o taylorismo. Ao que tudo indica esse empresário não fala daquilo que deveria acontecer, mas de alguma coisa que já está ocorrendo em 1919. Quais as pistas?

Alguns autores analisando o desenvolvimento da indústria em São Paulo, na década de 10, a despeito das divergências, concordam num ponto: estão ocorrendo mudanças significativas em vários ramos da indústria (43). Seja pela utilização crescente de maquinaria, seja pela intensificação do processo de trabalho, o fato é que os trabalhadores estão sujeitos a uma vigilância e disciplina maiores, o que implica uma perda de controle no processo de trabalho. Nos ramos onde a maquinaria é introduzida, a própria mecanização traz consigo maior vigilância dos mestres e dos contra-

42. Os pontos de coincidência entre a questão do controle do processo de trabalho pelos operários nas fábricas paulistas e a doutrina anarquista estão sendo pesquisados por Luzia Margareth Rago no mestrado de história da Unicamp. A pesquisa abrange também a questão do cotidiano operário e a doutrina anarquista.

43. Veja-se Dean, Warren — *A industrialização de São Paulo*, Difel, 1971 e Cano, Wilson — *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, Difel, 1977.

mestres, e nas indústrias onde não há grande mecanização o uso intensivo do trabalho também resulta numa perda do controle operário.

É interessante observar Roberto Simonsen como um empresário da construção civil, ramo no qual o controle operário sobre o processo de trabalho era considerável. Veja-se esta observação de Boris Fausto: "Os sindicatos da construção civil eram mais representativos e com freqüência conseguiam impor aos seus empregadores suas reivindicações: os canteiros de São Paulo, por exemplo, ganharam praticamente todas as greves desfechadas entre 1907 e 1913" (44). O seu discurso sobre o taylorismo tinha sem dúvida um alvo bastante objetivo, e seria um absurdo pensar que Simonsen fizesse apologia desse método para pôr fim a uma anarquia no processo de trabalho. Quando esse autor fala em guerra de classes, em 1919, ele tem alvos específicos — o controle operário sobre o processo de trabalho e a mudança dos métodos de violência usados pelos patrões nas fábricas.

Seria extremamente difícil numa fase exploratória fazer uma avaliação ampla do problema. Mas ao que tudo indica profundas alterações começaram a ocorrer no conjunto das atividades industriais, já por volta de 1910. Wilson Cano, por exemplo, observa que "tomado o biênio 1905-1906 como base, as importações de bens de capital crescem vigorosamente até 1911-1913, quase quintuplicando no ano de 1912, para São Paulo..." (45). Além disso, há indícios de ramos industriais, como o de calçados, que já estavam sofrendo transformações significativas no processo de trabalho antes de 1910. Em outras atividades como a dos vidreiros a alteração do processo de trabalho através do uso de tecnologia vinha de encontro a uma reivindicação dos próprios trabalhadores. No caso dos operários têxteis a denúncia contra as "lançadeiras" chegou ao extremo em 1913, quando eles pediram a proibição de seu uso, exigindo que se "utilizassem processos mecânicos vigentes na Europa" (46).

Roberto Simonsen em sua obra *Evolução Industrial do Brasil*, de 1939, afirmava que o grande teste da indústria de São Paulo foi vivido durante o período da I Guerra Mundial. Wilson Cano, recentemente, corrobora esta tese, acrescentando que isso foi possível devido às transformações ocorridas na indústria de São Paulo, a partir de 1906-1907. Faz sentido. Já em 1907 ocorrem inúmeras greves que poderiam ser novamente reavaliadas, e a I Guerra Mundial deve ter se tornado um excelente teste para alterar as formas organizacionais de trabalho existente. Sob esse ângulo, as paralisações a partir de 1917 poderiam ser entendidas como um indício signi-

44. Fausto, Boris — op. cit. — p. 131.
45. Cano, Wilson — op. cit. — p. 232.
46. Fausto, Boris — op. cit. — pp. 118-119.

ficativo de manifestações operárias contra a reorganização do processo de trabalho.

Edward Thompson, como já foi citado, chamou a atenção dos historiadores para o fato de que o luddismo não pode ser interpretado como reação cega dos operários frente à crise industrial aberta pela guerra da Inglaterra contra a França. Ele dá ênfase à natureza política do luddismo, como momento de denúncia operária contra a organização fabril e de perda de controle sobre o processo de trabalho. As greves desencadeadas em 1917 e que se prolongam até 1920 podem estar indicando um problema da mesma natureza. Como medida preliminar, basta verificarmos o quadro composto por Boris Fausto e os jornais operários denunciando a violência patronal no interior do processo de trabalho.

Além disso, alguns estudiosos da industrialização atestam uma espiral ascendente da produção industrial em São Paulo, a partir de 1920. Não deve ser por mero estímulo de mercado, nem apenas devido a vazamentos de capital. Uma batalha deveria estar sendo ganha dentro e fora das fábricas. Dentro, através de uma perda do controle do trabalhador sobre o processo de trabalho; fora, pela organização política dos industriais, pela ação dos reformadores sociais *and last but not the least,* pela repressão policial.

Se a tese de Wilson Cano estiver correta, durante o período de guerra os industriais devem ter investido contra o controle operário do processo de trabalho, dando a máxima utilidade à capacidade das máquinas adquiridas num período anterior, por um lado, e por outro, nas fábricas onde não havia mecanização utilizou-se do clássico "sweating system". Em ambos os casos, durante a guerra esteve em jogo a questão do controle operário nas fábricas.

Perguntar, por exemplo, até que ponto os sindicatos anarquistas tiveram consciência desse processo de reorganização das fábricas é um problema que fica em aberto. Como bem afirmou Thompson a respeito dos quebradores de máquinas, estes trabalhadores lutavam contra a fábrica presos numa tradição e numa cultura, mas propondo questões e práticas completamente novas.

Recentemente, estudos sobre a reorganização das fábricas alemãs entre 1896-1914 demonstraram que lá também ocorreram processos semelhantes. Renovação tecnológica nas fábricas, greves operárias contestando a reorganização do processo de trabalho e organização política dos industriais. Na Alemanha também antes da introdução do taylorismo o processo de trabalho foi alterado por métodos de controle do tempo de tra-

balho e pela introdução de máquinas que redundavam na desqualificação do trabalhador (processo também bastante sentido nas fábricas brasileiras pelas denúncias, por exemplo, ao uso do trabalho das mulheres e das crianças e de acidentes de trabalho causados pela sua intensificação) (47).

Também na Alemanha após 1904 cresce o número de organizações patronais cujos objetivos eram claros: 1) atuação política coordenada para angariar apoio da opinião pública contra a agitação operária e para coordenar de uma maneira mais eficaz a repressão policial; 2) criação de um comando industrial de informações e de fichamento de operários com o intuito de vigiar de fora o seu comportamento dentro das fábricas. Nesse último caso, podemos ver nascer centros de informações e vigilância operária para além dos muros da fábrica.

Não devemos esquecer de que, em 1921, nasce no Brasil uma organização patronal exatamente nos mesmos moldes — o Centro dos Industriais de Fiação e Tecidos do Estado de São Paulo! (48) Não é de se estranhar que esse centro não discuta em suas circulares questões de organização do processo de trabalho. Ele afinal não foi criado para oferecer subsídios aos industriais quanto às questões postas pelo processo de trabalho. Ele não se assemelha absolutamente às instituições de apoio à indústria que nasceram no final do século XIX, nos Estados Unidos. Os objetivos da formação do CIFTESP, à semelhança dos organismos surgidos na Alemanha pré 1914, eram explicitamente políticos. Visava antes de tudo dar apoio político a todas as medidas desencadeadas pelos patrões para quebrar a resistência dos trabalhadores no interior do processo

47. Groh, Dieter — Intensification of Work and Industrial Conflict in Germany, 1896-1914 — in *Politics and Society*, vol. 8, 1978 — "Os sistemas que se desenvolveram para controlar o trabalho, os quais foram introduzidos bem cedo, eram sistemas quase exclusivos de controle do tempo de trabalho. A velocidade crescente das máquinas trouxe consigo uma maior intensidade de trabalho e um esforço correspondente sobre o sistema nervoso, uma vez que os trabalhadores não podiam desviar, por um só momento, seus olhos das máquinas... O uso cada vez maior de material barato, quer dizer, material com fibras mais curtas, juntamente com a velocidade crescente das máquinas, também aumentou a poluição do ar... A deterioração da qualidade do material também trouxe desvantagens consideráveis no rendimento do trabalho por peça, tanto na fiação quanto na tecelagem, pois a matéria-prima rompia mais facilmente." Compare-se essa descrição sucinta do autor sobre a perda de controle do trabalhador alemão sobre o processo de produção, com os Boletins do DET de 1911 e 1919, que descreveram as condições de trabalho nas fábricas têxteis de São Paulo.

48. O conteúdo das circulares do CIFTESP podem ser encontrados em Pinheiro, P. S. e Hall, M. — *A classe operária no Brasil — (1889-1930)*, vol. II, Brasiliense, 1981. Uma análise das circulares encontramos em M. Alice Ribeiro, op. cit., Unicamp.

de trabalho e ganhar a opinião pública paulista para o uso da força policial no caso de perseguições a militantes, de greves e outras agitações (49).

Num sentido exploratório apresentamos algumas indicações. Existem muitas outras que não cabem no limite desse trabalho. Num estudo comparativo com a Alemanha não há como deixar de lado a questão posta por Dieter Groh, um autor já citado. Na Alemanha os sindicatos operários perceberam muito tardiamente o problema que estavam enfrentando e demoraram para tomar uma posição geral sobre a reorganização do processo de trabalho. No Brasil, ao que parece, o problema foi percebido agudamente no período da Guerra, num momento em que já estava em pleno curso uma reorganização interna nos vários ramos da indústria e muito principalmente na indústria têxtil. As inúmeras greves operárias entre 1917-1920 são uma demonstração clara desta percepção. Mas a organização política dos industriais também é a contraface desta percepção. Durante a década de 20, no silêncio imposto pelos muros das fábricas, os patrões preparavam sua mais arrojada investida: a criação do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, em 1928. A partir daí o problema deixava de ser apenas a organização do trabalhador segundo os moldes da fábrica, mas pretendia-se organizar toda a sociedade sob o império da indústria.

Se dermos crédito às informações contidas nas circulares do CIFTESP, no decorrer da década de 20, parece que boicotes, roubos, absenteísmo e *turn-overs* são desafios cotidianos que a classe trabalhadora coloca diante dos patrões. Mas, ao mesmo tempo, a produtividade das indústrias aumenta e os sindicatos operários estão mais silenciosos. O que estaria ocorrendo? Novas formas de contestação e resistência operárias? É provável, pois já por volta de 1928 a classe operária é uma presença constante em todos os discursos políticos. Durante a década de 20 parece que a luta entre operários e patrões perde a grandiloqüência das grandes manifestações. Por parte das lideranças operárias uma certa nostalgia das monumentais ações de 1917, para outros agentes da sociedade — patrões e reformadores sociais — o início de uma investida silenciosa pelo controle da vida e do trabalho operário, para outros, vigilância policial permanente capaz de atuar com eficiência a qualquer sinal de agitação, e de fazer um serviço velado de espionagem. Para o conjunto da classe, como mostra uma autora já citada, uma resistência cotidiana e a reinvenção de práticas que nos legaram poucos registros (50).

Se o período entre o início da Primeira Guerra até 1920 já coloca um desafio imenso ao historiador preocupado com a questão do processo de trabalho, a década de 20 é ainda uma incógnita, e também a de 30, a de 40...

Atibaia, outubro, 1983.

49. Dieter, Groh — op. cit. — p. 374. O autor nos dá uma interessantíssima descrição das atividades da associação dos empregadores alemães, fundada em 1904. Dá a impressão de que o CIFTESP copiou, em 1921, todas as idéias de sua congênere alemã. O autor enumera as atividades e destacamos entre elas a do registro compulsório de operários levado a efeito pelas firmas mais bem organizadas com o intuito de vigiar os operários ditos perigosos, principalmente ativistas sindicais. Concluindo a respeito da formação da associação, o autor diz: "Esse foi um salto qualitativo para a defesa dos esforços dos empregadores em sua organização contra o movimento dos trabalhadores."

50. Decca, Maria A. Guzzo — op. cit. Veja-se principalmente o terceiro capítulo onde a autora nos mostra a percepção do cotidiano sob a ótica do próprio operariado, num permanente começar de novo.

A INTRODUÇÃO DO TRABALHO LIVRE NAS FAZENDAS DE CAFÉ DE SÃO PAULO*

Verena Stolcke e Michael M. Hall
(Universidad de Barcelona/Departamento de História da UNICAMP)

Introdução

País de terras abundantes e população relativamente escassa, o Brasil confrontou-se com problemas específicos quando da constituição de uma força de trabalho. Até a década de 1850 os escravos formavam o grosso do contingente de trabalhadores necessários a uma agricultura de exportação em larga escala. Contudo, em meados do século dezenove, à medida que cresciam os ataques à escravidão, alguns fazendeiros de café de São Paulo começaram a fazer experiências com o trabalho livre. Além disso, a abolição do tráfico de escravos em 1850 coincidiu com a penetração e rápida expansão do café no Oeste paulista, em decorrência do declínio da outra principal região cafeicultora — o Vale do Paraíba — e em resposta à crescente demanda internacional de café. A introdução do trabalho livre na agricultura de São Paulo constituiu-se num exemplo de criação da força de trabalho livre em uma situação de desenvolvimento agrícola extensivo, sob condições de escassez potencial da oferta de mão-de-obra. "Nosso solo oferece-nos riquezas ilimitadas, mas nos faltam braços", assim expressou-se um observador da época a respeito do obstáculo mais importante para o desenvolvimento agrícola, a ser enfrentado pelos fazendeiros paulistas na segunda metade do século dezenoze (1). Após 1850 os cafeicultores mais previdentes percebiam nitidamente que um meio de substituir o trabalho escravo, ou ao menos complementá-lo, deveria ser encontrado num futuro razoavelmente próximo, a fim de proporcionar o volume de trabalhadores exigido por esta cultura de trabalho tão intensivo. Embora a escravidão tenha se prolongado até 1888, foi precisamente o crescente debate em torno da questão do trabalho, bem como as experiências de fazendeiros paulistas nas décadas seguintes, que tornaram possível uma transição relativamente não violenta para o trabalho livre.

A criação de uma força de trabalho nunca é exclusivamente uma questão demográfica. Na ausência de uma reserva de mão-de-obra local disponível, os fazendeiros paulistas recorreram ao uso de trabalhadores imigrantes. Entretanto, a sua experiência com escravos os tinha tornado profundamente cientes da necessidade de formas efetivas de controle do trabalho. Por isso, a questão enfrentada pelos fazendeiros durante a segunda metade do século dezenove não era apenas encontrar uma nova fonte de mão-de-obra, mas também, cada vez mais, como organizar e controlar com eficiência o trabalho livre. O desenvolvimento e organização da força de trabalho livre destinada às fazendas de café de São Paulo foi um processo ao mesmo tempo econômico e político. A dinâmica da situação decorreu tanto das razões econômicas dos fazendeiros, como do poder de barganha utilizado pelos trabalhadores ao resistir às suas imposições.

O objetivo deste artigo é compreender como os fazendeiros paulistas conseguiram finalmente solucionar seus problemas com a força de trabalho. A oferta efetiva de mão-de-obra em qualquer momento dado é sempre afetada pelas sanções e incentivos existentes em mãos dos empregadores, de modo que eles possam exercer seu poder sobre a produção a fim de extrair lucros. No caso de São Paulo, a ausência de um mercado de trabalho já estabelecido determinou decididamente as opções feitas pelos fazendeiros em relação aos sistemas de trabalho e sua evolução. As dificuldades iniciais com o trabalho livre têm sido repetidamente atribuídas à menor rentabilidade relativa dos trabalhadores imigrantes em compara-

* Este texto é uma versão revista e corrigida de um artigo publicado no *Journal of Peasant Studies* (Londres), vol. 10, n.os 2 e 3, janeiro/abril de 1983. Agradecemos a Célia Maria Marinho de Azevedo pela tradução, bem como Evelina Dagnino e Italo Tronca pela revisão.

1. "Bericht des schweiz. Generalkonsuls in Rio-Janeiro an den schweiz. Bundesrath über die Auswanderung nach Brasilien", *Schweitzerisches Bundesblatt*, X, Jahrgang 11, n.° 34, 24 de julho de 1858, pp. 183-188, citando os discursos de um agente de imigração chamado Mota em favor da emigração para o Brasil.

ção com os escravos (2). Porém, o que primeiro impulsionou os fazendeiros a introduzir o trabalho livre foi a sua crescente percepção de que a escravidão estava condenada. Portanto, a questão inicial mais interessante é por que os fazendeiros escolheram primeiro a parceria como o sistema de trabalho sob o qual se daria a introdução do trabalho livre, ao invés de optarem por um sistema direto de salários ou algum outro arranjo.

A ausência de um mercado de trabalho consolidado determinou decisivamente não apenas a escolha dos fazendeiros em termos de sistemas de produção, mas também a sua própria sorte. O sucesso dos sistemas introduzidos não foi determinado somente por fatores de custo (no sentido estrito do custo de obtenção do braço imigrante), e nem mesmo por diferentes ideologias dos fazendeiros (o seu suposto atraso ou, por outro lado, o seu espírito empreendedor exemplar), mas sobretudo pela luta entre a atuação dos fazendeiros e as reações dos trabalhadores, moldadas umas e outras pelas circunstâncias econômicas e políticas vivenciadas por eles. Como nós tentaremos mostrar, é este inter-relacionamento entre sistemas de exploração de trabalho e modos de resistência dos trabalhadores que explica as transformações sucessivas das formas de contrato de trabalho adotadas.

O contrato de parceria

Em 1847, o senador Vergueiro, dono de uma grande fazenda perto de Limeira, tornou-se o primeiro grande proprietário a introduzir braços imigrantes na produção cafeeira (3). Vergueiro, como explicou seu filho

2. E. Viotti da Costa, "Colônias de parceria na lavoura de café: primeiras experiências", in *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, São Paulo, 1977; W. Dean, Rio Claro: a Brazilian *Plantation System, 1820-1920*, Stanford, 1976; J. S. Witter, "Um estabelecimento agrícola no estado de São Paulo nos meados do século XIX", *Revista de História*, n.º 98, 1974; S. Buarque de Holanda, prefácio e notas de T. Davatz, *Memórias de um colono no Brasil*, São Paulo, 1941.

3. A transformação da fazenda Ibicaba, de Vergueiro, na primeira metade do século dezenove, é um bom exemplo da evolução da agricultura paulista. Vergueiro começara a substituir a cana-de-açúcar pelo café em 1828, mas tais atividades foram limitadas devido ao pequeno número de escravos de sua propriedade. Em 1840 ele fez uma primeira tentativa de reorganizar a fazenda, introduzindo gradualmente 80 famílias portuguesas em substituição aos seus escravos. Esta experiência fracassou devido aos distúrbios políticos de 1842. Sem desanimar, porém, por volta de 1847 ele fundou uma companhia de imigração e com a ajuda de um empréstimo de três anos do governo provincial contratou um grupo de 64 famílias alemãs. J. S. Witter, op. cit.; W. Dean, op. cit., p. 88.

mais tarde, encarava o término da escravidão como apenas uma questão de tempo (4).

Ao que parece, de início ofereceu-se aos imigrantes dois tipos de contrato: a parceria ou a locação de serviços, mas eles optaram pelo primeiro (5). De acordo com o contrato de parceria, o fazendeiro financiava o transporte dos imigrantes do seu país de origem ao porto de Santos, adiantava o custo do percurso de Santos à fazenda, assim como os mantimentos e instrumentos necessitados pelos imigrantes até que eles pudessem reembolsá-lo com os ganhos de suas primeiras colheitas. O fazendeiro designava aos trabalhadores o número de pés de café que eles poderiam cuidar, colher e beneficiar e atribuía-lhes um pedaço de terra para o cultivo de seus próprios gêneros alimentícios. Além disso, os imigrantes recebiam uma casa, aparentemente grátis. Sua remuneração consistia em metade dos ganhos líquidos com o café e com as colheitas de gêneros alimentícios. Os trabalhadores ficavam obrigados a repor os gastos feitos pelos fazendeiros em seu favor com pelo menos metade dos seus ganhos anuais com o café. O contrato inicial não especificava sua duração, mas declarava o volume do débito acumulado pelo imigrante por conta de suas despesas de transporte e outros adiantamentos. O trabalhador incorria em juros sobre essa dívida depois de dois anos, o que ocorreria também depois de um ano, com outros adiantamentos. Por fim, os imigrantes não podiam legalmente deixar a fazenda até que tivessem pago suas dívidas. Se o fizessem, eles incorreriam em pesadas multas. O trabalho era organizado e supervisionado pelo fazendeiro ou seu administrador. Os empregados eram explicitamente convidados a comportar-se pacificamente (6).

4. J. Vergueiro, *Memorial acerca de colonização e cultivo de café*, Campinas, 1874, p. 4. Cf. S. G' Kerst, *Uber brasilianische Zustände der Gegenwart, mit Bezug auf die deutsche Auswanderung nach Brasilien und das System der brasilianischen Pflanzer, den Mangel an afrikanischen Sklaven durch deutsche Proletarier zu ersetzen*, Berlin, 1853.

5. J. P. Carvalho de Moraes, *Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura...*, Rio de Janeiro, 1870, p. 5. Em vista dos termos entusiásticos com que a agricultura paulista era apresentada aos imigrantes, supõe-se que eles preferissem o contrato que lhes oferecia 50% de participação dos ganhos líquidos, ao invés do que lhes pagasse uma taxa fixa por unidade de café produzido.

6. August van der Straten-Ponthoz, *Le budget du Brésil*, Bruxelles, 1854, III, pp. 102-104. Um contrato muito parecido foi assinado entre o senador F. A. de Souza Queiroz e um grupo de imigrantes em 1852. As únicas diferenças eram que neste caso os juros sobre dívidas pendentes seriam cobrados apenas após quatro anos, o contrato era de cinco anos, e o fazendeiro concordou em arrendar terras para os trabalhadores em uma de suas fazendas após o término do contrato. E. Viotti da Costa, op. cit., pp. 175-177. O número de cafeeiros designados para cada família imigrante dependia basicamente do número, sexo e idade de seus membros. J. P. Carvalho de Moraes, op. cit., p. 7.

Assim, os fazendeiros transferiam todos os gastos com a obtenção de trabalho imigrante para os próprios trabalhadores que, em conseqüência, começavam já sobrecarregados por dívidas significativas. A expectativa, em geral, era de que um trabalhador diligente levaria uma média de quatro anos para ressarcir sua dívida (7).

No início da década de 1850, muitos fazendeiros, impressionados com o aparente sucesso do experimento Vergueiro e preocupados com os efeitos do recente término do tráfico de escravos, recorreram a Vergueiro e Cia. a fim de também obter trabalhadores imigrantes. A partir daí os contratos tornaram-se mais desfavoráveis para os imigrantes. A Vergueiro e Cia. começou a cobrar não apenas uma volumosa comissão a incluir-se no débito dos trabalhadores, como também os juros sobre as dívidas passaram a vigorar a partir da data da chegada, e algumas vezes a uma taxa de 12%, ao invés dos 6% anteriores (8). Além disso, do início da década de 1850 em diante, toda a família imigrante era responsável pela dívida, meio encontrado pelos proprietários para se protegerem contra perdas em caso de morte do chefe da família (9). Por fim, enquanto no início os trabalhadores livres deviam beneficiar o café colhido por eles, por volta de 1856 eles foram gradualmente liberados desta tarefa pela qual passaram a pagar uma taxa fixa por unidade de café colhido (10).

Por volta de 1855, havia cerca de 3.500 imigrantes trabalhando em 30 fazendas da província de São Paulo (11). Na maioria das vezes o

7. Alguns observadores asseguram que, sob o primeiro contrato, um número significativo de imigrantes conseguiu saldar seus débitos nos anos iniciais e retirar-se para se estabelecer por conta própria, J. P. Carvalho de Moraes, op. cit., p. 7; *Allgemeine Auswanderungs Zeitung*, Rudolstadt, 25 de setembro de 1857, n.º 39; J. J. von Tschudi, *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, São Paulo, 1953, pp. 135, 159. O presidente da província, Saraiva, informou em 1855 que dos 900 imigrantes que tinham se estabelecido na propriedade de Vergueiro em 1847, cerca de 670 ainda permaneciam por volta de 1855. O restante havia cumprido seus contratos ou indenizado o fazendeiro pelos gastos. São Paulo, *Relatório do presidente da província...*, 15 de fevereiro de 1855. Já em 1867, porém, um emissário do governo prussiano, H. Haupt, observou que apenas em circunstâncias muito favoráveis — tais como lotes férteis, famílias grandes, ausência de doenças — uma família imigrante conseguiria saldar sua dívida num tempo razoável. H. Haupt, in Sociedade Internacional de Imigração, *Relatório*, I, 1867, p. 39.

8. J. J. von Tschudi, op. cit., pp. 135, 166.

9. Ibid., p. 135; J. P. Carvalho de Moraes, op. cit., pp. 55-56.

10. J. P. Carvalho de Moraes, op. cit., p. 5; alegava-se que isto permitiria aos trabalhadores cuidar de um maior número de cafeeiros, ibid., p. 59.

11. "Relação das colônias existentes na província de São Paulo no ano de 1855", manuscrito anônimo datado de 8 de março de 1856, encontrado no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, lata 71/7. Havia 117.731 escravos na província em 1854. Não é fácil dizer quantos estavam engajados no cultivo de café, mas certamente constituíam a maioria. J. F. Camargo, *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*, São Paulo, 1952, II, p. 12.

trabalho livre coexistia com a escravidão, embora os fazendeiros tenham estabelecido desde o início uma certa divisão técnica do trabalho. Todas as atividades além do cultivo e colheita do café que supostamente requeriam constante supervisão ou eram inapropriadas para a parceria, continuaram a ser realizadas por escravos. Tais tarefas incluíam o preparo do solo para a plantação de novos pés de café e de alimentos para o consumo da fazenda e, de modo crescente, o processamento do café (12).

Quase na mesma época, foi introduzida uma outra medida, diretamente relacionada com o sistema de trabalho. Em 1850 decretou-se uma Lei de Terras que consolidou os direitos da propriedade privada e procurou evitar que os imigrantes se tornassem proprietários ao instalar-se pura e simplesmente em áreas públicas (13). A existência de vastas faixas de território não ocupado constituía-se de fato num dos sérios obstáculos ao aproveitamento da dispersa população nacional de trabalhadores livres, que nunca representou uma parte significativa da força de trabalho das fazendas no século dezenove (14).

Como o recrutamento de trabalho imigrante requeria dos fazendeiros um investimento inicial, uma das suas constantes preocupações era garantir este capital investido (15). Contudo, para os imigrantes a dívida inicial pesava cada vez mais em seus rendimentos. Na prática, os seus ganhos com o cultivo de café representavam bem menos que os 50% de lucro líquido estipulados. As conseqüências disso seriam profundas.

12. J. P. Carvalho de Moraes, op. cit., p. 10.

13. E. Viotti da Costa, "Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos", em *Da Monarquia à República*, op. cit. Conforme ela assinala, os defensores da lei, a maioria grandes proprietários de terra, preocupavam-se essencialmente com os efeitos desta lei no tocante ao fornecimento de trabalho livre em substituição aos escravos. Aqueles liberais contrários aos interesses da grande propriedade rejeitavam-na, defendendo por sua vez a doação de terras aos imigrantes como um incentivo para atrair colonos estrangeiros que civilizariam o país. Cf. J. de Souza Martins, *A imigração e a crise do Brasil agrário*, São Paulo, 1973, pp. 51-54; W. Dean, "Latifundia and Land Policy in Nineteenth-Century Brazil", *Hispanic American Historical Review*, LI, n.º 4, 1971.

14. Aqueles que se ligavam às fazendas constituíam um grupo de agregados sem grande importância econômica, um tipo de dependente a quem se permitia o uso de terras marginais da propriedade em troca de trabalho ocasional e outros serviços. M. S. de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, São Paulo, 1969. Cf. Peter Eisenberg, "O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX. Sugestões para uma pesquisa", Anais do *Museu Paulista*, XXVIII, 1977-78.

15. J. J. von Tschudi, op. cit., p. 136. Tschudi era um emissário da Federação Suíça, enviado ao Brasil em 1860 para inspecionar as condições dos parceiros suíços. Ele mesmo era proprietário de terras em seu país natal e, num tom solidário, relatou que os fazendeiros estavam bastante satisfeitos com as modificações do contrato, pois estas lhes proporcionavam uma sólida garantia para o capital investido.

O primeiro sinal do crescente descontentamento entre os imigrantes ocorreu em meados de 1856 quando um grupo de trabalhadores suíços insurgiu-se na fazenda Nova Olinda, perto de Ubatuba. O problema aparentemente começou quando o gado invadiu seus lotes de cultivo de subsistência e os desacordos a respeito da indenização levaram à intervenção da polícia. Posteriormente, durante a visita do cônsul suíço à fazenda, o tema central passou a ser as condições gerais de vida dos imigrantes: qualidade das terras de cultivo de subsistência, cumprimento dos contratos, moradia etc. Os fazendeiros, como era de costume, atribuíam os eventos ao incitamento por elementos subversivos. Após o cônsul prometer aos imigrantes a sua transferência para uma colônia do governo, sendo que parte de suas dívidas seria esquecida e nenhum juro precisaria ser pago, o conflito foi afinal resolvido (16). Esta luta já revelava quais seriam alguns dos pontos fundamentais dos conflitos entre fazendeiros e trabalhadores.

Entretanto, a revolta mais importante começou em dezembro de 1856 com os trabalhadores suíços e alemães da fazenda-modelo Ibicaba, do senador Vergueiro. A presença de um mestre-escola suíço, Thomas Davatz, contribuiu para tornar o ressentimento latente dos imigrantes em um movimento organizado de protesto contra o que eles consideravam graves irregularidades no cumprimento de seus contratos. Eles não questionavam os termos do contrato em si, mas protestavam contra os cálculos dos ganhos com o café produzido, a cobrança da comissão, a taxa de câmbio desfavorável usada na conversão de suas dívidas em moeda corrente, a cobrança de transporte de Santos até as fazendas e a estranha divisão dos lucros decorrentes da venda do café (17). O motivo imediato para a revolta parece ter sido a desilusão com os resultados da colheita de 1855 que — contrariando suas esperanças — não permitiu aos trabalhadores reduzir suas dívidas. Conforme Davatz escreveu mais tarde, ele e seus compatriotas reivindicavam nada mais que um tratamento justo (18). A revolta terminou quando Davatz foi expulso e alguns outros líderes deixaram a fazenda. A revolta suscitou apreensão entre os fazendeiros devido à acusação de que Davatz estaria não somente aliado a elementos estranhos, como também alimentaria conspirações comunistas e outras igualmente terríveis (19). Ao que parece, muitos fazendeiros ficaram realmente atemorizados de que a revolta não apenas se espalhasse entre os trabalhadores livres de outras fazendas (uma ligação com o conflito anterior de Ubatuba foi repetidamente sugerida) (20), mas, pior ainda, pudesse insuflar os escravos.

Muito se tem discutido esta revolta e as fraudes cometidas pelos fazendeiros que, supostamente, teriam-na provocado. Estas são geralmente usadas para explicar o fracasso do sistema de parceria sob o qual os primeiros imigrantes foram contratados, bem como a suposta perda de interesse dos fazendeiros no emprego do trabalho livre (21). Aparentemente, no entanto, estas irregularidades (medidas fraudulentas, cálculos desonestos dos lucros etc.) apenas se somaram à crescente frustração dos imigrantes em relação às suas condições de vida e trabalho. Os fazendei-

16. *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung,* Rudolstadt, 23 de outubro de 1857, n.º 43, pp. 188-189. O cônsul geral suíço, David, foi uma exceção em sua defesa dos imigrantes. Em geral, os cônsules negligenciavam os interesses daqueles ou até faziam pior. Um dos seus predecessores foi Charles Perret-Gentil, agente de imigração, além de cunhado do senador Vergueiro e seu sócio nos negócios. O antecessor imediato de Perret-Gentil havia sido demitido depois de ter se apropriado indebitamente dos fundos da Schweizer Hilfsverein no Rio de Janeiro. R. A. Natsch, *Die Haltung eidgenössischer und kantonaler Behörden in der Auswanderungsfrage, 1803-1874,* Zürich, 1966, pp. 171-72.

17. T. Davatz, op. cit., apresenta um detalhado relato dos eventos. Ver também a coleção de documentos que reproduzem os informes de vários observadores em *Schweizerisches Bundesblatt,* X. Jahrgang II, n.º 34, 24 de julho de 1858, e XII. Jahrgang III, n.º 61, 28 de novembro de 1860. O descontentamento dos imigrantes agravou-se devido ao fato de que, para um número significativo deles, os seus governos locais haviam adiantado os custos de transporte, livre de juros e comissões, os quais estavam sendo cobrados deles por Vergueiro.

18. T. Davatz, op. cit., pp. 105-106.

19. *Deutsche Auswanderer-Zeitung,* Bremen, 22 de outubro de 1857, n.º 83, citando um informe da agência brasileira de colonização a respeito da revolta de Ibicaba. J. J. von Tschudi, "Bericht des schweiz. ausserordenlichen Gesandten in Brasilien, Herrn v. Tschudi, an den Bundesrath über die dortigen Verhältnisse der Kolonisten, vom 6. Oktober 1860", *Schweizerisches Bundesblatt,* XII. Jahrgang III, n.º 61, 28 de novembro de 1860. Em seus comentários à Federação Suíça, enviados por Tschudi juntamente com seu relatório, ele assinala que, de fato, parte da culpa pelas dificuldades cabia aos agentes de imigração que não haviam selecionado cuidadosamente os trabalhadores, contratando muita gente incapaz simplesmente para ganhar a comissão. Ele responsabilizava particularmente aos próprios imigrantes que nem sempre demonstravam o necessário interesse por seu trabalho. Tschudi omitiu estes aspectos em seu informe ao governo imperial, "de modo a enfatizar aqueles pontos derivados das condições do Brasil", *Schweizerisches Bundesblatt,* XII, Jahrgang III, n.º 61, 28 de novembro de 1860, p. 269. T. Davatz, op. cit., p. 100; M. J. Valdetaro, "Colônias de S. Paulo" in *Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas apresentado em 31 de março de 1858,* p. 91.

20. *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung,* Rudolstadt, n.º 43, 23 de outubro de 1857, p. 189.

21. O tema é recorrente, por exemplo, nos trabalhos anteriormente citados de J. S. Witter e S. Buarque de Holanda, assim como em *Rio Claro* de W. Dean.

ros, por sua vez, agiam movidos por um sério engano. Eles não contavam com os meios empregados pelos imigrantes para resistir contra o que consideravam imposições e condições contratuais injustas. A introdução de trabalho livre implicava um investimento de capital cuja amortização exigia um nível de exploração que os fazendeiros não tinham condições de impor. O obstáculo principal não era a ameaça de possíveis represálias por parte dos governos dos países dos imigrantes, cuja proteção era relutante e limitada (22), mas, antes, o contrato de parceria que não respondia adequadamente ao problema de criação de uma força de trabalho confiável.

Por que então os fazendeiros de São Paulo adotaram o sistema de parceria? Há muito se argumenta que a parceria é menos eficiente que o trabalho assalariado, sendo que o raciocínio usual é de como os parceiros recebem apenas uma parte do produto, eles param de trabalhar mais cedo do que um assalariado o faria (23). Mais recentemente o predomínio da parceria foi atribuído à sua maior eficiência na dispersão de riscos (24). A opção dos fazendeiros paulistas pela parceria foi interpretada em termos similares. Holloway sugeriu que a imprevisibilidade da produção e dos preços do café induziram os fazendeiros a ceder parte das rendas potenciais, que eram exclusivamente suas sob o regime escravista, porque isto evitaria a alarmante possibilidade de que os salários pudessem absorver mais do que os rendimentos da colheita (25). Este argumento obscurece a essência da parceria que é exatamente o seu acentuado caráter de exploração. Como Reid demonstrou em relação ao Sul dos Estados Unidos após a Guerra Civil, ao contrário dos rendimentos incertos, o que de fato explica a adoção da parceria são os elementos de incentivo que ela oferece em contraste com o trabalho assalariado (26). A parceria, numa situação

22. R. A. Natsch, op. cit., esclarece bem este ponto.
23. A. Marshall, *Principles of Economics*, Londres, várias edições.
24. S. N. S. Chueng, *The Theory of Share Tenancy*, Chicago, 1969.
25. T. Holloway, "The Coffee colono of São Paulo, Brazil: Migration and Mobility, 1880-1930", in K. Duncan and I. Rutledge (orgs.) *Land and Labour in Latin America*, Cambridge, 1977. É improvável que os fazendeiros paulistas não conhecessem a média da produção do café. Eles contavam com a experiência do Vale do Paraíba para ter uma idéia a respeito. De qualquer modo, nenhum empresário pode prever exatamente mercados e preços futuros.
26. J. D. Reid, "Sharecropping and Agricultural Uncertainty", *Economic Development and Cultural Change*, 24, 1976. Cf. J. D. Reid, "Sharecropping as an Understandable Market Response: the Post-Bellum South", *Journal of Economic History*, 33, 1973, que apresenta vários contratos de parceria bastante parecidos com aqueles usados em São Paulo.

de mão-de-obra escassa, é de fato mais eficiente que o trabalho assalariado. É uma forma de utilização do trabalho semelhante a um sistema de trabalho por peça, cuidadosamente negociado. Ambas são formas de assalariamento baseadas no incentivo, um meio de conseguir um esforço adicional de trabalho, de fazer com que os trabalhadores trabalhem mais e melhor por uma remuneração apenas um pouco maior do que a dos assalariados. A remuneração na forma de uma proporção do produto constitui um incentivo para o trabalhador intensificar o seu esforço, uma vez que seus ganhos dependem do montante produzido. Ele cultivará com maior cuidado porque parte dos resultados virá em seu próprio benefício. Além disso, a supervisão necessária será insignificante, pois o controle do trabalho é exercido pelo próprio trabalhador (27).

No caso de São Paulo, devido à ausência de uma oferta local de trabalhadores, os custos do trabalho foram altos, pelo menos no início. Além disso, a cultura do café requer emprego intensivo de mão-de-obra. Devido ao elemento de incentivo característico da parceria, poder-se-ia esperar que os parceiros cuidassem de mais pés de café por trabalhador do que o fariam os assalariados. Em conseqüência, menos trabalhadores seriam necessários e o investimento inicial seria mais baixo. Geralmente parceiros são contratados enquanto unidades familiares. Assim, a parceria também permite que o proprietário se beneficie do uso do trabalho da família dos parceiros (28). Os fazendeiros sempre se opuseram ao recrutamento de homens solteiros, argumentando que as famílias de imigrantes mostravam-se menos propensas a abandonar as fazendas. Isto pode ser verdade, mas certamente era de igual importância o fato de que as famílias de imigrantes constituíam uma reserva de trabalho barato. Um parceiro geralmente aceitará uma divisão do produto que não cobrirá inteiramente o preço potencial do trabalho da família no mercado, a qual, de outra maneira, permaneceria sub ou não empregada. De fato, os fazendeiros proibiram algumas vezes os imigrantes e suas famílias de trabalhar fora da fazenda (29). O fazendeiro obtinha assim este trabalho adicional a um custo mais baixo do que aquele que ele teria pago caso o tivesse buscado

27. Juan Martínez-Alier, "Peasants and Labourers in Southern Spain, Cuba, and Highland Peru", *Journal of Peasant Studies*, I, n.º 2, 1974.
28. Conforme José Vergueiro, op. cit., p. 5, observou em 1874: "Entendo que a colonização só pode progredir sendo feita por famílias. Calcula-se cada família constituída de, termo médio, cinco pessoas."
29. J. P. Carvalho de Moraes, op. cit., apêndice 5, p. 2.

no mercado. Como as necessidades de trabalho no momento da colheita eram maiores em cerca de um quinto em relação ao cultivo (30), as mulheres e filhos dos trabalhadores poderiam cobrir satisfatoriamente esta demanda adicional.

Os trabalhadores também recebiam um lote para o cultivo de subsistência, o que era para os fazendeiros um outro meio de reduzir os custos do trabalho. Estes lotes eram geralmente concedidos em terrenos marginais impróprios para o café, ou em terras virgens que seriam mais tarde destinadas ao cultivo de café. Os trabalhadores não tinham a posse efetiva da terra. Teoricamente esperava-se que eles produzissem estritamente o necessário para a sua própria sobrevivência, reduzindo-se assim o custo de sua própria reprodução (31).

Por reduzir os custos do trabalho por unidade em comparação com o trabalho assalariado, a parceria deve ter se apresentado inicialmente para os fazendeiros como a alternativa mais apropriada ao trabalho escravo. O elemento de incentivo deve ter aparecido como um substituto satisfatório para a coerção, indispensável para o trabalho escravo. A questão não era meramente a de resolver problemas potenciais na oferta de mão-de-obra, mas fazê-lo de um modo lucrativo.

Os imigrantes, entretanto, eram trabalhadores livres. Como parceiros, eles eram em princípio livres para decidir quanto à intensidade do trabalho e a sua alocação. A sua aplicação e produtividade em relação ao café dependiam assim da sua própria avaliação dos ganhos.

Os fazendeiros e os agentes de imigração procuraram criar a ilusão de que os imigrantes poderiam rapidamente ressarcir as dívidas e adquirir a sua própria terra. Na prática, porém, os imigrantes tinham que esperar em geral pelo menos dois anos antes de receber retornos significativos por seus esforços. A parte que lhes cabia a partir da primeira colheita levava quase outro ano para ser paga, devido aos atrasos na comercialização do café. No entanto, como os contratos estipulavam que metade dos ganhos anuais dos trabalhadores com o café devia ser retida para cobrir suas dívidas, e neste ínterim eles acumulavam novos débitos de adiantamentos, apenas no terceiro ano eles poderiam esperar

30. A. Ramos, *O café no Brasil e no estrangeiro,* Rio de Janeiro, 1923, p. 358.

31. A cláusula constante dos contratos iniciais de que metade de qualquer excedente da colheita de gêneros pertencia ao fazendeiro (procurando-se com isso desencorajar os trabalhadores de cultivar alimentos além das suas necessidades básicas e em detrimento do cultivo do café), foi logo abandonada como bastante ineficaz. J. P. Carvalho de Moraes, op. cit., p. 57.

receber algum dinheiro (32). Não é nada surpreendente que os imigrantes tenham se tornado cada vez mais insatisfeitos.

A revolta de 1856 permaneceu como um evento isolado (33). A maioria dos imigrantes reagia de uma maneira menos dramática, mas ao mesmo tempo mais insidiosa, ao restringir sistematicamente seu trabalho no cultivo de café. Logo os fazendeiros começaram a ficar preocupados com a baixa produtividade do café em mãos de imigrantes. Em 1860, um inspetor do Governo Imperial, depois de visitar 20 colônias, concluiu: "Na minha opinião, os lugares que visitei não estavam, e nem se acham ainda em condições favoráveis para receber colonos com vantagem, mesmo pelo sistema de parceria, principalmente quando eles têm de começar onerados com uma dívida, em razão do pouco interesse que o café deixa, tendo de consumir-se metade do seu valor, e às vezes mais, em gastos de transporte e outras despesas necessárias para pô-la no lugar do mercado... Além disto, só oito meses, pelo menos, depois de colhido o café, é que o colono pode receber o seu produto... Deste estado de coisas

32. C. Heusser, *Die Schweizer auf den Colonien in St. Paulo in Brasilien,* Zürich, 1857, pp. 28-29. Entre outros, Kerst, op. cit., p. 70, considerou uma séria desvantagem o fato dos fazendeiros terem se encarregado da comercialização da colheita. Em vista das "deduções exorbitantes" feitas pelos fazendeiros, ele acreditava que os "trabalhadores se sairiam melhor se eles recebessem a sua parte *in natura* e a vendessem eles mesmos, ao invés de ter o fazendeiro... como seu intermediário... Os compradores recolheriam então o seu produto, poupando-lhes de qualquer obrigação posterior. É claro, poderia então acontecer dos trabalhadores competirem com o fazendeiro".

O tempo real levado pelos imigrantes para amortizar suas dívidas é uma questão controversa. Alguns autores estimam que a média era de nove anos. Ver E. Viotti da Costa, "Colônias de parceria", p. 174. W. Dean, *Rio Claro,* pp. 105-107, pelo contrário, sustenta que uma família média podia saldar sua dívida em cinco anos ou menos, e além disso acumular algumas economias. Dean calcula que uma família média de cinco membros cuidaria de cerca de 3.000 cafeeiros, porém grande parte dos relatos indica que isto é um exagero. Ver a nota 37 abaixo.

33. Há evidências de outras paralisações de trabalho. Tschudi, *Viagem às províncias,* pp. 164-5, relata um caso deste tipo na fazenda Boa Vista em Amparo, em 1858. Os trabalhadores estavam aparentemente colhendo grãos verdes junto com os maduros para acelerar o trabalho. Repreendidos pelo fazendeiro que os ameaçou com descontos no pagamento, eles pararam a colheita. Outro caso é o de imigrantes portugueses em uma fazenda da região de Rio Claro, relatado em S. Machado Nunes, "Colônias na província de S. Paulo", Ministério do Império, *Relatório... 1860,* p. 15. M. J. Valdetaro, op. cit., p. 94, informa que nas fazendas Bery e Cauvatinga grande parte dos trabalhadores suíços e alemães era preguiçosa e descuidada quanto ao cumprimento de suas obrigações a ponto de abandonar inteiramente o trabalho. Cf. H. Haupt, op. cit., p. 39: "O obreiro colono por parceria será no mais como um péssimo trabalhador, porque ele perde necessariamente o amor ao trabalho que não lhe dá resultado, nem independência. Em tal caso, ele procurará esquivar-se aos seus deveres e iludir ao fazendeiro. Em pouco tempo um sentimento de inimizade nascerá entre eles, e em muitos casos resultarão cenas deploráveis."

resulta que os colonos em geral tratam de pequeno número de pés de café, preferindo cultivar os gêneros alimentícios, com os quais abastecem as suas casas em víveres, e satisfazem outras necessidades, tirando deles um proveito imediato, mas não amortizam as dívidas. É porém manifesto que este sistema não pode convir aos fazendeiros, cujo interesse consiste só na cultura do café" (34).

A dívida inicial, mesmo sem dificuldades adicionais arbitrariamente criadas pelos fazendeiros, desencorajava qualquer esforço dos trabalhadores no cultivo de café além do estritamente necessário. Como um outro observador assinalou, os trabalhadores "deixam de beneficiar os cafeeiros que são entregues ao seu cuidado, os quais, assim abandonados, nada produzem e estragam-se, ficando o proprietário defraudado tanto da parte do produto da colheita a que tem direito, como da do colono, único meio com que conta para seu pagamento [da dívida], e além disto prejudicado com a deterioração das plantas" (35).

O contrato deixava em aberto o número de cafeeiros a ser cuidado pela família e o tamanho de seu lote de subsistência, elementos sobre os quais os próprios trabalhadores inicialmente poderiam decidir. Isto tornou possível que, à medida que os imigrantes desinteressavam-se pelo pagamento de suas dívidas, eles tenham desviado cada vez mais seu trabalho para a cultura de alimentos, cujos retornos os beneficiavam direta e imediatamente. Embora muitos observadores tenham chamado a atenção para a suposta preguiça e falta de interesse dos imigrantes (36), na verdade o que ocorria era a alocação do trabalho para o cultivo de gêneros alimentícios, ao invés de uma subutilização absoluta da capacidade de trabalho (37).

34. S. Machado Nunes, op. cit., pp. 2-3. Tschudi, *Viagem às províncias*, p. 183, n.º 69, informou que na fazenda São Lourenço algumas famílias cuidavam de não mais que 500 a 700 cafeeiros. Quando indagadas a respeito, elas respondiam que estavam sobrecarregadas de dívidas e por isso não se interessavam em cultivar café. Os seus lotes de cultivo alimentar produziam o suficiente para a sobrevivência e não viam por que matar-se de trabalhar.

35. M. J. Valdetaro, op. cit., p. 91.

36. Ibid.; J. J. von Tschudi, *Schweizerisches Bundesblatt*, XII, Jahrgang III, n.º 61, 28 de novembro de 1860.

37. Dados quantitativos a respeito do número de cafeeiros cuidados pelos imigrantes, tanto em bases individuais como familiares, são escassos. De acordo com Carvalho de Moraes, op. cit., pp. 70-71, esperava-se inicialmente que um trabalhador pudesse cuidar de até 3.000 cafeeiros no caso de culturas maduras, entre cinco e doze anos de idade, desde que ele os carpisse quatro a cinco vezes ao ano e não tivesse outras obrigações. Neste caso seriam necessários braços adicionais para a colheita. Se o trabalhador porém cultivasse simultaneamente gêneros de subsistência, ele não poderia cuidar de mais de 1.000 a 1.200. Na verdade, um trabalhador cuidava somente de 800 a 1.000 arbustos, enquanto as mulheres ficavam com 500 a

A maioria dos imigrantes no início da década de 1850 era composta de pobres, tanto do campo quanto da cidade, levados a abandonar seu país natal muitas vezes por uma questão de pura sobrevivência, devido à severa crise econômica da Europa Central. É provável que no iní-

600 arbustos de cinco a doze anos de idade, uma vez que "em geral os colonos não pagam suas dívidas senão com o produto do café e por isso procuram tratar do menor número de cafeeiros possível, a fim de disporem de mais tempo para as suas plantações e para outros lucros que tiram de sua indústria. É esta uma dificuldade com que lutam os proprietários. Esta é uma das razões por que nesta província o trabalho de um trabalhador livre é considerado menos eficiente que o do escravo". Ibid., p. 86. Outras evidências dispersas apóiam o ponto de vista de que a produtividade dos trabalhadores no café era de fato baixa. Ver E. Viotti da Costa, "Colônias de parceria", pp. 173-174, e Tschudii, *Viagem às províncias*, pp. 46-50, n.º 183.

J. P. Carvalho de Moraes, op. cit., "Mapa de São Jerônimo", apresenta dados de uma fazenda operada sob o sistema de parceria, classificando todas as famílias que se estabeleceram na propriedade entre 1852 e 1869 de acordo com seu tamanho, composição (número de trabalhadores e consumidores), ganhos naquele período, e data da chegada e partida. Do total de 141 famílias, 40% haviam pago suas dívidas e obtido lucro por volta de 1869, 4% haviam meramente saldado seus débitos, e 56% continuavam endividadas. Com base nestes dados é possível calcular, se não o número de pés cuidados por trabalhador, ao menos os ganhos dos trabalhadores por mês para aquelas famílias que haviam pago seus débitos. O montante da dívida pendente daqueles que continuavam endividados naquela época não é fornecido. Podemos também calcular a proporção consumidor/trabalhador a fim de determinar a capacidade produtiva comparativa das famílias. Como quanto maior o número de trabalhadores em relação aos consumidores em uma família, maior seria a sua capacidade produtiva, isto deveria se refletir nos ganhos mensais dos seus trabalhadores, desde que eles trabalhassem com a sua total capacidade.

GANHOS MENSAIS POR TRABALHADOR COM O CULTIVO DE CAFÉ DE ACORDO COM A RELAÇÃO CONSUMIDOR-TRABALHADOR DA FAMÍLIA: FAZENDA SÃO JERÔNIMO, 1852-1869

Relação C/T	1.0-1.4	1.5-1.9	2.0 e acima
Mil-réis	6.508	7.714	8.111
Número de famílias	25	20	16

(Excluímos três famílias do total de 64 com resultados favoráveis: uma era uma viúva que casou-se com outro imigrante e juntou suas contas às dele; os outros dois eram indivíduos solteiros.)

Os ganhos apresentados referem-se ao rendimento com o cultivo de café, uma vez que era com este que as dívidas eram pagas. As colheitas variavam de ano a ano, mas pode-se supor que ao longo dos anos os ganhos expressassem aproximadamente o número de pés cuidados. Como indica a tabela, a capacidade produtiva das famílias relaciona-se inversamente com o número de cafeeiros cuidados por cada um de seus trabalhadores, conforme expresso nos ganhos mensais. Este é mais um indício de que os imigrantes não respondiam aos incentivos econômicos constantes do contrato de parceria. De acordo com o que foi assinalado, estes números referem-se àquelas famílias que em algum momento conseguiram pagar suas dívidas e àquelas que, além disso, puderam economizar. Assim, eles não nos dizem nada a respeito do comportamento daquelas que ainda estavam endividadas, embora se possa presumir que mesmo as famílias livres de débitos tenham estado endividadas por um período considerável de sua permanência.

cio eles tenham esperado construir uma vida segura com razoável conforto (38). Mas como as condições encontradas por eles em São Paulo tornavam quase impossível alcançar algum ganho mediante o trabalho nas culturas de café, eles preferiram dedicar uma parte significativa de seus esforços ao cultivo de alimentos. Em conseqüência, a produtividade no café era baixa. Como Carvalho de Moraes muito bem observou, "estava, pois, o proprietário à mercê dos colonos" (39).

O poder dos fazendeiros de controlar o trabalho e impor um nível satisfatório de produtividade ao cultivo de café era limitado pelas circunstâncias sob as quais o trabalho livre fora introduzido, isto é, na ausência de uma reserva local de mão-de-obra e a partir de esquemas que obrigavam os imigrantes a reembolsar os empregadores pelas despesas com passagens e estabelecimento inicial. Provavelmente os fazendeiros imaginavam que o fator de incentivo existente na parceria substituiria eficazmente as forças do mercado na redução dos custos salariais. Contudo, a dívida inicial anulou o elemento de incentivo, faltando aos fazendeiros meios efetivos de obrigar seus trabalhadores a produzir em café. A ameaça de demissão — forma usual de persuasão utilizada pelos empregadores para impor o cumprimento dos contratos de trabalho — não era muito eficiente, pois isto significaria a perda parcial ou total do investimento dos fazendeiros. Embora fosse verdade que os imigrantes não podiam legalmente abandonar a fazenda até que tivessem saldado suas dívidas, também não podiam os fazendeiros fazê-los trabalhar além do que desejavam os próprios trabalhadores. Mesmo o emprego do poder do Estado, como no caso da revolta de Ibicaba, era de pouca serventia. Os líderes da revolta foram expulsos, mas os que permaneceram não trabalharam com mais afinco. Os meios extracontratuais utilizados pelos fazendeiros para recuperar seus investimentos tinham saído pela culatra: "é incontestável que os proprietários, quando os colonos não queriam trabalhar, não podiam coagi-los ao cumprimento de seus deveres e por isso sofriam prejuízos com o maltrato de seus cafezais, diminuição das colheitas e perda total ou parcial dos seus adiantamentos" (40).

38. *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung,* Rudolstadt, 2 de outubro de 1857, n.º 40.

39. J. P. Carvalho de Morais, op. cit., p. 21.

40. Ibid., p. 21. A dívida inicial a que ficavam sujeitos os imigrantes tem sido às vezes tomada como um sinal da existência de esforços de fixação dos trabalhadores pela dívida. W. Dean, *Rio Claro,* pp. 97-98, e E. Viotti da Costa, "Colônias de parceria", p. 169. Se definirmos "debt peonage" em seu sentido estrito como a sujeição intencional dos trabalhadores mediante uma dívida para fixá-los à propriedade, esta interpretação é inapropriada para o caso de São Paulo. O objetivo principal almejado pelos fazendeiros ao cobrar dos imigrantes suas despesas

O contrato de locação de serviços

Ao final da década de 1850 os fazendeiros enfrentavam um dilema. Os incentivos econômicos não tinham produzido os resultados esperados: um nível razoável de produtividade e amortização da dívida no tempo previsto. Após 1857 o sistema de parceria foi sendo gradualmente abandonado em São Paulo. Porém o trabalho livre não desapareceu de todo. Embora o número de imigrantes empregados no cultivo de café não tenha aumentado ao longo das duas décadas seguintes, ele declinou muito vagarosamente. Notícias chegadas à Europa a respeito das más condições de trabalho dos imigrantes fizeram com que finalmente os governos suíço e prussiano tomassem enérgicas medidas, praticamente interrompendo a emigração dos dois países para São Paulo (41). Entretanto, em 1870 estimou-se que aproximadamente 3.000 trabalhadores livres — alguns deles brasileiros — ainda trabalhavam nas fazendas, 500 a menos do que em 1860.

O debate a respeito das possíveis soluções para o problema de mão-de-obra não arrefeceu (42). Muitos fazendeiros continuaram a experimentar sistemas alternativos de trabalho e a formular garantias institucionais que, a seu ver, permitiriam um cumprimento mais efetivo dos contratos. Para lidar com os problemas correlatos de controle da produtividade e amortização das dívidas, os fazendeiros recorreram de início a mudanças contratuais. A parceria foi substituída aos poucos por um contrato de locação de serviços. Em lugar de uma parcela do valor da produção, os trabalhadores passaram daí em diante a ser pagos mediante preços preestabelecidos por cada medida de café produzido. Alegava-se que, reduzindo assim a incerteza dos ganhos e eliminando as longas demoras do paga-

de transporte e adiantamentos de mantimentos era repor seu investimento inicial. A estabilidade do trabalho na fazenda era algo como um subproduto bem-vindo. É significativo que em 1852 um contrato fixasse tanto a sua duração como o montante da dívida. E. Viotti da Costa, "Colônias de parceria", p. 177. Além disso, de acordo com o que relataram alguns observadores, não era incomum que os imigrantes mudassem de uma fazenda para outra, levando seu débito junto. C. Heusser, op. cit., p. 1. Por último, o contrato de Vergueiro incluía uma cláusula permitindo a transferência dos imigrantes. É verdade que os fazendeiros foram acusados às vezes de tratar os imigrantes como escravos brancos, como em H. Haupt, op. cit., p. 40. Contudo, Tschudi, que era bastante crítico dos fazendeiros paulistas, provavelmente estava certo ao assinalar: "Tal tendência, aliás, não observei em nenhuma das fazendas por mim visitadas; todos os fazendeiros me declararam que o maior interesse deles era verem seus colonos livres de dívidas" — o que significaria também, é claro, um maior empenho dos trabalhadores no cultivo de café. *Viagem às províncias,* p. 186.

41. Tschudi, *Viagem às províncias,* p. 143.

42. J. P. Carvalho de Moraes, op. cit., pp. 19-20.

mento, os trabalhadores se sentiriam encorajados a cultivar o café com maior empenho (43). Além disso, a cláusula de que o excedente da produção alimentar deveria ser dividido com o fazendeiro foi em geral deixada de lado. Cada vez mais o tamanho do lote de cultivo de alimentos passou a ser especificado e/ou estipulado seu aluguel em troca de uma renda, numa tentativa de desestimular o envio do trabalho dos imigrantes para as culturas de subsistência (44). Além disso, os trabalhadores livres não participavam mais no beneficiamento do café, fosse de forma direta ou mediante pagamento. Esta atividade foi reassumida por escravos até a década de 1880, época em que foi transferida para o trabalho assalariado. É significativo que esta parte da produção do café, assim como o transporte, tenham sido rapidamente mecanizados no início da década de 1870, à medida que o trabalho escravo tornava-se cada vez mais problemático.

Inovações poupadoras de mão-de-obra não foram porém introduzidas no cultivo de café. A mecanização da colheita não era tecnicamente praticável e o uso de máquinas para a carpinagem teria transtornado profundamente a demanda de trabalho ao longo do ano agrícola. A carpinagem mecânica resultaria em mão-de-obra ociosa durante o período de cultivo ou em falta de braços quando da colheita, em uma situação de escassez geral de trabalho livre (45).

O contrato de locação de serviços prosseguiu com o sistema de incentivo salarial, mas este ainda não foi capaz de assegurar um nível adequado de produtividade, porque não resolvia o problema básico da dívida como um desestímulo ao aumento da produção de café. De fato, os fazendeiros sentiam que necessitavam de poderes legais adicionais para proteger-se do não-cumprimento dos contratos e especificamente do não-pagamento das dívidas (46).

Algumas tentativas haviam sido feitas anteriormente para processar imigrantes que não pagavam suas dívidas. Contudo, a lei que regulamentava a parceria era bastante ineficaz. Ela permitia aos fazendeiros apenas rescindir o contrato ou reclamar indenização por danos; a primeira implicava perda da dívida dos imigrantes, a última apenas a elevava sem

43. Ibid., pp. 18-20.
44. Ibid., p. 12 e apêndice 2 para um contrato de locação de serviços de 1868; M. J. Valdetaro, op. cit., e S. Machado Nunes, op. cit., para descrições de mudanças contratuais.
45. P. Denis, *Brazil*, Londres, 1911, pp. 216-17.
46. J. P. Carvalho de Moraes, op. cit., pp. 20-21.

contudo oferecer meios que obrigassem os trabalhadores a trabalhar para pagá-la (47).

Por algumas vezes os fazendeiros também tentaram aplicar à parceria a lei de 1837 que regulamentava os contratos de locação de serviços. De acordo com esta lei, qualquer trabalhador que tendo sido demitido e não pagasse sua dívida poderia ser preso e condenado a trabalhos forçados até o seu pagamento. Em caso de abandono da fazenda, ele seria preso imediatamente e não seria liberado até que suas dívidas tivessem sido pagas (48). Contudo, a aplicabilidade desta lei à parceria nem sempre era legalmente reconhecida (49). Assim, uma razão a mais para a preferência dos fazendeiros em relação ao contrato de locação de serviços era certamente a sua intenção de aproveitar-se das sanções penais mais severas oferecidas pela lei de locação de serviços de 1837.

Entretanto, há poucas evidências de que mesmo a lei de 1837 tenha sido largamente aplicada. Geralmente os contratos não estipulavam um período fixo para a amortização da dívida e, de qualquer modo, o emprego da lei para pressionar pelo seu pagamento não atendia ao principal objetivo dos fazendeiros, isto é, alcançar uma maior produtividade do trabalho no café. Enquanto os imigrantes quisessem permanecer na fazenda, pouco podiam os fazendeiros fazer para obrigá-los a trabalhar, além

47. Ord. Libro 4.°, Titl. 45, *Ordenações e Leis do Império de Portugal*, várias edições.
48. Lei de locação de serviços de 11 de outubro de 1837, in *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1837, VIII.
49. Machado Nunes, op. cit., p. 10, conta o caso de dois trabalhadores suíços e um alemão da fazenda Laranjal na região de Campinas, presos em São Paulo e condenados de acordo com a lei de 1837 a pagar o dobro de sua dívida por terem-se recusado a cumprir seus contratos de parceria. Contudo, ele lembra que em outro caso uma sentença similar foi rejeitada sob a alegação de que a lei de 1837 não se aplicava à parceria. Ele concluiu que com tal decisão o fazendeiro terá de perder todos os seus adiantamentos aos trabalhadores, uma vez que o processo contra eles na corte civil deverá resultar nisto. Em conseqüência, se "a colonização por parceria tiver de ser aumentada em S. Paulo... será indispensável estabelecer-se uma legislação especial que regule o contrato de parceria e melhorar-se a administração da justiça, proporcionando-se meios fáceis de serem prontamente decididas as questões que se suscitarem entre o colono e o proprietário". Ibid., p. 20. Cf. Tschudi, *Schweizerisches Bundesblatt*, XII. Jahrgang III, n.° 61, 28 de novembro de 1860, p. 260, para outro caso. Tschudi era muito crítico em relação à prática de se aplicar a lei de 1837 aos contratos de parceria, indicando que esta opinião era compartilhada por vários juristas de São Paulo. Tschudi, "Denkschrift an Seine Exzellenz den Senator João Vieira Cansansão de Sinimbu, Minister der Auswärtigen Angelegenheiten", ibid., p. 297. Finalmente, o chefe de polícia, Tavares Bastos, designado para investigar os eventos na fazenda Ibicaba em 1857, sugeriu diversas reformas legais, particularmente aquela referente à adaptação da lei de 1837 ao contrato de parceria. "Relatório de Tavares Bastos sobre colonização em S. Paulo", in T. Davatz, op. cit., pp. 231-40.

da coerção aberta, o que eles bem sabiam poderia ter resultados inconvenientes.

A produtividade no setor cafeeiro continuou baixa (50). Um estudo a respeito de famílias residentes na fazenda Martyrios em 1869, de propriedade do senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, foi realizado na época por Carvalho de Moraes. Os trabalhadores eram contratados pelo sistema de locação de serviços. O estudo apresenta dados referentes ao tamanho e composição das famílias e número de pés de café cuidados por cada uma delas. Com estes dados é possível calcular o número de cafeeiros cultivados por família e por trabalhador, segundo a proporção de consumidores/produtores da família.

NÚMERO DE CAFEEIROS CUIDADOS POR FAMÍLIA E POR TRABALHADOR INDIVIDUAL, SEGUNDO A PROPORÇÃO DE CONSUMIDORES/PRODUTORES DA FAMÍLIA: FAZENDA MARTYRIOS, 1869

relação c/p	1.0-1.4		1.5-1.9		2.0 e acima	
	por família	por trabalhador	por família	por trabalhador	por família	por trabalhador
cafeeiros cuidados	2.109	566	2.071	709	1.940	813
número de famílias	11		7		5	

Fonte: Carvalho de Moraes, op. cit., apêndice 17. O fato de que com as proporções consumidores/produtores (1.0-1.4) crescentemente mais favoráveis o número de cafeeiros cuidados por família aumente um pouco, deve-se à circunstância de que aquelas famílias possuíam em geral um número maior de trabalhadores em termos absolutos.

O número médio de cafeeiros cultivados por um trabalhador variava de 566 a 813 pés. Além disso, quanto maior fosse a capacidade produtiva da família (famílias com uma proporção c/p entre 1.0 e 1.4), menor seria o número de cafeeiros cuidados por cada produtor dela. A produtividade no café por trabalhador era baixa, especialmente quando comparada com a média usual de 2.000 a 2.500 pés alcançada pelos trabalhadores a partir de 1890, que produziam simultaneamente gêneros alimentícios. De acordo com a estatística de 1869, aquelas famílias que tinham em termos comparativos uma capacidade produtiva maior, empenhavam-se menos no cultivo de café.

Além disso, a qualidade do trabalho parece ter-se deteriorado sob o sistema de contrato de locação de serviços. Este sistema de remuneração afeta não apenas a intensidade do trabalho, mas pode também ter conseqüências em termos do cuidado com o qual as tarefas são realizadas. Em geral o trabalho por peça não é empregado em várias atividades agrícolas devido ao rebaixamento da qualidade do trabalho. Há evidências de que sob o contrato de locação de serviços, embora os imigrantes se esforçassem por colher quanto café fosse possível, eles tendiam a negligenciar a carpinagem ou até abandonavam completamente uma parte dos cafeeiros uma vez concluída a colheita (51).

De fato, nem as mudanças de contrato, nem o uso de leis de trabalho mais severas puderam gerar uma força de trabalho satisfatória, uma vez que as medidas falharam quanto à solução do problema básico: o investimento inicial que os fazendeiros tinham que fazer para introduzir o trabalho livre. Já bastante sobrecarregados pelas suas dívidas iniciais, os imigrantes continuaram a trabalhar pouco no cultivo de café e se tornaram cada vez mais incômodos.

O colonato

Ao final da década de 1860, os fazendeiros que ainda operavam com trabalhadores livres introduziram gradativamente outros ajustes no contra-

50. Conforme observou José Vergueiro, op. cit., p. 6, "Mas, este mesmo contrato, positivo como é, não satisfaz ao colono, repugna estar a ele sujeito; e como se entrega constrangido a seus trabalhos diários, só procura desfrutar as terras, por que não tem esperanças de poder algum dia chamá-las suas". Tschudi sugeriu ainda outro motivo para o fato dos imigrantes não responderem ao novo contrato como era esperado. Devido à elevação dos preços do café em 1860, era interesse dos fazendeiros pagar por preço fixo ao invés de repartir os crescentes lucros líquidos. Para os trabalhadores era o inverso: em uma época de alta dos preços, eles se beneficiariam mais com a parceria do que com um contrato baseado em preços fixos. Tschudi, *Viagem às províncias*, p. 157. É preciso ter em mente que a tabela de preços era estabelecida anualmente, enquanto a participação no lucro líquido era definida por contrato e não podia ser alterada enquanto o contrato estivesse em vigor, em geral até que a dívida tivesse sido saldada.

51. Tschudi, *Viagem às províncias*, pp. 176, 183. Tanto a produtividade a longo prazo quanto a duração de vida dos cafeeiros dependiam em muito do número e qualidade das carpinagens. Na época, a média de carpinagens era de cinco a seis por ano, incluindo a coroação antes da colheita e a esparramação do cisco depois dela. Embora os contratos na década de 60 em geral estipulassem o número de carpinagens, era possível realizá-las com maior ou menor cuidado. Se a carpinagem fosse feita cavando-se apenas um pouco a terra, o solo tenderia a endurecer e a ficar impermeável à chuva, além de não permitir uma ventilação adequada. São Paulo, Secretaria de Agricultura, *Inquérito agrícola sobre o estado da lavoura cafeeira no estado de S. Paulo*, São Paulo, 1904, pp. 56-7.

to de trabalho (52). Enquanto no início os contratos previam multas por abandono da fazenda antes da quitação da dívida pelo trabalhador, agora, cada vez mais, eles estipulavam multas pela não execução da carpinagem. Como um fazendeiro observou, "para nós a única vantagem dos escravos está na disciplina, e uma vez que o fazendeiro quer abdicar um pouco do mando, para suportar com paciência as faltas dos colonos, conseguirá pouco a pouco, por meio das multas que rezam os contratos, fazer com que todos os colonos se submetam ao trabalho regular" (53). Os lotes de cultivo alimentar eram agora regularmente distribuídos de acordo com o número de cafeeiros aos cuidados da família. Por fim, alguns fazendeiros começaram a implantar uma nova forma: um sistema misto de remuneração por tarefas e por peça, o colonato, uma fórmula que prevaleceria nas fazendas de café da década de 1880 até meados do século vinte. Neste sistema a carpa do café era paga segundo uma taxa fixa anual por milhar de cafeeiros cuidados e a colheita por alqueire de café colhido.

Pagando-se um preço estipulado e separado pela carpa — uma espécie de salário mínimo fixo (54) — o que garantiria aos trabalhadores uma renda estável e independente do café produzido, podia-se esperar que eles não descuidassem dos cafezais fora da época da colheita. Além disso, neste novo contrato, parte da remuneração dos trabalhadores dependia diretamente do número de cafeeiros cuidados e não mais da sua produção e, por isso, acreditava-se que eles se sentiriam estimulados a cultivar um maior número de arbustos. Ao manter, porém, o sistema de preços por unidade para a colheita, os custos de trabalho podiam ainda ser adaptados às flutuações anuais da produção. E, por último, os custos de trabalho por unidade poderiam ser reduzidos mediante a intensificação das atividades pela família dos imigrantes nos momentos de maior demanda de braços (55).

A singular combinação de elementos contida no contrato do colonato chamou a atenção de vários observadores. O agrônomo prussiano

52. J. P. Carvalho de Moraes, op. cit., p. 100, observa que diversos fazendeiros importantes introduziram o trabalho imigrante na década de 1860. Ver ibid., p. 77-86 para uma descrição dos diferentes tipos de contrato usados nas fazendas operadas com trabalho livre em 1869. O pagamento separado do cultivo e da colheita pode ter sido empregado inicialmente para fazer frente às queixas dos trabalhadores acerca dos baixos ganhos com os cafezais novos sob o sistema de parceria. Joaquim Bonifácio do Amaral, Visconde de Indaiatuba, "Introdução do trabalho livre em Campinas", in *Monografia histórica do município de Campinas*, Rio de Janeiro, 1952.

53. Domingos Jaguaribe Filho, *Algumas palavras sobre a emigração*, São Paulo, 1877, pp. 34-5.

54. P. Denis, op. cit., p. 202.

55. Ver A. Ramos, op. cit., p. 104, a respeito do desequilíbrio da demanda do trabalho entre o cultivo e a colheita e suas conseqüências.

Karl Kaerger ficou especialmente entusiasmado com o sistema que, segundo ele, "educa os colonos para o trabalho intensivo". Kaerger notou com muita perspicácia que "na prática, o efeito extraordinário deste sistema consiste sobretudo no fato de que exatamente as tarefas pagas segundo uma taxa fixa, ou seja, o cultivo dos cafeeiros antes da colheita, afetam a produtividade, justificando assim um preço variável para o pagamento da colheita. Isso serve como um incentivo para que os trabalhadores executem especialmente bem aquelas tarefas para as quais recebem um salário fixo. Em conseqüência, se elimina inteiramente a única desvantagem inerente ao pagamento por peça, isto é, a má qualidade do serviço. Na verdade, estamos na presença de um caso tão especialmente interessante de sistema de remuneração que merece plenamente a atenção de parte da ciência econômica" (56).

No entanto, ao final da década de 1860 os fazendeiros conscientizavam-se cada vez mais de que as alterações contratuais e as leis de trabalho existentes eram, por si sós, insuficientes para garantir uma força de trabalho disciplinada e rentável. A década de 1870 começou em meio a prognósticos de uma iminente crise, tanto em termos de oferta futura de mão-de-obra como de controle dos trabalhadores. Os fazendeiros tentaram tratar do problema de diversos modos. Muitos continuaram a introduzir o trabalho livre em uma escala limitada, embora os planos patrocinados por particulares tivessem perdido muito do seu apelo inicial (57). Além

56. Karl Kaerger, *Brasilianische Wirtschaftsbilder*, Berlin, 1892, pp. 334-335. Kaerger continua: "Esta discussão não é uma dedução *a priori*, mas depende inteiramente das explicações que ouvi dos próprios colonos. Não é difícil para eles descobrirem até que ponto a produção dos cafeeiros depende da qualidade do cultivo. Falei com colonos que me asseguraram que, embora seus contratos não o exijam, eles eliminam os galhos secos dos arbustos por que perceberam o efeito excelente deste procedimento para a colheita. De fato, alguns colonos na área de Campinas até espalham estrume nos cafeeiros sob seus cuidados, se tiverem tempo e material para isso. Certamente não se poderia imaginar melhores conseqüências deste sistema de remuneração."

57. Para duas posições contrárias a respeito dos sistemas de imigração, ver o extenso debate entre Joaquim Bonifácio do Amaral e José Vergueiro, publicado na *Gazeta de Campinas* entre janeiro e julho de 1870. Vergueiro estava totalmente desiludido com a imigração promovida por particulares. Além da revolta de Ibicaba, na década de 1860 a Federação Suíça acionou a Vergueiro e Cia. para a restituição do dinheiro da passagem adiantado pelos cantões aos imigrantes e a companhia finalmente foi à falência. R. A. Natsch, op. cit. pp. 207-208. No início da década de 70, a fazenda Angélica, também pertencente a Vergueiro, foi vendida para credores, The London and Brazilian Bank. Os gerentes ingleses, porém, aparentemente não alcançaram maior sucesso. Afirma-se que eles eram "bêbados" e "incompetentes" que maltratavam os trabalhadores, tendo conduzido a propriedade a uma nova falência. Conta-se que em 1876 o administrador da Angélica foi assassinado por alguns dos seus empregados. G. B. Marchesini, *Il Brasile e le sua colonie agricole*, Roma, 1877. Por outro lado, Joaquim Bonifácio do Amaral viajou à Europa em

disso, a crença dos fazendeiros no sistema de imigração foi ainda mais abalada por uma nova onda de conflitos em algumas fazendas que operavam com trabalho livre (58). Ao mesmo tempo, a agitação abolicionista crescia, sobretudo após o manifesto do Partido Liberal em 1868 defendendo o fim da escravidão. Pressionava-se, pois, cada vez mais por uma solução global da questão do trabalho.

Ainda assim a produção de café durante a década de 1870 expandiu-se em quase o dobro do seu montante na década anterior (59). De fato, os fazendeiros ainda puderam adiar até 1888 o fim efetivo da escravidão. Eles solucionaram temporariamente a já esperada escassez de braços com uma ampla racionalização da produção de café. Os abolicionistas foram desarmados com uma concessão muito limitada: a Lei Rio Branco de 1871, que declarava livres as crianças nascidas daí por diante de mães escravas (60). Ao mesmo tempo os fazendeiros continuavam a adquirir numerosos escravos da região do Rio de Janeiro e do norte do Brasil (61). A grande expansão de ferrovias na década de 1870, quase todas localizadas nas áreas cafeeiras, também concorreu para adiar uma grande falta de mão-de-obra. O transporte ferroviário permitiu aos fazendeiros destinar a outras atividades aqueles escravos anteriormente encarregados do transporte dos produtos ao mercado (62). Além disso, devido à redução dos custos de transporte e diminuição dos danos que os produtos sofriam durante o percurso, a ferrovia ajudou os fazendeiros a compensar em alguma medida as possíveis altas no custo do trabalho escravo.

1870 para pessoalmente recrutar braços. Mesmo ele, porém, queixava-se do apoio limitado recebido de outros fazendeiros nesta missão. *Gazeta de Campinas,* 24 de julho de 1870. Cf. também J. B. do Amaral, op. cit.

58. P. de Turenne, "L'immigration et la colonisation au Brésil", *Revue Britannique,* fevereiro de 1879, p. 453. J. B. do Amaral, op. cit.

59. A. Lalière, *Le café dans l'Etat de Saint Paul, Brésil,* Paris, 1909, apêndice.

60. A lei incluía a importante determinação de que até 21 anos de idade estes filhos poderiam ser usados pelo proprietário de suas mães. Embora tecnicamente livres, a condição dos ingênuos na prática era quase indistinguível da do escravo. Assim, a Lei Rio Branco teria pouco significado prático até 1892, quando os nascidos sob a sua vigência completassem 21 anos.

61. O estudo mais completo é de Roberto W. Slenes, "The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888", dissertação de Ph.D., Stanford University, 1975, pp. 120-78.

62. Como as tropas de mulas, substituídas pelas ferrovias, algumas vezes requeriam até 20% da força de trabalho da fazenda, o número de escravos disponíveis para o trabalho do campo era bastante significativo. E. Viotti da Costa, *Da senzala à colônia,* São Paulo, 1966, pp. 154-77.

A introdução de maquinaria destinada a poupar trabalho na indústria cafeeira foi outro importante elemento de prevenção da crise (63). José Vergueiro tenha sido talvez quem exemplificou melhor o espírito demonstrado pelos fazendeiros mais astutos ao declarar em 1874 que é a *"economia de braços,* objeto principal que devemos ter sempre em vista; pois, se o *tempo é dinheiro, a economia de braços* dinheiro é também" (64).

A produção de café nas fazendas operadas por trabalho escravo, ainda a grande maioria, tornou-se em geral mais racional. Segundo uma autoridade de São Paulo, "a direção do trabalhador tornou-se mais inteligente, aplicou-se a divisão e aproveitaram-se, na preparação e benefício dos produtos, agentes mecânicos, que em grande parte substituíram vantajosamente os braços" (65).

Embora os fazendeiros paulistas tenham conseguido enfrentar suas necessidades de mão-de-obra com bastante sucesso durante este período, de modo algum eles abandonaram a questão de como organizar a oferta de trabalho livre (66). O problema de negociar a transição da escravidão para o trabalho livre tornou-se cada vez mais urgente. Era o problema de sempre: o Brasil "possui o melhor clima do mundo, quase todos os minerais preciosos, e um solo de prodigiosa fecundidade, mas não tem população e por isso é pobre". (67)

63. O presidente de São Paulo observou em 1871 que "o fazendeiro de São Paulo, geralmente falando, não é mais o emperrado rotineiro de alguns anos passados; ele hoje emprega na sua lavoura não só os instrumentos que a indústria estrangeira introduz no país, como procura inventar outros mais apropriados ao nosso solo e à nossa cultura, pois sabe que esse é o meio de poupar o trabalho dos braços, o qual além de escasso e, portanto, dispendioso, é igualmente mais imperfeito". São Paulo, *Relatório apresentado ... pelo presidente da província ... 5 de fevereiro de 1871,* p. 42. Cf. A. de Queiroz Teles, "La culture du caféier à São Paulo, Brésil", *L'Economiste Français,* VI, n.º 49, 7 de dezembro de 1878, pp. 718-720, para uma descrição detalhada do processo de produção na época.

64. J. Vergueiro, op. cit., p. 22. Ênfase no original.

65. *Informações sobre o estado da lavoura,* Rio de Janeiro, 1874, p. 149. O viajante holandês Van Delden Läerne comentou em 1883 que durante a década anterior os fazendeiros tinham conseguido elevar significativamente a produtividade de seus escravos que eram agora "melhor tratados, melhor nutridos e cuidados", mas que "devem trabalhar mais". C. Van Delden Läerne, *Brazil and Java: Report on Coffee Culture,* Londres, 1885, p. 91.

66. Em 1870, Carvalho de Moraes sugeriu que o Governo Imperial ao menos concedesse aos fazendeiros que introduzissem colonos, uma subvenção de 30$000 a 40$000 réis por cada um dos menores de 14 anos que venha em companhia de seus pais, op. cit., p. 103.

67. O Lavrador, *Gazeta de Campinas,* 20 de fevereiro de 1870.

Durante o Congresso Agrícola de 1878, convocado pelo Governo para avaliar o estado geral da agricultura, um grupo de fazendeiros opôs-se à imigração em larga escala como uma solução para o problema de mão-de-obra, devido aos custos que ela representaria para eles mesmos ou para o país. Ao invés disso, reivindicavam uma legislação para combater a suposta aversão da população local ao trabalho. Eles buscavam meios para disciplinar os agregados e obrigar os ingênuos ao trabalho, assim como medidas para reforçar a lei de 1837 que regulava os contratos de locação de serviços (68). Ao final esta posição seria rejeitada por aqueles fazendeiros que consideravam altamente problemático ter que depender de ex-escravos após a Abolição, ou da população local disponível, e viam a única solução possível em um grande programa de imigração subvencionada. Mas antes que este último grupo conseguisse fazer com que o Estado assumisse inteira responsabilidade pela imigração em massa, o Governo tentou pela última vez relegar esta tarefa aos próprios fazendeiros, concedendo-lhes alguns poderes legais adicionais para o controle do trabalho. Em resposta à pressão por leis de trabalho mais rigorosas, foram decretadas novas medidas legais, a fim de controlar trabalhadores livres cada vez mais indisciplinados. Em 1879, a lei de locação de serviços de 1837 foi substituída por uma nova medida que abrangeria os contratos de locação de serviços e de parceria e que estabelecia penas de prisão, não apenas por abandono da fazenda sem justa causa, como também por greves e incitamento de outros à greve, mediante ameaças ou uso de violência (69).

Esta lei estava certamente relacionada a novas ondas de agitação em algumas fazendas. Na mesma época do Congresso Agrícola, os trabalhadores tiroleses da fazenda Salto Grande, em Amparo — propriedade de Joaquim Bonifácio do Amaral — declararam uma greve que obteve grande repercussão (70). Os trabalhadores começaram o seu movimento no início da colheita do café em protesto contra vários abusos e omissões dos quais

68. Congresso Agrícola, *Coleção de documentos,* Rio de Janeiro, 1878, pp. 47-48. A respeito do congresso, ver Peter L. Eisenberg, "A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878", in J. R. Amaral Lapa (org.), *Modos de produção e realidade brasileira,* Petrópolis, 1980.

69. Decreto n.º 2.827, de 15 de março de 1879, in *Coleção de Leis do Império do Brasil,* 1879.

70. A greve começou em 9 de junho. A *Tribuna Liberal* de 11 e 13 de setembro de 1878 publicou relatórios detalhados da greve, de autoria do chefe de Polícia enviado para investigar os eventos, assim como informações de uma comissão especial de investigação.

eles se sentiam vítimas (71). Temia-se que a greve se espalhasse para outras áreas. Embora Amaral tivesse feito um certo número de concessões, como elevar os preços de 500 réis por alqueire de café colhido para 600 réis e cobrar juros sobre as dívidas pendentes somente depois de dois anos, os trabalhadores não recuaram. O proprietário então parou de fornecer mantimentos — um meio muito conhecido de forçar a volta ao trabalho — e, ao mesmo tempo, conseguiu que os líderes fossem processados e condenados à prisão por não cumprimento do contrato de acordo com a lei de 1837 (72). Estes eventos parecem ter convencido até mesmo um ardoroso defensor da imigração patrocinada por particulares como Amaral da urgente necessidade de um programa de imigração em grande escala, embora ele ainda insistisse que leis mais severas para garantir os contratos eram igualmente necessárias (73).

Por outro lado, vários fazendeiros paulistas tornaram-se cada vez mais categóricos quanto à necessidade de liberalização dos contratos de trabalho e de reformas jurídicas como pré-requisitos indispensáveis para o sucesso de um programa de imigração subvencionada pelo Governo, considerada por eles como a única solução para o problema. Os preços relativamente baixos do café no início da década de 1880 e as dificuldades enfrentadas pelos fazendeiros para obtenção de crédito representaram obstáculos adicionais à imigração patrocinada por particulares, uma vez que tornaram muitos fazendeiros impossibilitados ou pouco propensos a adiantar o dinheiro das passagens aos imigrantes (74). Por outro lado, a lei de 1879 revelou-se, em geral, muito ineficaz e mesmo contraproducente. Conforme observou Antonio Prado, os imigrantes presos não pagavam os empréstimos devidos aos fazendeiros e nem colhiam o seu café e, na verdade, a lei servia apenas para desacreditar a colonização brasileira na Europa. Prado assinalou também que em breve a lei seria desnecessária, pelo menos em

71. Eles formularam uma lista de nove reivindicações: que o fazendeiro cumprisse sua promessa de fornecer novas casas dentro de seis meses; que os mantimentos fossem cobrados aos preços correntes; que eles recebessem o montante total da farinha obtida da cultura de milho no moinho do fazendeiro; que eles não fossem obrigados a abandonar seus lotes de cultivo alimentar por terras novas não cultivadas; que eles fossem pagos para replantar os cafeeiros; que as despesas médicas fossem divididas com o fazendeiro; que os panos para a colheita fossem fornecidos gratuitamente, assim como uma escola e professor. *Tribuna Liberal,* 11 de setembro de 1878.

72. J. B. do Amaral, op. cit.; *Tribuna Liberal,* 11 e 13 de setembro de 1878. No ano anterior um grupo de trabalhadores alemães, recrutados por Amaral na província de Santa Catarina, havia entrado em greve e alguns dos líderes foram condenados à prisão.

73. J. B. do Amaral, op. cit., pp. 248, 252.

74. C. F. Van Delden Läerne, pp. 213, 217. A questão foi também discutida longamente no Congresso Agrícola, op. cit.

São Paulo, uma vez que a Assembléia daquela província havia aprovado em 1884 uma medida concedendo passagens gratuitas aos imigrantes que se destinassem à agricultura (75).

Neste momento, os fazendeiros já estavam em geral cientes de que "é impossível ter salários baixos, sem violência, havendo poucos braços e muitos que queiram empregá-los" (76). A saída para este dilema — e, na verdade, a essência do sistema de imigração de São Paulo — foi explicitada por outro membro da Câmara dos Deputados, um pouco depois da Abolição: "É evidente", disse ele, "que precisamos de braços... no intuito de aumentar a concorrência de trabalhadores e, mediante a lei da oferta e da procura, de diminuir o salário" (77).

Enquanto as fazendas de café pudessem funcionar predominantemente com trabalho escravo era difícil obter a imigração oficial subsidiada em larga escala. Contudo, no início da década de 1880, a Abolição tornou-se claramente inevitável, e uma solução global tinha que ser encontrada. Os fazendeiros paulistas, cujo poder no Governo vinha crescendo decisivamente, conseguiram impor, ao final, a sua solução para o problema do trabalho. Embora tenham sido necessários mais de dois anos e diversas modificações importantes da lei que tratava da imigração subvencionada, antes que o sistema funcionasse satisfatoriamente, Prado estava basicamente correto ao afirmar que o problema estava resolvido em meados da década de 1880. Após 1884, ao invés de coagir os trabalhadores diretamente, o Estado procurou atingir o mesmo objetivo — mão-de-obra barata e disciplinada para as fazendas — inundando o mercado de trabalho com imigrantes subvencionados.

Em 1886 o Governo provincial já tinha encontrado um meio efetivo de fornecer um auxílio integral aos imigrantes, cujas conseqüências foram quase imediatas. Até maio de 1887, entre 60.000 e 70.000 imigrantes, agora predominantemente italianos, já tinham sido empregados em estabelecimentos agrícolas em São Paulo (78). Este número excedia os 50.000

75. *Anais da Câmara,* 1884, V, pp. 541-3. Em 1884, o seu irmão Martinho Prado, ao defender um projeto apresentado na Assembléia de São Paulo para subvencionar os custos totais das passagens dos imigrantes, expressou claramente o objetivo de tal medida: 1) substituir os escravos por trabalhadores livres e preparar-se para a emancipação imediata; 2) permitir aos imigrantes chegar livre de dívidas; 3) permitir aos fazendeiros empregar trabalho livre sem ter que adiantar dinheiro. São Paulo, *Anais da Assembléia,* 1884, pp. 34, 244.

76. *Anais da Câmara,* 1884, V, p. 540.

77. *Anais da Câmara,* 1888, IV, p. 323.

78. *Anais do Senado,* 1887, anexo ao III, p. 6; outra fonte estimou que, entre 1882 e 1888, um total de 103.571 imigrantes entraram na província através de canais oficiais. Dr. Francisco de Paula Lázaro Gonçalves, *Relatório apresentado à Associação Promotora de Imigração em Minas,* Juiz de Fora, 1888, p. 85.

escravos que, segundo estimava-se, eram utilizados nas fazendas de São Paulo em 1885 (79).

A política imigratória permaneceu essencialmente a mesma até a I Guerra Mundial. Entre 1884 e 1914 cerca de 900.000 imigrantes chegaram em São Paulo, a maioria como mão-de-obra barata para as fazendas de café. O programa de imigração permitiu aos fazendeiros paulistas não somente abolir a escravidão sem muitos incômodos, como também, auxiliado inicialmente pelos altos preços do café, o esquema criou as condições para sustentar a expansão da produção cafeeira. Entre 1888 e 1902, o número de cafeeiros plantados em São Paulo aumentou de 221 milhões para 685 milhões (80).

A imigração em massa subvencionada e a constituição efetiva de um mercado de trabalho capitalista parecem ter resolvido ambas as dificuldades enfrentadas anteriormente pelos fazendeiros em relação ao trabalho livre: a dívida e a disciplina do trabalho. Como os fazendeiros não precisavam mais adiantar o dinheiro das passagens aos imigrantes e contavam com uma abundância de trabalhadores agrícolas garantida pelo Estado, a lei de 1879 caiu em desuso e foi ao final revogada em 1890, pois "entre as medidas econômicas mais fortemente reclamadas pelo estado atual do país se acha a do seu povoamento, visto que a riqueza pública desenvolve-se na mesma proporção em que se expande a população". Para atrair um número suficiente de imigrantes, a "vexatória" lei de 1879 precisava ser abolida. De agora em diante os contratos deveriam ser "atos de pura convenção, tendo por base o mútuo consentimento, e elevando por esse modo o colono à categoria de parte contratante" (81).

A lei de 1879 não havia servido porém apenas para obrigar ao cumprimento de contratos, mas também para proibir ações grevistas. Dentre as reformas liberais do período estava a substituição das determinações de 1879 por um decreto a respeito dos assim chamados "crimes contra a liberdade do trabalho", punindo-se tanto empregados como empregadores que incitassem ao aumento ou redução do trabalho ou dos salários, mediante o uso de ameaças ou violências (82).

O cumprimento dos contratos e a disciplina do trabalho dependeriam a partir de então do mecanismo de mercado. Certamente os fazendeiros

79. C. F. Delden Läerne, op. cit., p. 354.

80. A. Castro, *7 ensaios sobre a economia brasileira,* Rio de Janeiro, 1971, II, p. 78.

81. Decreto n.º 213, de 22 de fevereiro de 1890, in *Decretos do Governo Provisório.*

82. Decreto Federal n.º 1.162, de 12 de dezembro de 1890, "Dos crimes contra a liberdade do trabalho", in ibid.

continuavam a recorrer à coerção e violência, em determinados casos, a fim de conservar os trabalhadores nas fazendas e extrair lucros. Mas em geral eles preferiam tratar do problema de manter baixos os custos de mão-de-obra mediante o aumento de sua oferta. A coerção extra-econômica, que por vezes foi considerável, serviu essencialmente para melhorar o poder de barganha dos fazendeiros no mercado de trabalho.

Mesmo depois da década de 1880 os fazendeiros queixavam-se sistematicamente da escassez de braços agrícolas em São Paulo. Contudo, há vários indícios de que estes lamentos eram, em sua maioria, recursos para pressionar pelo prosseguimento da imigração em massa, e assim garantir uma abundante força de trabalho e os baixos salários que eles estavam dispostos a pagar. Nunca se tentou, por exemplo, antes da I Guerra Mundial, quando a imigração européia subsidiada tornou-se impraticável, aproveitar as duas fontes alternativas de braços: os libertos e os então chamados trabalhadores nacionais. Ambos os grupos foram geralmente ignorados pelos fazendeiros, mesmo naqueles momentos de suposta falta de mão-de-obra (83).

Além disso, os salários na agricultura variaram pouco entre 1884 e 1914. Ao final do século, com a queda dos preços do café, houve até um declínio, seguido por uma alta moderada entre 1902 e 1910, em decorrência do número relativamente pequeno de imigrantes que chegavam a São Paulo e do grande número dos que partiam. Isto foi compensado, porém, por um aumento da imigração em 1912 e 1913. Assim, os salários apresentavam em 1914 praticamente o mesmo nível de 40 anos antes. No mesmo período, o ganho real dos trabalhadores parece ter decaído significativamente (84).

Mesmo no início deste século, quando as queixas a respeito da falta de braços tornaram-se particularmente veementes, não parece ter havido uma escassez absoluta (85). Em certa medida este alarde era uma reação dos fazendeiros à proibição pela Itália da imigração subvencionada em 1902 — que foi em parte burlada e em parte compensada pela introdução de trabalhadores portugueses e espanhóis. Contudo, os fazendeiros das áreas

83. F. Mosconi, "Le classi sociali nel Brasile e le loro funzioni", *La Riforma Sociale*, VII, 1897; F. Dafert, "A falta de trabalhadores agrícolas em São Paulo", in Instituto Agronômico, *Relatório*, 1892, p. 206; F. P. Lázaro Gonçalves, op. cit., pp. 10-11, observou que os homens livres exigiam altos salários e eram amplamente considerados como insubordinados e não confiáveis; L. Couty, *Étude de biologie industrielle sur le café*, Rio de Janeiro, 1883, pp. 120-128.

84. M. Hall, "The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914", dissertação de Ph. D., Columbia University, 1969, pp. 144-7.

85. O tema é comum, por exemplo, entre os fazendeiros no *Inquérito Agrícola*, op. cit.

mais velhas do café enfrentaram dificuldades ao competir na aquisição de braços com regiões mais novas, numa fase de declínio dos preços do café e pelos salários que eles se dispunham a pagar (86). Um indício da natureza dúbia das queixas dos fazendeiros é o fato de que nunca foi considerada a sugestão feita em 1903 de se cortar 20% dos cafeeiros para se obter um aumento na oferta de mão-de-obra, e até onde sabemos, também o café nunca deixou de ser colhido por falta de trabalhadores (87). É significativo que tenha sido proposta neste contexto uma volta à parceria, que se revelou, porém, impraticável, já que os trabalhadores "receando maior baixa nos preços do café e tendo, como têm, trabalhado de resultado certos, recusam o da meação" (88). Ao invés disso, os fazendeiros das áreas mais antigas, com o objetivo de atrair trabalhadores, permitiram cada vez mais o cultivo de gêneros alimentícios entre as fileiras de café (89).

De fato, o grande fluxo de imigrantes cobriu bastante satisfatoriamente as necessidades de braços até 1914. A imigração subvencionada não apenas

86. O café tem sido uma cultura itinerante no Brasil. Simultaneamente havia uma região de fronteira onde o café começava a penetrar, uma região onde os cafezais eram plenamente produtivos e uma região em declínio, afetada pela exaustão do solo. Ver, por exemplo, A. Castro, op. cit., p. 61. Enquanto até a Abolição as terras novas eram desmatadas e plantadas com novos cafezais em sua maior parte por escravos ou empreiteiros livres, de 1890 em diante os trabalhadores imigrantes também foram usados para formar novos cafezais. Isto ocorria sob um contrato de quatro anos que permitia aos trabalhadores plantar culturas alimentares à vontade, entre as fileiras de café. Ao final do contrato eles recebiam uma certa quantia por cada cafeeiro, e poderiam então ser contratados como colonos, nos termos usuais. Em fazendas novas, o solo virgem produzia colheitas de alimentos muito mais abundantes. Além disso, mediante o cultivo entre as fileiras, os trabalhadores cuidavam de suas culturas enquanto carpiam os cafezais, as culturas alimentares requerendo, assim, pouco trabalho adicional. O cultivo de alimentos em lotes separados, porém, tal como praticado em geral nas fazendas mais antigas, implicava um esforço redobrado de trabalho, sem elevação dos ganhos do trabalhador. Em conseqüência, os trabalhadores preferiam fazendas novas e, se não as houvesse disponíveis, eles ainda preferiam as fazendas que permitiam as culturas entre as fileiras àquelas que designavam lotes em separado. J. P. Carvalho de Moraes, op. cit., pp. 68-69; P. Denis, op. cit., p. 213; A. Ramos, op. cit., pp. 210-212; G. Maistrello, "Fazendas de café — costumes (São Paulo)", in A. Ramos, op. cit., pp. 556-7, 572-3; Inquérito Agrícola, p. 43; J. Brandão Sobrinho, *Apreciação da situação agrícola... do 3.º distrito agronômico do estado de São Paulo...*, São Paulo, 1903.

87. C. F. de Lacerda, *A crise da lavoura: estudo das causas da crise do café e dos meios de combatê-la*, São Paulo, 1903, p. 15.

88. C. F. de Lacerda, *Estudo da meiação, parceria etc. e das suas vantagens*, São Paulo, 1903, p. 15. Apenas nas áreas em declínio os fazendeiros retomaram a parceria, concedendo, porém, aos trabalhadores, uma parcela maior. F. P. Lázaro Gonçalves, op. cit., p. 42, descreve a situação na década de 1880.

89. Inquérito Agrícola, op. cit., p. 46; S. Coletti, "Lo Stato di S. Paolo e l'emigrazione italiana", *Bollettino dell'Emigrazione*, n.º 14, 1908, p. 41, afirma que próximo a Campinas os fazendeiros não podiam aumentar os salários, tendo portanto que concorrer com outras regiões ao permitir que os colonos cultivassem feijão e

reduziu drasticamente os custos de trabalho iniciais, como também os fazendeiros agora somente precisavam fazer pequenos adiantamentos para comida e instrumentos agrícolas. Além disso, a eliminação do fardo das pesadas dívidas iniciais, aliada a uma regulamentação mais estrita do trabalho e a multas pela não realização de tarefas (agora possíveis devido à abundante oferta de braços), produziu um aumento marcante da produtividade nos cafezais. Ao final da década de 1880, a média de cafeeiros sob os cuidados de um homem adulto era de 2.000 a 3.000, enquanto as mulheres em geral cultivavam metade deste número (90).

Os fazendeiros continuaram a contratar imigrantes sob um sistema combinado de preços fixos, de pagamento por tarefas, e de produção de subsistência: o colonato. O contrato agora era anual. Mesmo com uma oferta abundante de trabalho, por vários motivos o colonato continuou a ser mais lucrativo que o trabalho estritamente assalariado. Os preços dos alimentos persistiam em alta, uma vez que os gêneros alimentícios eram em grande parte importados, devido ao interesse quase exclusivo dos fazendeiros pelo café (91). Conforme observou o presidente da província em 1887: "sendo a cultura do café a que dá melhores resultados... seria um erro desprezá-la para cuidar de outra" (92).

Os lotes para cultivo de subsistência representavam um incentivo para os trabalhadores, ao mesmo tempo que reduziam o custo da reprodução do trabalho. Além disso, como as culturas de alimentos se desenvolviam durante a época de cultivo do café, quando a demanda de trabalho era relativamente baixa, os fazendeiros podiam utilizar-se inteiramente do trabalho da família do imigrante durante todo o ano. Conforme observou um contemporâneo em 1908, "o que permite de fato aos colonos manter as contas

milho entre as fileiras de café. Ele também observa que isto era mais vantajoso para os colonos do que 70-100 mil-réis mais pelos cuidados de 1.000.

Embora se acreditasse em geral que estas culturas entre as fileiras exercessem um efeito adverso sobre o rendimento de café dos arbustos de mais de quatro anos de idade, na prática, as decisões dos fazendeiros a este respeito dependiam muito mais das flutuações dos preços do café e da oferta de mão-de-obra do que de condições técnicas. Ver A. Ramos, op. cit., p. 106.

90. F. P. Lázaro Gonçalves, op. cit., pp. 20, 28. Para um contrato típico de colonato, ver o *Bollettino Ufficiale della Camera Italiana di Commercio ed Arti* (São Paulo), II, n.° 4, fevereiro de 1903.

91. L. Couty, op. cit., pp. 166-7, comenta a aversão dos fazendeiros em produzir milho, arroz, feijão e criar gado em um país que importava do estrangeiro uma grande parte de seus alimentos. Cf. *Bollettino Ufficiale della Camera Italiana di Commercio ed Arti*, XV, julho de 1917, p. 10.

92. São Paulo, *Relatório apresentado...pelo Presidente da província...17 de janeiro de 1887*, pp. 120-22.

em dia são as roças que eles têm direito de cultivar para eles próprios" (93). Em 1916, Bonardelli estimou que as culturas de subsistência plantadas pelos trabalhadores representavam um terço de seus ganhos (94). O direito de plantar alimentos, antes de ser um pagamento em espécie ou um meio de fixar o trabalhador, era basicamente um modo de extrair uma renda do trabalho adicional ao excedente produzido pela cafeicultura (95). A combinação da agricultura comercial com o cultivo de subsistência era potencialmente problemática para o desenvolvimento econômico em geral e para os próprios fazendeiros. Ainda em 1922, os fazendeiros enfatizavam a necessidade de limitar as culturas de subsistência, pois "o proprietário não pode consentir que os colonos façam grandes plantações de cereais quando os braços lhe estão faltando para o tratamento de seus cafeeiros" (96). Contudo, desde que efetivamente controlado, e enquanto o café fosse altamente lucrativo, o esquema era claramente vantajoso para os fazendeiros.

Um último recurso a que os fazendeiros recorreram para reduzir os custos por unidade de trabalho foi a sua preferência crescente, não apenas por famílias, mas por grandes famílias, ou seja, unidades contendo pelo menos três trabalhadores (97). Um grande número de trabalhadores em

93. P. Denis, op. cit., p. 202.

94. E. Bonardelli, *Lo stato di S. Paolo del Brasile e l'emigrazione italiana*, Turim, 1912, 71ff.

95. Como Denis observou, os trabalhadores freqüentemente se interessavam mais pelas cláusulas de seus contratos relativas ao cultivo de alimentos do que por aquelas que determinavam os salários, a ponto de às vezes preferirem salários mais baixos e direitos de cultivo mais favoráveis, ao invés de remunerações mais altas, op. cit., pp. 202-3.

96. G. Maistrello, op. cit., p. 564.

97. J. B. do Amaral, op. cit., p. 244; F. P. Lázaro Gonçalves, op. cit., p. 28; G. Maistrello, op. cit., p. 559. Claramente os fazendeiros encaravam os trabalhadores contratados em unidades familiares como mais baratos. Assim Maistrello, op. cit., p. 562, observou em 1922 que "o tratamento dos cafezais é preferível ser feito por colonos com contratos anuais, mas infelizmente nem sempre são suficientes e quase todos os fazendeiros têm de recorrer ao pessoal avulso. É escusado dizer que empregando os tais camaradas nas carpinas ou colheitas o custeio da fazenda aumenta de modo bastante sensível". Os fazendeiros em geral empregavam homens solteiros como avulsos — trabalhadores recrutados exclusivamente para a colheita ou tarefas especiais tais como a poda — ou como camaradas para o processamento e transporte do café. Eles eram pagos com salário mensal, assim como o eram em geral as famílias jovens. As famílias grandes eram empregadas como colonos. Carvalho de Moraes, op. cit., p. 66; *Bollettino Ufficiale della Camera Italiana di Comercio ed Arti*, fevereiro de 1903, p. 73; cf. D. Jaguaribe Filho, op. cit., pp. 19, 32.

P. Denis, op. cit., pp. 216, 318-23, observou que em comparação com o trabalhador brasileiro, os imigrantes italianos eram não apenas mais esforçados no trabalho como também faziam suas mulheres trabalharem. Longe de ser um traço cultural, este é certamente mais um aspecto dos diferentes tipos de contrato sob os quais eles trabalhavam. Contratados em unidades familiares, esperava-se que os imigrantes fizessem trabalhar todos os membros capazes da família, enquanto os brasileiros em geral eram empregados como assalariados individuais.

uma família permitia diminuir ainda mais os custos dos salários. Quanto mais trabalhadores por consumidor em uma família, menor o custo de reprodução de cada trabalhador e, conseqüentemente, menor poderia ser o preço por tarefa (98).

Portanto, ao que parece, há pouca dúvida de que o cultivo de café tivesse sido um empreendimento lucrativo durante grande parte do período entre 1884 e 1914. Mesmo após 1896, quando os preços do café começaram a cair devido à superprodução, as fazendas razoavelmente bem administradas ainda obtinham lucro (99).

98. Maistrello, op. cit., pp. 558-9, calculou em 1922 os ganhos de três famílias imigrantes com diferentes relações consumidor/trabalhador, e demonstrou que nos níveis salariais vigentes uma família de quatro membros com apenas um trabalhador era praticamente incapaz de ganhar para sua sobrevivência. Ao final do ano, a família grande teria saldado 1.130$000, a família com 2 trabalhadores 620$000, e a família pequena, apenas 140$000.

Tamanho da família	N.º de trabalhadores	C/T relação	Cafeeiros p/ família	Carpinagem anual	Ganhos com a colheita	Trabalho extraordinário	Gastos anuais
10	6	1.66	16.000	2,400$	480$	600$	2,350$
5	2	2.5	7.000	1,050$	240$	460$	1,130$
4	1	4.0	3.000	450$	70$	120$	780$

Com as remunerações pela carpinagem calculadas na base de grandes famílias, é claro que as famílias com um pequeno número de trabalhadores, mesmo se esforçando proporcionalmente mais, em termos comparativos teriam um pior desempenho. Os ganhos com atividades extraordinárias provinham de remunerações diárias recebidas por tarefas não estipuladas no contrato.

99. O preço mundial começou a cair em meados da década de 1890, em parte devido ao aumento da oferta, mas os fazendeiros continuaram a plantar novos pés, protegidos pela taxa de câmbio em declínio, o que manteve altos os preços em moeda corrente nacional. Por volta de 1896, mesmo o preço em mil-réis começou a cair rapidamente. Contudo, a oferta de café continuou a subir, na medida em que os novos cafeeiros, plantados sob o estímulo dos altos preços predominantes quatro ou cinco anos antes, começavam a produzir. O montante de café cultivado no período de 1900-1905 foi o dobro daquele de 1890-95, e os preços continuaram em um nível relativamente baixo, com alguma melhora após 1906. M. Hall, op. cit., p. 153.

Isto era possível, porém, não só mediante um aumento da taxa de exploração, como também através do emprego de fraudes variadas (100). A maioria dos observadores italianos daquela época concordava a respeito da extrema pobreza das condições de trabalho e de vida dos imigrantes (101). Os fazendeiros, por seu turno, queixavam-se como sempre de que "a crise" da virada do século obrigava-os a tratar os trabalhadores daquela maneira (102).

O poder dos fazendeiros aumentou na mesma medida em que se multiplicavam seus recursos de controle dos trabalhadores. Quase todas as fazendas tinham o seu bando de capangas encarregados de realizar a vontade do fazendeiro e de controlar, entre outras coisas, as entradas e saídas dos empregados. Algumas vezes os fazendeiros tentavam reter os trabalhadores por meios como o adiamento artificial do fim do ano agrícola (quando as contas eram ajustadas), tornando assim improvável que o trabalhador "pudesse encontrar trabalho em outra fazenda onde a primeira carpa já teria se iniciado" (103). Entretanto, a mobilidade dos trabalhadores era em geral significativa. Entre 40 e 60% dos trabalhadores abandonavam as fazendas a cada ano (104). Os fazendeiros exerciam um amplo controle

100. Tais como as "vendas", a confiscação do produto, medidas fraudulentas, retenção dos salários e várias outras. Talvez o mais famoso relato a respeito de tais medidas e que ajudou a provocar a proibição italiana de 1902 à emigração subsidiada para São Paulo seja o de A. Rossi, "Condizioni dei coloni italiani nello stato di San Paolo", *Bollettino dell'Emigrazione*, n.º 7, 1902; parte da informação relativa às queixas dos imigrantes está em P. S. Pinheiro e M. Hall (orgs.), *A classe operária no Brasil: documentos*, São Paulo, 1981, II, pp. 32-39.

101. Estes observadores — em grande parte pessoal diplomático e consular — não se opunham à emigração em si e nem eram particularmente hostis a São Paulo ou ao Brasil. Entretanto, eles em geral atestavam que as condições às quais estavam sujeitos os imigrantes nas fazendas eram extremamente desfavoráveis, e muitos consideravam que eram significativamente piores do que as de outros países de colonização italiana. Para fontes e mais detalhes, ver M. Hall, op. cit., e M. Hall, "Emigrazione italiana a San Paolo tra 1880 e 1920", *Quaderni Storici*, n.º 25, 1974.

102. S. Coletti, "Lo stato di S. Paolo e l'emigrazione italiana", in Ministero degli Affari Esteri, *Emigrazione e colonie: raccolta di rapporti dei rr. agenti diplomatici e consolari*, Roma, 1908, vol. III, p. 375, concluiu, porém, que a queda nos preços do café nunca havia impedido os fazendeiros de ganhar um "lucro decente, se não tão esplêndido quanto aquele do passado", observando em seguida que "não foi tanto a queda no preço do café como a aquisição de fazendas já preparadas a preços fabulosos e o rápido estabelecimento de novas propriedades com dinheiro emprestado a taxas de juros muito altas que levou à crise atual".

103. S. Coletti, *Bollettino dell'Emigrazione*, 1908, p. 53.

104. P. Denis, op. cit., p. 206. Denis considerou alta esta estimativa, mas mesmo em um estabelecimento bem dirigido, metade dos colonos permanecia menos de 4 anos e meio, entre 1895 e 1930, de acordo com M. S. Beozzo Bassanezi, "Fazenda Santa Gertrudes: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista", tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1973, p. 153.

sobre seus trabalhadores, que era a própria expressão do seu permanente medo de indisciplina ou coisa pior. Observadores assinalam algumas vezes o comportamento "submisso, respeitoso e dócil" dos colonos, embora isto fosse freqüentemente mais aparente do que real (105).

Ultrapassar a resistência individual esporádica encontrava obstáculos imensos e os fazendeiros faziam o que podiam para sufocar qualquer expressão de descontentamento. Por exemplo, todas as sociedades ou associações de trabalhadores eram proibidas (106). Apesar do controle severo, não só os trabalhadores se mostravam constantemente inquietos e algumas vezes violentos, como também greves ocorriam com alguma freqüência (107).

Os trabalhadores — individualmente ou quase — realizavam constantes atos de violência contra os fazendeiros e administradores. Um dos exemplos mais conhecidos, embora de modo algum atípico, ocorreu em 1901, quando certo dia Francisco Augusto Almeida Prado passeava descuidadamente, sem a proteção de seus guarda-costas, em suas roças de café. Vários trabalhadores, aproveitando-se da situação, assassinaram-no, crivando o corpo de facadas e retalhando-o com seus machados e enxadas. Diogo Salles, irmão do Presidente da República, foi assassinado em 1900 por um trabalhador cuja irmã ele havia tentado violentar. Este era um motivo individual, mas é tão indicativo das formas extremas assumidas pela exploração quanto das tensões subjacentes. Outros incidentes surgiram de questões um tanto mais abrangentes. A causa imediata do homicídio de Prado foi atribuída à punição por ele imposta aos seus empregados por terem se recusado a apagar um incêndio na fazenda de um parente seu (108).

A ação coletiva também não era infreqüente. As primeiras greves após a Abolição ocorreram no início da década de 1890, e o diário *Fanfulla*, de língua italiana, registra várias dezenas delas antes de 1913; daquele ano até 1930, o Patronato Agrícola (uma agência governamental) e a im-

105. A. de Zettiry, "I coloni italiani dello stato di S. Paolo", *La Rassegna Nazionale*, LXX, 1893, p. 78; A. L. Rozwadowski, "San Paolo" in *Emigrazione e colonie: raccolta di rapporti dei rr. agenti diplomatici e consolari*, Roma, 1893, p. 177; *Emigrazione agricola al Brasile. Relazione della Commissione Italiana 1912*, Bologna, 1913, p. 232.

106. P. Denis, op. cit., p. 205.

107. P. Denis, op. cit., p. 205; A. Ramos, op. cit., p. 209. Em geral as greves ocorriam no começo da colheita, uma vez que um atraso nesta fase afetaria imediatamente a qualidade do café, tornando assim este momento estrategicamente mais eficaz para tentar pressionar os fazendeiros.

108. Há vivos relatos em *Fanfulla*, em 5 de outubro de 1900, 20 de maio, 6 de julho, 21 e 22 de outubro de 1901.

prensa operária fazem referências a mais de cem greves em fazendas de café (109). A maioria destas greves restringia-se aos limites de cada fazenda, embora em 1911 cerca de 1.000 trabalhadores tenham paralisado meia dúzia de fazendas na área de Bragança durante vinte dias, obtendo um ligeiro aumento nos salários. No ano seguinte, trabalhadores de mais de doze fazendas da região de Ribeirão Preto entraram em greve e também conseguiram um pequeno aumento salarial. A maior greve do período ocorreu na mesma área em 1913. Ela mobilizou de 10.000 a 15.000 trabalhadores, mas resultou em derrota total. As greves em geral eram realizadas para se obter aumento de salários, ou em oposição a medidas tais como não-pagamento de salários, tentativas de redução salarial, medidas disciplinares e multas pesadas e arbitrárias, ou restrições ao cultivo de alimentos (110).

Desde o início as relações entre fazendeiros e trabalhadores livres eram carregadas de fortes tensões, em geral bastante explícitas. Mesmo que os fazendeiros tivessem desejado estabelecer relações paternalistas de dependência pessoal — e este ponto permanece obscuro — vários elementos dificultaram o uso de tais esquemas para obscurecer a exploração e desencorajar a resistência. Além das fazendas de São Paulo serem grandes, a força de trabalho era nova e estrangeira, impossibilitando pois aos fazendeiros muitas das sanções tradicionais — religiosas e outras — freqüentemente utilizadas pelas classes dirigentes rurais.

Enquanto prevaleceu a parceria, a luta entre trabalhadores e fazendeiros centrou-se na questão da divisão do lucro líquido do café. Excepcionalmente os trabalhadores se revoltavam, mas mais comumente eles resistiam, diminuindo o trabalho no cultivo de café. Enquanto a plantação de alimentos não foi objeto de restrições sistemáticas, os trabalhadores puderam privar os fazendeiros de parte de sua força de trabalho, sem arriscar a sua própria sobrevivência. Isto não quer dizer, porém, que os trabalhadores tenham reduzido suas expectativas. O que eles fizeram foi desviar uma parte significativa de sua capacidade produtiva para o cultivo de alimentos, além do que era necessário para a sua subsistência. Embora essencialmente

109. A partir de 1913, os relatórios anuais do Patronato Agrícola (publicado no *Boletim do Departamento Estadual de Trabalho* e/ou nos *Relatórios da Secretaria de Agricultura de São Paulo)* dão em geral os números das greves rurais que chegaram ao seu conhecimento e às vezes uma pequena informação complementar.

110. Analisamos estes movimentos em M. Hall e V. Stolcke, *Greves de colonos na Primeira República*, CEDEC, II Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais, São Paulo, 1979, mimeo.; esperamos apresentar um estudo mais completo em breve.

individuais, estas ações foram decisivas em determinar o reajustamento do sistema de trabalho.

A transição da parceria para o colonato foi um processo de crescente elaboração da exploração do trabalho, favorecido depois da metade da década de 1880 pela importação em massa de imigrantes. Uma vez criado um mercado de trabalho capitalista, limitado ao mínimo básico os direitos de cultivo, e instituída uma disciplina de trabalho cada vez mais severa, desapareceram de fato as condições para a luta individual ao nível da produção contra rendimentos considerados insatisfatórios. Na virada do século, os trabalhadores imigrantes constituíam-se em uma massa homogênea, sujeita a condições em geral bastante duras. Em circunstâncias normais eles tinham a possibilidade de tirar vantagem das diferenças regionais ou, então, de abandonar a agricultura para trabalhar nas cidades ou em outros países. A mobilidade dos trabalhadores entre as fazendas, tanto quanto o simples abandono da atividade, eram consideráveis. Mas para aqueles que permaneciam na agricultura, os baixos salários ou extorsões adicionais efetuadas pelos fazendeiros, tais como não-pagamento de salários, proibição do cultivo de subsistência, ou redução salarial, podiam provocar ações coletivas na forma de greves. Paradoxalmente, ao aumentar a disciplina do trabalho, os fazendeiros proporcionaram aos imigrantes reais condições para a ação, agora coletiva, e portanto potencialmente muito mais perigosa.

Conclusão

Este não é o lugar para se fazer um balanço da vasta e crescente literatura sobre a história da agricultura brasileira (111). Nosso ponto de vista, porém, é que a maioria destes estudos tendem a aplicar macromodelos aos sistemas de trabalho agrícola abordados neste artigo, ao invés de colocar, em primeiro lugar, a questão crucial de por que os fazendeiros optaram por estas várias soluções. Assim, pouca atenção tem sido dada às condições específicas em que o trabalho livre foi introduzido, à dinâmica dos próprios sistemas de trabalho, e às razões de sua transformação.

111. O próprio colonato recebeu recentemente uma considerável atenção. Interpretações que diferem bastante da nossa (e entre si) são: V. Caldeira Brant, "Do colono ao bóia-fria", *Estudos CEBRAP*, p. 19, 1977; J. de Souza Martins, *O cativeiro da terra*, São Paulo, 1979; C. R. Spindel, *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*, Rio de Janeiro, 1980; T. H. Holloway, *Immigrants on the Land*, Chapel Hill, 1980; C. Vangelista, *Le braccia per la fazenda*, 1982; Brasílio Sallum, *Capitalismo e cafeicultura*, São Paulo, 1982.

Debates recentes continuaram em parte a longa controvérsia acerca do suposto caráter feudal — ou pelo menos não-capitalista — da agricultura brasileira. O ponto de referência implícito em ambas as interpretações "feudal" e "capitalista" é o trabalho assalariado puro como a forma especificamente capitalista de extração de excedente. Aqueles que endossam a tese feudal enfatizam as características específicas dos sistemas de trabalho das fazendas como prova do caráter não-capitalista da agricultura brasileira (112). Aqueles que defendem a tese capitalista têm em geral, como ponto de referência, o sistema econômico mais amplo no qual integrou-se a agricultura brasileira, e defendem a identidade básica entre os sistemas de trabalho específicos empregados e o trabalho assalariado. Embora tais autores expliquem o predomínio destes sistemas devido a sua maior produtividade em relação ao trabalho assalariado, eles ainda assim não explicam as suas transformações.

Mais recentemente outras interpretações têm sido propostas. Desde a perspectiva da acumulação do capital sugeriu-se que as relações de trabalho na agricultura brasileira beneficiaram a acumulação de capital na indústria através dos preços relativamente baixos dos produtos agrícolas, sendo assim funcionais para o sistema (113). Este ponto de vista foi contestado ao afirmar-se que, pelo contrário, a baixa produtividade agrícola

112. O argumento mais veemente de que o colonato era pré-capitalista é de Jacob Gorender, "Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro", in Evaristo de Moraes Filho et al., *Trabalhadores, sindicatos e política*, São Paulo, 1980. Gorender classifica o colonato como "um modo de produção plantacionista latifundiário, apoiado em formas camponesas dependentes". Na verdade, Gorender apresenta diversos critérios um tanto arbitrários e às vezes bizarros para caracterizar uma relação como capitalista (tais como contratos que não se estendem além de um mês) e, para sua satisfação, descobre que o colonato não os cumpre. O ponto alto do artigo está na página 49 quando, depois de ter explicado que os fazendeiros designavam terrenos de pastagem para os colonos, o autor então, prestativamente, enumera os animais que ali pastavam: "um cavalo, uma vaca, um bezerro, um porco, galinhas". Embora a imagem de porcos e galinhas pastando não deixe de prover um certo charme à la Walt Disney, ela não aumenta a confiança do leitor nos conhecimentos agrícolas de Gorender.

Esperamos que esteja claro, a esta altura, que aqueles elementos (tais como os lotes de cultivo alimentar) usados por alguns autores para classificar o colonato como não-capitalista são, ao nosso ver, mais adequadamente considerados simplesmente como específicos das condições concretas da agricultura paulista na época. De qualquer modo, seria difícil negar que, sob o colonato, trabalhadores livres eram obrigados a vender sua força de trabalho no mercado.

113. Francisco de Oliveira, "Economia brasileira: crítica à razão dualista", *Estudos CEBRAP*, n.º 2, 1972.

teria imposto claros limites à acumulação: "os preços relativamente baixos dos produtos agrícolas implicam, na verdade, 'custos sociais' relativamente elevados e uma 'produtividade social' relativamente baixa." (114) A articulação dos dois setores é vista como contraditória, uma contradição produzida pelo nível de produtividade relativamente baixo da agricultura, um resultado de relações de produção consideradas predominantemente pré-capitalistas ou atrasadas. A produtividade na agricultura é, de fato, menor do que na indústria, em termos monetários. Mas de novo não se explica por que os fazendeiros optam por tanto tempo por sistemas de trabalho de baixa produtividade ao invés de introduzir inovações mais positivas. Parece razoável que os fazendeiros preferissem métodos de produção baseados no trabalho intensivo em lugar de aumentar o capital constante, se o custo deste último fosse maior que o do trabalho. Mas isto coloca a questão de por que o custo do trabalho foi tão baixo por tanto tempo. Salários agrícolas baixos implicam uma restrição ao consumo de bens de salário, mas, afinal, por que deveriam os fazendeiros preocupar-se com isto, ao invés de cuidar de suas próprias taxas de lucro? Uma atitude como esta tem importantes conseqüências políticas por gerar tensões sociais, mas enfim, o desenvolvimento capitalista está longe de ser um processo harmonioso. Nem é a sua dinâmica determinada pelas necessidades da acumulação do capital como uma espécie de *deus ex machina*, mas, como tentamos mostrar no caso específico das fazendas de café, ela determina-se pela luta de classes.

Estas são macroanálises. Há também vários estudos que tratam especificamente das primeiras experiências com o trabalho livre, centrando-se em sua maioria no fracasso do sistema de parceria. Argumentou-se por um lado que o caráter retrógrado dos próprios fazendeiros foi o responsável, em última análise, pela condenação das primeiras experiências com a parceria. Sugere-se que para o trabalho livre ser comparativamente tão lucrativo quanto o trabalho escravo — o ponto de referência é o trabalho escravo — os fazendeiros recorreram às formas de coerção inaceitáveis pelos trabalhadores livres, que reagiam rebelando-se contra elas. A conclusão implícita é que os fazendeiros não sabiam onde estavam os seus verdadeiros interesses. Eles revelavam-se incapazes de perceber as exigências de uma relação contratual, uma decorrência de sua longa tradição

114. Sérgio Silva, "Agricultura e capitalismo no Brasil", *Contexto*, n.º 1, 1976, p. 31.

como senhores de escravos (115). Ao empregarem a coerção ao invés de incentivos econômicos, eles acabaram por inviabilizar o sistema de trabalho que eles próprios haviam adotado para substituir os escravos.

Estas interpretações contêm uma mistura de elementos das teses feudal e capitalista. O sistema inicial de parceria é implicitamente interpretado como capitalista, mas geralmente atribui-se o seu fracasso à ideologia tradicional dos fazendeiros que os levava a tratar os trabalhadores livres como se fossem escravos.

Nosso argumento é de que os fazendeiros paulistas introduziram o trabalho livre para substituir ou complementar seu contingente de escravos, porque aqueles mais previdentes estavam conscientes, pela metade do século, de que algum substituto para o trabalho escravo precisaria afinal ser encontrado. Nestas circunstâncias, eles estavam dispostos a experimentar novas formas de trabalho, cuja produtividade inicialmente ignoravam. Contudo, apenas uma minoria de fazendeiros optou pelo trabalho livre na época, e o fim da escravidão não se concretizou de imediato. Não havia assim uma aguda escassez de escravos, e os fazendeiros poderiam continuar a prover suas fazendas com trabalho escravo, cuja produtividade era conhecida, caso o trabalho livre não correspondesse às suas expectativas. Não apenas aqueles que estudaram as experiências iniciais, mas também os próprios fazendeiros, repetidamente atribuíram as dificuldades com o trabalho livre à sua produtividade relativamente baixa em comparação com a escravidão (116). É possível que seja verdade que os escravos fossem mais rentáveis do que os trabalhadores livres, mas retornar à escravidão não era uma solução permanente. Assim, explicar o fracasso do sistema de parceria devido a sua produtividade relativamente menor somente seria adequado se a abolição da escravidão não fosse iminente. O espectro da Abolição deixava de fato aos fazendeiros apenas duas alternativas: encon-

115. E. Viotti da Costa, "Colônias de parceria", pp. 171-2. Em *Da senzala à colônia*, Viotti atribui o fracasso da parceria ao alto custo de produção do café, devido ao seu caráter de trabalho muito intensivo, ao baixo nível de mecanização, e aos baixos preços do café, reduzindo, conseqüentemente, as margens de lucro, desencorajando tanto empregadores como trabalhadores. W. Dean, em *Rio Claro*, embora inicialmente argumente que o sistema de parceria era de fato mais lucrativo que o trabalho escravo, atribui seu fracasso ao fato de que, passados os primeiros anos, os trabalhadores livres só podiam ser mantidos no trabalho mediante o uso de coerção ou o oferecimento de contratos mais favoráveis. Ele sugere que a primeira alternativa necessitaria apoio do governo, o que não era possível. A segunda, os próprios fazendeiros não estavam dispostos a conceder, ideologicamente incapazes de tratar com um proletariado genuíno numa base puramente contratual. Ele conclui que, ao invés de um aumento da produtividade ou da observância às relações contratuais, o que os fazendeiros esperavam de seus trabalhadores era a subserviência e lealdade.

116. Para evitar citações ofensivas, mencionaremos apenas um autor como exemplo de outros que incorreram nesse equívoco, M. Hall, "Origins of Mass Immigration".

trar uma forma satisfatória de trabalho livre, ou abandonar totalmente o cultivo de café.

Os fazendeiros que inicialmente assumiram a tarefa de encontrar uma maneira de substituir o trabalho escravo foram os primeiros de um notável grupo de empresários agrícolas e comerciais. A sua decisão de reorganizar a produção mediante o emprego de trabalho livre é por si só sintomática. Eles encaravam o trabalho como um custo e adotaram um sistema de trabalho, a parceria, que acreditavam lhes garantiria um custo por unidade mais baixo que o do trabalho assalariado puro, sem preocupar-se em comparar a nova opção com o trabalho escravo. O fato de que alguns deles tenham se desencantado da experiência e retornado temporariamente ao trabalho escravo se deveu fundamentalmente à ausência de um pré-requisito essencial: uma população excedente de trabalhadores livres que mantivesse seus empregados intimidados e submissos à exploração. Nestas circunstâncias, nem os incentivos econômicos constantes do contrato de parceria, nem o recurso a fraudes e à coerção puderam assegurar uma força de trabalho lucrativa e confiável. Os imigrantes diminuíam sistematicamente a produção do café e/ou rebelavam-se. Foi isto que levou alguns fazendeiros a concluir que "a troco de quaisquer sacrifícios é preferível o serviço do escravo ao do homem livre" (117). Outros tentaram resolver seus problemas de trabalho mediante modificações nos contratos e leis de trabalho mais eficazes, porém sem maior sucesso. O problema permanente de produtividade do trabalho e da disciplina foi resolvido apenas na década de 1880, quando o Estado começou a subvencionar a imigração em massa, criando deste modo as bases de um efetivo mercado de trabalho capitalista.

117. M. J. Valdetaro, op. cit., p. 93, citando um fazendeiro insatisfeito com alguns de seus parceiros que trabalhavam pouco e mal.

RESENHAS

A ESCRAVIDÃO NAS AMÉRICAS: GENOVESE EM PORTUGUÊS

Peter L. Eisenberg
(Departamento de História/Universidade Estadual de Campinas)

Eugene D. Genovese é, provavelmente, o historiador marxista norte-americano de sua geração mais lido no Brasil. Em português, existem versões de nada menos do que três dos seus livros mais importantes, nos quais ele aborda problemas da história dos Estados Unidos no século XIX, e também da escravidão nas Américas (1).

O primeiro livro do Autor (A.), elaborado a partir de sua tese de doutoramento (Columbia University, 1959), examina a lógica e as conseqüências do sistema escravista no Sul dos EUA. O Sul não foi capitalista, uma vez que, para o A., este conceito significa especificamente a separação do trabalhador dos meios de produção e a generalização do salário. A classe

1. *A Economia Política da Escravidão* (Rio de Janeiro: Pallas, 1976). Tradução de Fanny Wrobel e Maria Cristina Cavalcanti. Publicado em inglês como *The Political Economy of Slavery. Studies in the Economy & Society of the Slave South* (New York: Random House, 1965).

O Mundo dos Senhores de Escravos. Dois Ensaios de Interpretação (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979). Tradução de Lais Falleiros. Publicado em inglês como *The World the Slaveholders Made. Two Essays in Interpretation* (New York: Random House, 1969).

Da Rebelião à Revolução (São Paulo: Global, 1983). Tradução de Carlos Eugênio M. Moura. Publicado em inglês como *From Rebellion to Revolution. Afro-American Slave Revolts in the Making of the Modern World* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1979).

dominante no Sul desenvolveu toda uma psicologia, ideologia, moralidade, ordem social, e até mesmo uma civilização própria, a qual o A. chama de um "sistema especial".

Entretanto o Sul não conseguiu perpetuar esta civilização própria, porque ela se encontrava inserida num país que crescia em franca expansão capitalista. A escravidão emperrava o desenvolvimento econômico sulista, em comparação com o do norte, visto que aquele sistema esterilizava capitais na compra da pessoa do trabalhador, sofria de inflexibilidade no uso deste trabalhador, e perpetuava uma tecnologia extensiva esgotadora de solos. A recalcitrância do escravo, cuja exploração pelo seu dono ficou mais clara porque não era escondida pela ilusão do salário, desincentivou o senhor a confiar-lhe capitais maiores, tais como: adubos, ferramentas melhores, ou animais mais eficientes. Ao mesmo tempo, as necessidades de exibir a sua supremacia e de viver a sua vida aristocrática levaram o senhor ao consumo ostensivo, mais do que ao reinvestimento de lucros na produção. O A. mostra que as tentativas de reformar a agricultura e promover a indústria no Sul encontraram limites estreitos impostos pela autosuficiência das fazendas e pela reduzida demanda, sendo essa última restrita tanto pelo nível mínimo do consumo dos escravos, como pela pouca expressividade da vida urbana. Como resultado, o Norte praticamente colonizou o Sul, deixando este dependente em manufaturas, serviços comerciais e financeiros e transportes marítimos.

Para manter o vigor do seu sistema, a única saída para o Sul teria sido a expansão territorial para o Oeste, onde existia a possibilidade de usar escravos nas minas de ouro e prata. Mas o Norte, por ter interesses próprios no Oeste, barrou esta saída, e precipitou os escravocratas numa "Guerra para a Independência Sulista". O A. entende esta guerra como uma luta para a libertação nacional liderada por reacionários. A guerra, o maior trauma da história americana até então, e uma aberração profunda no tradicional processo constitucional, foi, para o A., inevitável. Genovese não entende como se podia esperar que a classe dominante sulista se suicidasse, abrindo mão da escravidão no Oeste, o que era a condição básica para a sobrevivência de seu "sistema especial".

Nos outros dois livros traduzidos, o A. abre o seu enfoque para a história comparativa da escravidão nas Américas, ao mesmo tempo em que ele esclarece melhor a sua visão do Sul norte-americano. Baseando-se em fontes secundárias, ele não pretende resumir a história das áreas escravistas, mas sim descobrir os determinantes principais das diferenças nas histórias de relações raciais e dos processos de abolição. Mesmo considerando-se um marxista, o A. discute insistentemente com o determinismo econômico, tal como se lê nos livros de Eric Williams, Marvin Harris, e David Brion Davis. Para o A., estes pesquisadores exageram as semelhanças entre os sistemas escravistas, e o peso da determinação pelas forças materiais, tais como o mercado e os preços relativos. O A. não deixa de levar em conta estes fatores econômicos; mas ele privilegia, na linha de Gilberto Freyre, Frank Tannenbaum, Stanley Elkins e Herbert Klein, fatores institucionais e culturais, tais como a religião, a tradição política, e a natureza da classe dominante.

Genovese encontra as raízes do escravismo moderno na expansão da burguesia da Europa Ocidental nos séculos XV e XVI (2). Esta burguesia aprofundou a divisão de trabalho e intensificou o comércio, mas também provocou efeitos contraditórios à sua própria expansão. Por um lado, a nobreza territorial concentrou mais riqueza nas suas próprias mãos. Por outro, os camponeses europeus resistiram à proletarização, preferindo a miséria menor de sua pobreza rural. Quando no século XVII a crise geral descrita por Eric Hobsbawm impediu que a nova burguesia se consolidasse, este grupo empresarial transferiu uma parte de suas atenções para a Europa Oriental, onde se criou a "segunda servidão" engajada na produção de cereais em grandes latifúndios. Também aquela burguesia interessou-se pelas Américas, onde se criou a escravidão moderna, que supriu o trabalho necessário para fornecer alimentos, metais preciosos, e, eventualmente, matérias-primas.

Duas categorias de análise são muito explicativas para Genovese: o caráter senhorial (paternalista, patriarcal) e o caráter burguês de uma classe dominante. No senhorialismo, uma fase transitória entre o escravismo e o capitalismo, a classe dominante realiza uma acumulação econômica, mas sem converter esta riqueza em capital. Nestas sociedades, a política autoritária e o catolicismo romano prevaleceram, e reforçaram a idéia de que o homem é fraco e dependente da sociedade, a qual ele sacrifica a sua liberdade individual e oferece a sua capacidade para o trabalho, em troca de proteção e defesa. No senhorialismo, o escravocrata residia na fazenda a sua vida toda, e exercia o controle social através do paternalismo, comportando-se como o chefe de uma família extensa na qual cada membro tinha as suas obrigações. O senhor protegia e defendia os seus dependentes, enquanto estes forneciam-lhe rendas de trabalho, de produtos, ou até de dinheiro, e obedeciam à sua orientação na vida social e política.

2. Veja-se também Elizabeth Fox Genovese e Eugene D. Genovese, *Fruits of Merchant Capital. Slavery and Bourgeois Property in the Rise and Expansion of Capitalism* (New York: Oxford University Press, 1983).

Uma classe dominante mais burguesa, ao contrário, realiza uma acumulação de capital e transforma uma grande parte do seu excedente em meios de produção. Mais afeito à política liberal e ao protestantismo, este tipo de classe enaltece os direitos do indivíduo independente de persistir no seu interesse pessoal, com o mercado como o mediador principal entre ele e os outros. Onde este caráter predomina, o escravocrata é não-residente e exerce o controle social através da lei e da repressão, porque fora das relações de mercado ele não deve nada a ninguém.

Estes dois tipos de classe dominante não são necessariamente excludentes. Em Cuba, os escravocratas do século XVIII e aqueles fora do açúcar do século XIX exibiam traços senhorais, enquanto que os de açúcar do século XIX tinham mais da natureza burguesa. No Sul dos EUA, os escravocratas do algodão no século XIX, pela tradição política, pela religião, e pelas relações estreitas com o Norte, segundo a lógica de Genovese, deviam ter sido burgueses. Entretanto, o paternalismo foi o traço mais forte, por causa da proximidade entre o surto de algodão para abastecer a primeira fase da revolução industrial e o fechamento do tráfico internacional de escravos em 1808. Para garantir a mão-de-obra, os sulistas abrandaram o tratamento e aprofundaram o paternalismo, até o ponto de terem o único plantel de escravos que se reproduziu nas Américas.

Quanto ao racismo, o A. argumenta que isto não deriva apenas da escravidão, porque sobrevive sem esta, nem se reduz ao preconceito de classe. Esquematicamente, o A. identifica três padrões: (a) o americano, com duas castas (branco e preto), marginalização total dos pretos mesmo quando livres, e um racismo extremado; (b) o Caribe anglo-francês, com três castas (branco, mulato e preto), bastante oportunidade para a ascensão social de certas pessoas de cor, mas ainda um racismo forte; e (c) o Brasil, com muitas castas, muitos caminhos para uma ascensão limitada, e um mínimo de preconceito racial. Ao negar a possibilidade de uma teoria geral do racismo, o A. localiza os agravantes do caráter burguês que dispensa as relações paternalistas, o que nos leva a entender que a classe dominante usa o racismo para jogar um grupo de trabalhadores contra outro, ao mesmo tempo em que os próprios trabalhadores, na acirrada concorrência do mercado de trabalho, recorrem para o racismo para levar vantagem ou tirar frustrações.

Os processos de abolição dependiam muito das situações políticas. Quando transcorreram em colônias ligadas às metrópoles, como no Caribe, estes processos revelaram forte influência européia. Assim no Caribe inglês, holandês e dinamarquês, a abolição chegou sem grandes transtornos, porque os escravocratas principais eram burgueses não-residentes, mais ligados

à política metropolitana do que ao local dos seus investimentos. Em São Domingos, evidentemente, o processo tomou rumos revolucionários, exatamente porque a França, na época, estava em plena revolução social.

A violência caracterizou os processos de abolição quando estes vieram no bojo de movimentos de libertação nacional, como em São Domingos, na América Espanhola Continental, e nos EUA. No Brasil, que na época não era nem colônia formal, nem estava lutando pela sua independência política, encontravam-se os dois tipos de abolição. No Nordeste senhorial, a decadência econômica facilitou a transição pacífica para o trabalho livre, com fortes traços de dependência, porque o senhorialismo essencial se preservou. No Sul cafeeiro, especialmente em São Paulo, a burguesia emergente protelou a abolição até que as pressões de escravos e abolicionistas ameaçaram uma repetição das experiências de São Domingos e dos EUA, e a viabilidade comprovada da imigração em massa convenceu a burguesia de que a mesma pouco tinha a perder com a emancipação.

Genovese analisa os determinantes das diferenças na natureza de certos tipos de resistência coletiva pelos escravos, no seu último livro a ser tratado aqui (3). Nos séculos XVII e XVIII, antes da Revolução Industrial, realizaram-se as maiores rebeliões de escravos que procuravam afastar-se da sociedade colonial e restaurar uma sociedade africana. Condições específicas favoreceram o êxito destas rebeliões: o absenteísmo dos escravocratas e divisões sérias dentro da classe dominante; as dificuldades econômicas não amortecidas por setores de produção de gêneros alimentícios dentro das fazendas; os desequilíbrios demográficos favorecendo a população africana sobre a crioula e a branca; a concentração de escravos em grupos superiores a 100 pessoas, como nos engenhos e minas maiores, e nas cidades; uma geografia favorável ao isolamento; uma estrutura social porosa que permitia a ascensão de pessoas de cor para posições de destaque; poucas expectativas para a emancipação; a ausência ou recusa dos índios em tratar com brancos ou pretos; e a presença de uma religião, como o islamismo, que reforçava as identidades de classe e de etnicidade.

Uma vez criados, os quilombos não constituíam centros abolicionistas. Ao contrário, os quilombos que conseguiram sobreviver muito tempo foram somente aqueles que chegaram a acordos com as classes dominantes, que freqüentemente levaram os quilombolas a servirem como capitães-de-mato.

Nos fins do século XVII, depois do começo da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, os escravos passaram da rebelião para a revolução, no sentido de que tentaram muito mais integrar-se na sociedade colo-

3. Para outros tipos de resistência de escravos, veja-se Eugene D. Genovese, *Roll, Jordan, Roll. The World the Slaves Made* (New York: Random House, 1974).

nial, e até contestar a hegemonia dos escravocratas. O fechamento dos tráficos internacionais de africanos e a emergência de maiorias crioulas que não conheciam a África e ambicionavam a mobilidade social e econômica conduziram os escravos para movimentos revolucionários. Se a curto prazo estes provocaram repressões ferozes, a médio prazo intimidaram os defensores da escravidão, desmentiram a alternativa de uma escravidão humana e consensual e reforçaram as causas da libertação nacional e da abolição. A longo prazo, estes movimentos revolucionários ajudaram a consolidar o movimento "burguês e democrático" nas Américas. Rejeitando o seu passado escravista e a instituição da escravidão, aderiram à sociedade burguesa e ao capitalismo.

PENSANDO A CLASSE OPERÁRIA: OS TRABALHADORES SUJEITOS AO IMAGINÁRIO ACADÊMICO

(Notas de uma pesquisa)

Maria Celia Paoli, Eder Sáder, Vera da Silva Telles
(Departamento de Ciências Sociais da USP)

Já observou Castoriadis que a discussão sobre a classe operária assume quase obrigatoriamente um caráter político, já que, de algum modo, o movimento operário foi investido do sentido histórico que lhe atribuiu o marxismo (1). A produção sociológica brasileira está mesmo carregada de polêmicas acerca das explicações sobre o comportamento operário, suas determinações e significados, cujas implicações políticas foram imediatamente captadas nos meios universitários tanto quanto pelas diferentes correntes ideológicas em confronto (2). Mas o que hoje aparece mais claramente é que as divergências mais radicais se revelam no próprio modo

1. Ver C. Castoriadis, "La question de l'histoire du mouvement ouvrier" in *L'experience du mouvement ouvrier I: comment lutter*, UGE, Paris, 1974, p. 67 e segs.

2. Temos a polêmica abertamente assumida entre F. Weffort de um lado e C. Estevam e M. Hermínia Tavares de outro, acerca da presença política do proletariado no pós-guerra. Mas além disso, não somente toda a obra de F. Weffort surge por oposição à tradição anterior, como também os trabalhos de Leôncio M. Rodrigues, L. Werneck Vianna, M. Hermínia Tavares, J. A. Moisés, A. C. Bernardo, J. Humphrey, A. Maroni, C. Frederico, entre outros, constituíram peças de um contínuo debate que cruzou universitários e militantes políticos.

como a noção da classe é montada, antes de aparecerem nas explicações sobre sua dinâmica. O lugar onde a classe é situada e descrita e a imagem dela construída são indissociáveis das explicações elaboradas, pois é na articulação entre as questões decorrentes de uma determinada abordagem e as imagens substantivas construídas na elaboração teórica, que cada autor constitui sua unidade temática em torno do objeto "classe operária".

Nossa pesquisa busca examinar justamente os modos de construção da imagem dos trabalhadores nas ciências sociais em nosso país. Ela nasceu de uma observação que fizemos da existência de uma ruptura na produção intelectual sobre o tema. Transformações na prática social estariam dando visibilidade a novos temas e colocando no centro da reflexão o problema da emergência dos trabalhadores enquanto sujeito político.

Particularmente com as greves de massa em 1978 os trabalhadores apareceram de modo novo em nossa História. Vistos tradicionalmente como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, eles irrompem na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para sua cooptação, enquadramento e controle. Grupos de fábrica, clubes de mães, comunidades de base e as mais diversas organizações de diferentes setores sociais a partir de diferentes temas, tomaram a sociabilidade própria entre seus membros como premissa para formas autônomas de organização e expressão que alteraram o próprio campo da política no país.

Impressionados pelas demonstrações desses sinais de vida própria dos dominados, muitos de nós nos voltamos para a interrogação do seu significado e de sua gestação. Vivemos todo um movimento intelectual de revisão histórica, buscando as raízes do presente, invisíveis nas formas passadas de representação do social. Foi então questionada uma imagem constituída intelectualmente, no interior da qual os trabalhadores eram vistos como subordinados ao Estado graças a determinações estruturais da industrialização brasileira. Apoiados nos novos movimentos sociais, toda uma produção teórica recente procura captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas. O que para nós definiu uma ruptura com a produção anterior sobre a classe operária foi a noção de *sujeito* que emerge dessa nova produção, isto é, o estatuto conferido às práticas dos trabalhadores, como dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade. E foi precisamente isso que estruturou nossa questão e que nos levou a pensar as obras do período

anterior como compondo um paradigma no qual a classe aparece como sujeito subordinado, sem uma dinâmica própria que emerja de suas práticas, determinado por condições exteriores à sua existência concreta. Examinar o conjunto das obras que constituiriam o paradigma em questão foi nosso primeiro passo para qualificar e compreender a natureza da ruptura que constatamos.

Nossa leitura não pretendia descobrir realidades ignoradas ou mistificadas pelos cientistas sociais. Não partimos da consideração de que o modo de representação intelectual construído sobre os trabalhadores tenha sido uma invenção arbitrária dos cientistas sociais. Pelo contrário, nós o tomamos como o modo pelo qual os trabalhadores foram efetivamente pensados numa dada sociedade, num dado momento de sua história. Se determinados aspectos da vida social não foram tematizados num momento histórico é porque não alcançaram significado social, e o que nos cabe é compreender o que fornecia as categorias pelas quais se expressavam os atores e nas quais se montaram suas discussões. Não pedimos, pois, aos textos alguma garantia de verdade, inquirindo sobre seus métodos, motivos e resultados a partir de falhas lógicas ou ideológicas, exigindo deles o que eles não se propuseram. Procuramos ver nos textos o que eles nos contam sobre o objeto, as idéias básicas que organizam a representação desse objeto e sua posição no tempo e no lugar do debate que suscita. Em seguida podemos refletir sobre seu enraizamento num mundo real de relações sociais e de questões sobre elas, isto é, a definição do espaço histórico onde se movimentam.

Mas nós inquirimos as obras a partir de questões que foram colocadas em nosso momento histórico. Por isso não quisemos reconstituir a unidade de cada obra mas sim examinar como responderiam à *nossa* questão: qual o estatuto conferido às práticas do proletariado na instituição de suas condições de existência social? É certo que para compreender a resposta de cada autor foi necessário acompanhar o percurso original de sua elaboração, para poder entender sua noção de classe operária no campo temático por ele construído. Fomos assim investidos por suas questões e esse movimento terminou por afetar nossa própria questão.

Levados a outros tempos históricos, redescobertos nos debates montados entre as obras examinadas, fomos obrigados a qualificar nossa própria questão, isto é, a noção de sujeito com a qual estamos trabalhando. Tivemos que nos remeter ao sentido que essa questão fazia no interior dos horizontes políticos, sociais e culturais das conjunturas em que foram escritos. Ficou claro que essa noção, tal como hoje a formulamos, só poderia emergir num momento em que o político não fosse concebido como

um lugar fixado pelas estruturas sociais e determinações econômicas, mas como práticas que criam sociedade e economia, pondo em jogo uma matriz estrutural e ampliando seu raio de constituição.

Finalmente, a partir de nossas questões, ancoradas num outro tempo e lugar, pudemos descobrir, independentes dos quadros interpretativos dados, práticas e experiências vividas pelos trabalhadores, através das descrições, depoimentos e relatos apresentados como material de pesquisa. Referidas nos textos examinados mas não elaboradas, elas aparecem ofuscadas pelas questões que então se armavam. E o que ressalta nesses trabalhos é sobretudo a consciência que tinham seus autores de uma sociedade industrial em formação, cuja novidade constitui sua interrogação central. Daí a predominância dos temas da industrialização, da urbanização, das desigualdades sociais de uma sociedade em transição, do peso tutelar do Estado. Se os autores se interrogam acerca do lugar e papel dos trabalhadores é mais como elemento no deciframento da peculiaridade da sociedade brasileira.

Estamos ainda no meio de nosso trabalho e o que aqui apresentamos constitui apenas conclusões parciais da pesquisa. Tendo já examinado as obras principais do período 1958-78, pudemos analisar a consistência de um paradigma intelectual montado nesses anos. Procuramos, neste artigo, transmitir resumidamente: a) as condições de emergência e as características do campo temático sobre a classe operária brasileira, montado a partir do fim dos anos 50, identificando seu processo de constituição através de algumas obras decisivas; b) as condições e características da emergência de uma reflexão que apontava para a ruptura com aquele campo temático.

A constituição de um campo temático: o proletariado como questão

Foi só ao iniciar a década dos 60 que a classe operária se tornou objeto de reflexão sistemática no Brasil. Examinando os desajustamentos dos trabalhadores na sociedade industrial, a falta de consciência de classe do proletariado, o estabelecimento de um sindicalismo operário controlado pelo Estado, Juarez Brandão Lopes, Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso, Azis Simão, e, logo depois, Leôncio M. Rodrigues, J. Albertino Rodrigues, inauguram uma tradição de estudos sobre a classe operária. Das questões que levantam, das imagens concretas que ressaltam a partir das formas de manifestação em que localizam a classe, dos esquemas teóricos que armam com suas observações, resulta um modelo consistente de análise da presença dos trabalhadores na sociedade brasileira. Porque, na

verdade, até então, a imagem dos trabalhadores nas ciências sociais só aparecia como agregado amorfo sem vida própria (nas vertentes dos pensamentos autoritários e nacionalistas) ou como derivação abstrata de uma filosofia da história (na vertente da produção comunista local).

Com efeito, na tradição do pensamento autoritário brasileiro, que tem suas raízes no Apostolado Brasileiro (3), os ideólogos do Estado Novo getulista só pensam o proletariado do ângulo da construção da nacionalidade e, por aí, constatam sua imaturidade e inconsistência (4). Nos anos 50 até 1964 uma corrente nacional desenvolvimentista dá continuidade a essa tradição, embora já se defrontasse com uma realidade onde era ineludível a presença de trabalhadores organizados. O centro da reflexão dessa corrente está voltado para as condições da emancipação nacional. Tendo por temas principais a análise dos obstáculos à industrialização e os mecanismos da dominação estrangeira, os trabalhadores aparecem sistematicamente diluídos nas referências ao "homem brasileiro" (5).

Na corrente comunista, por seu lado, o proletariado é visto a partir de sua vocação revolucionária. Dispondo de um arquétipo da sociedade existente e da revolução por vir, eles procuraram na realidade indicadores dos avanços e entraves da dinâmica postulada. Tendo por referência a imagem universal e ideal da classe, as análises detectam na realidade as manifestações do seu grau de maturidade: volume e natureza da atividade sindical, organização partidária, manifestações de adesão a ideologias consideradas revolucionárias, lutas contra o regime (6).

Nos anos 50, constituiu-se uma corrente teórica que aborda a dinâmica da sociedade brasileira vista como um processo de modernização,

3. Sobre Miguel Lemos e Teixeira Mendes, consulte-se J. Cruz Costa *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, J. Olympio, 1956. E veja-se particularmente, de Teixeira Mendes, "A incorporação do proletariado à sociedade moderna".

4. Veja-se a obra de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, cujo empenho voltava-se para evitar que os conflitos sociais se convertessem em lutas de classe. Analistas sociais, os três últimos foram também políticos do Estado Novo, procurando, segundo as palavras de O. Vianna, suprir o que a evolução histórica "ainda não pôde dar: estrutura, organização, consciência coletiva" (cit. in K. Erickson, *Sindicalismo no processo político do Brasil*, Brasiliense, 1979, p. 36).

5. Os nomes mais expressivos dessa corrente são H. Jaguaribe, A. Vieira Pinto, R. Corbisier, I. Rangel.

6. Na obra marxista mais consistente até então — a de Caio Prado Jr. — é significativo que a classe operária não apareça, a não ser em negativo, como produto de um sistema em crise. O mesmo acontece em Nelson Werneck Sodré. As referências concretas à classe aparecem nos depoimentos e relatos de Astrojildo Pereira, Everardo Dias, Hermínio Linhares, Jover Telles, Hércules Correa.

como passagem do mundo rural tradicional para o urbano-industrial (7). Tratava-se da formulação acadêmica de um momento vivido como transição. A sociologia dava forma à percepção de um Brasil que havia ficado para trás após o reinado getulista, onde a industrialização e a urbanização aceleradas já eram visíveis e a mudança social aparecia como inevitável. A preocupação com as pesquisas empíricas fez com que esta produção sociológica nos deixasse muitas análises de aspectos culturais e das condições sociais de diferentes extratos das classes dominadas: negros, migrantes rurais, operários de bairros industriais, comunidades de cidades do interior. A evidência de um Brasil moderno conduzia este esforço de pensar as condições de implantação desta modernidade e o conjunto de processos que adaptariam as populações a elas.

A preocupação com a modernidade cedo se transformou, para parte dos pensadores, em uma preocupação com as forças sociais emergentes na rápida industrialização brasileira, isto é, com os grupos e classes que pudessem transformar as bases sociais e políticas do país. A presença operária propunha-se como uma destas forças, sendo, a um só tempo, decisiva e subalterna. Em 1950, é com o voto operário que Getúlio Vargas volta à chefia do governo. Em 1953, são as greves operárias de São Paulo que questionam a liderança getulista e fazem ascender direções comunistas ainda no interior dos sindicatos estatizados. Em 1954, após o suicídio de Vargas, assediado pelos conservadores udenistas, são multidões de trabalhadores nas ruas que bloqueiam o triunfo de seus oponentes. Em 1955, o Governo Kubitschek estabelece uma política intensa de industrialização, estimulando o ingresso de capitais estrangeiros, tendo por base de apoio um amplo leque de forças que tinha em uma das pontas os sindicatos operários.

A reflexão sobre a classe operária que daí emergiu teve marcas bem definidas. Primeiro, seus textos mais importantes saíram do meio acadêmico, isto é, procuravam base empírica e sistemática de explicação. Segundo, supôs a montagem de uma questão referida, comparativamente, à experiência dos países de industrialização clássica, frente aos quais perguntava-se sobre a particularidade brasileira deste processo e, em especial, sobre o lugar que o proletariado ocuparia nesta transformação. Isto significava, imediatamente, defrontar-se com o marxismo. Impossível pensar o lugar da classe operária sem referir-se às suas proposições. É significativo que

7. Veja-se principalmente a obra de Florestan Fernandes até os anos 60 e particularmente o seu *Mudanças Sociais no Brasil;* L. A. Costa Pinto, *Sociologia e Desenvolvimento Econômico;* J. Lambert, *Os Dois Brasis;* B. Hutchinson, *Trabalho e Mobilidade.*

quase todos os autores que elaboraram a representação acadêmica sobre os trabalhadores brasileiros, na tradição sociológica então existente, fizeram-na sob o impacto do significado que lhe atribuía o marxismo: ou incorporando de algum modo suas formulações ou contrapondo-se a elas. A questão marxista, de qualquer forma, entrou depurada na academia; se de um lado incorpora-se um quadro teórico de compreensão dos trabalhadores através da noção de classe social definida como campo de conflitos gerados na dinâmica da sociedade capitalista, de outro lado os padrões de objetividade científica procuravam isolar os elementos tidos como ideológicos, presentes na formulação marxista. Nessa operação, houve lugar para a absorção dos instrumentos de análise da sociologia industrial americana e também para uma certa recuperação da tipologia "sociedades tradicionais-sociedades modernas", na medida em que toda a questão implicava a produção de uma idéia, ordenada e fundamentada, do país que emergiria do processo de industrialização. É do debate montado entre os autores do final da década de 50 que se constituirá um modelo de análise, dominante até o fim dos anos 70. Nesse período, emergiu uma imagem da classe operária brasileira que se solidificou como explicação de sua natureza, de suas determinações e de seus limites.

O estudo pioneiro deste modelo foi, cronologicamente, o de Juarez Rubens Brandão Lopes, "Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação", publicado em 1960 e "Relações Industriais em duas comunidades brasileiras", publicado em 1961 (8). Juarez procurou os trabalhadores na *fábrica,* isto é, nos aspectos particulares do trabalho industrial desenvolvido na organização do espaço fabril, procurando conhecer o modo de ajustamento destes trabalhadores em relações de trabalho organizadas racional e empresarialmente. E o que ele encontrou não foi exatamente um operariado fabril, mas sim migrantes rurais urbanizados, com vinculação precária e instável à fábrica. Os trabalhadores de Juarez eram uma gente que mudava freqüentemente de ocupação, não valorizando o trabalho fabril mais do que qualquer outro serviço na cidade; pelo contrário até, quando podiam, pensavam em escapar da fábrica, sonhando em trabalhar com independência. Suas perspectivas profissionais de ascensão na hierarquia fabril eram poucas, dado o baixo nível de qualificação que possuíam; e eram sentidos em função do salário e do prestígio que pudessem significar, através da organização hierárquica

8. O primeiro artigo citado faz parte do livro *Trabalho e Mobilidade,* organizado por Bertram Hutchinson, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Rio, 1960. O segundo foi publicado em *Sociologie du Travail,* 1961, n.º 4, pp. 330-344. Ambos foram republicados, também, em 1964, no livro *Sociedade Industrial no Brasil,* DIFEL, São Paulo, 1964.

em cada fábrica. No interior do processo de trabalho, os operários não desenvolviam organização e comunicação informal grupal, não havendo entre eles lideranças claramente estabelecidas. Assim como a fábrica e o processo de trabalho fabril não geravam nenhuma prática coletiva de solidariedade grupal, também o sindicato era um dado externo às suas vidas e à sua própria condição operária: era algo sentido como feito pelo Estado para eles e não algo feito por eles. Sua eventual adesão a uma greve era alheia ao espírito de uma reivindicação coletiva e decorria da ação de piquetes do pessoal do sindicato. A perspectiva individualista do operário que Juarez encontrou, instrumentalizando o emprego fabril, a legislação trabalhista e o próprio sindicato, impedia o desenvolvimento de uma ação coletiva de classe e de crenças e tradições operárias. Nem mesmo o pequeno contingente que chegou a posições mais qualificadas das fábricas pesquisadas apresentava traços de ação coletiva, informal ou sindical, embora este grupo estivesse mais identificado com a condição de operário profissional.

As pesquisas de Juarez Brandão Lopes, talvez a despeito do seu autor, foram responsáveis por ter introduzido a classe operária em negativo; ao mostrá-la pela ausência de estabilidade profissional, de padrões de ação coletiva, de falta de tradição e crenças nascidas no e para o trabalho industrial. Mais do que tudo, no entanto, Juarez é o responsável pelo predomínio do fator referente à *origem* dos trabalhadores brasileiros sobre os referidos às experiências de exploração real. Porque o que este autor encontrou nas fábricas, afinal o lugar escolhido para se encontrar com a classe operária, não é o que acontece nela: nada tem a ver com o processo de trabalho, a gerência da empresa, a política interna e a hierarquia dos postos e seções fabris. O que acontece na fábrica é ainda o campo, com sua tradicionalidade, seu paternalismo, seu fatalismo, seus padrões de solidariedade afetiva. Como um fantasma, a mentalidade rural sobrevive em cada linha de produção, em cada relação mestre-operário, em cada desmando da política empresarial, em cada manipulação das horas-extras e turnos noturnos, a cada vez que este migrante tornado operário pensa na sua liberdade como autonomia da relação de mando. Esta estranha superposição de valores, dada pela predominância do mundo de onde veio o operário sobre a experiência real do processo de trabalho industrial levou Juarez a interrogar o caráter desta sociedade que não produz a racionalidade suposta em processos de industrialização: e é aí que o problema da classe operária se torna inteiramente subordinado ao problema da sociedade. Em vez de classe, temos apenas uma assimilação precária de contingentes rurais à ordem fabril, e isto se deve a esta justaposição de camadas do passado e do presente num momento de transição da sociedade brasileira. Como ficaria comum em todos os outros autores do paradigma, o segredo da classe operária brasileira é para ser achado inteiramente fora dela, na dinâmica objetiva da sociedade global.

É curioso que os próximos trabalhos tenham retido a imagem de classe pintada por Juarez Brandão Lopes, mas não sua ênfase empírica e localizada no tempo e no espaço. Fernando Henrique Cardoso publicou, em 1961, importante ensaio sobre "Situação e composição social do proletariado brasileiro" (9) onde buscou interpretar a classe operária bem longe da fábrica, tentando dar outra envergadura teórica aos resultados das pesquisas empíricas. Busca compreender a classe operária numa teoria da história, situando-a na abstrata noção de consciência de classe, num salto que marcaria mais profundamente do que qualquer outro texto a imagem de classe em negativo. Armado de uma noção plena, acabada e modelar de classe, Fernando Henrique se propõe a explicar por que as camadas operárias brasileiras não chegavam a "decantar" formas de comportamento e consciência que pudessem definir de maneira estável a condição de proletário. Seguindo seus passos, começamos na Primeira República, onde faltou uma industrialização poderosa e homogeneizadora das relações sociais, para dotar os operários de então de uma forma de atuação "adequada à sua situação de classe" (p. 58). Nos anos 30/40, faltou liberdade sindical para propor a questão política que a continuidade do ciclo industrial propunha virtualmente. Nos anos 50, faltam valores industriais para trabalhadores que não têm tradição de classe para fundar comportamentos autenticamente proletários. Mas, nos dizia o autor, esta classe chegará lá. Não por suas práticas, mas no dia em que a sociedade brasileira se transformar numa verdadeira sociedade capitalista de base urbano-industrial, "adestrando" a ação proletária para as implicações globais de sua situação de classe. Assim, em Fernando Henrique de 1961, a figura da classe operária é vazia: sua substância é apenas virtual. Vazia no sentido de que a heterogeneidade de sua inserção na ordem industrial, o controle estatal das organizações sindicais e sua composição recente coloca os trabalhadores industriais em contraposição a uma classe cônscia de seus interesses, esta sim uma figura (teórica) plena. A única chance dada pelo autor aos trabalhadores brasileiros é a sua virtualidade de chegarem a ser a personificação da noção constituída idealmente, através da evolução da sociedade.

9. *Sociologie du Travail*, 1961, n.º 4, pp. 50-65.

Na mesma época, Alain Touraine escreveu "Indústria e Consciências Operária em São Paulo", (10) onde revê e polemiza a imagem dos limites dados à classe operária brasileira pela sua condição de migrantes rurais. Para ele, a migração assume um significado próprio em um país tão desnivelado regionalmente. Independentemente das orientações valorativas dos migrantes, como trabalhadores industriais eles já pertencem à sociedade urbana e industrial e isto é uma condição privilegiada se comparada com a sua situação anterior. Por isso, a tradição rural não é importante para definir o operariado brasileiro, pois já há, na própria migração, uma profunda identificação com as chances de mobilidade que o "Brasil novo" oferece. Neste sentido, se não há, no Brasil, a identificação dos trabalhadores como pertencentes a uma classe social, isto não faz falta na medida em que a consciência de mobilidade existe: ela cria a noção do presente como transição, não produzindo segmentação ou desagregação valorativa. Para Touraine, pertencer ao Brasil urbano e industrial dá origem a um "não-conformismo utópico" e a uma identificação com o processo de industrialização por parte daqueles que sabem que ganharão uma vida melhor com seu desenvolvimento. Touraine também sustenta a importância de um movimento coletivo de classe que "participa direta e involuntariamente no poder" pelas próprias mãos do Estado, bem como a importância do reformismo e do nacionalismo para se compreender esta forma de presença operária na política. Assim, Touraine também critica os intelectuais que percebem esta classe pelo filtro de uma história modelar calcada nos países europeus, bem como aqueles que lidam com uma noção abstrata de classe social. A conclusão geral é de que "a classe operária brasileira em formação é determinada mais por sua posição numa sociedade nacional em crise e crescimento do que por sua situação de classe propriamente dita" (p. 7).

Assim, mesmo tendo uma inegável originalidade na tentativa de qualificar uma ação política de classe e de pensar a presença dos trabalhadores como algo real e próprio à industrialização, Touraine não escapa da imagem de uma classe subordinada inteiramente a movimentos que não lhe são próprios: mais uma vez, ela é reflexo do que acontece na sociedade, e, tal como esta, suas fraquezas e potencialidades estão em formação, em crise e em crescimento.

O número especial da Revista *Sociologie du Travail*, de 1961, que reuniu a republicação dos artigos de Juarez, de Fernando Henrique e a publicação do ensaio de Touraine, entre outros, (11) lançava sobretudo

10. *Sociologie du Travail*, 1961, n.º 4, pp. 77-95.
11. Há também, neste número, importante artigo de Azis Simão.

no debate entre os três as idéias substantivas que comporiam o paradigma sobre a classe operária brasileira, aparecendo nele como uma classe com face e dinâmica inteiramente subordinada à determinação estrutural das condições de industrialização, produzindo uma falta de consciência adequada de classe que pudesse se imprimir na transformação social e política do país. Mas a forma mais acabada do modelo foi produzida pela obra de Leôncio Martins Rodrigues, sobretudo em seu *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, de 1966, e também em *Industrialização e Atitudes Operárias* (1970), e *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização* (1974), além de numerosos artigos (12).

Qual é este modelo mais acabado? Em Leôncio, mostra-se o seguinte: os trabalhadores industriais brasileiros, como classe substantiva, sofrem uma enorme influência de seu ambiente de origem, o campo, conservando variavelmente, mas persistentemente, modos de sentir, pensar e agir de tipo tradicional: esta classe interpreta a sua experiência fabril a partir da comparação com os modos de vida e trabalho nas regiões não-industriais. Sua experiência de trabalho é feita sob a forma de uma alta instabilidade profissional, dado seu baixo nível educacional e salarial. Contrastando com esta instabilidade e precariedade de inserção no mercado de trabalho, existe uma forte aspiração de melhoria de vida: o elemento simbólico principal seria o acesso a melhores níveis de renda e de consumo, qualquer que fosse o modo de consegui-los, ou seja, o trabalho a ser feito. Nesse caso, nem o trabalho industrial nem a condição operária são positivamente valorizados. O que os trabalhadores valorizam é um bom emprego, numa boa empresa. Segue-se que a perspectiva de classe desaparece para dar lugar a uma perspectiva individualista: o baixo nível de solidariedade profissional corresponde a uma instrumentalização individual do sindicato, da empresa e da própria sociedade industrial. Os trabalhadores brasileiros são alheios a tudo o que teria a ver com uma condição operária propriamente dita: não se interessam pelas questões relativas às decisões no âmbito da empresa nem da sociedade; não se interessam pela sua própria situação profissional como algo coletivo. Em poucas palavras, um nível de vida baixo, uma rejeição das determinantes sociais e políticas do trabalho industrial e uma ausência de qualquer projeto coletivo, eis os traços da classe operária brasileira no mundo da produção.

12. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil* foi publicado em 1966, Difel, São Paulo; *Industrialização e Atitudes Operárias* em 1970, elaborando dados de uma pesquisa realizada em 1963. Brasiliense, São Paulo. *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização* são ensaios publicados em 1974, Brasiliense, São Paulo.

Em tais condições, sua adesão ao sindicato só se faz por necessidade individual e em todos os casos é uma adesão fraca, tornando os sindicatos algo muito pouco representativo como expressão de suas bases. No máximo, os trabalhadores agem coletivamente por ocasião das greves que demandam reajustes e aumentos salariais, isto é, greves de natureza estritamente econômica. Mesmo assim, não há greves isoladas em fábricas; as características de cada fábrica são muito secundárias. Se de um lado vale a localização das fábricas e seu tamanho na eclosão das greves, muito mais vale a decisão (de cima) do sindicato da categoria.

Isto explica, para Leôncio, por que a organização sindical brasileira manteve sua estrutura organizativa desde o Estado Novo. Por mais que os sindicatos reivindiquem a limitação da interferência do Estado na vida sindical, não há, para Leôncio, um esforço sério em conseguir um raio maior de autonomia. Parece-lhe não depender desta autonomia a ampliação do poder sindical na esfera política: quando houve esta ampliação, ela se deu sob a égide do populismo. Finalmente, a incapacidade e a dependência política das lideranças impede a alteração do quadro sindical.

A dependência real e concreta dos sindicatos aos poderes públicos acaba dando, neste quadro, um papel de real protagonista da história ao Estado. O caráter subordinado da classe, politicamente, está no caráter subordinado ao movimento coletivo operário expresso no sindicato, ancorado simultaneamente na fraqueza de uma classe heterogênea formada por uma industrialização desigual, na fraqueza das alianças sindicais com as frações dominantes, na impossibilidade de uma base real para enfrentá-las, na debilidade da posição sindical frente ao Estado e, finalmente, na fraqueza da própria sociedade civil. Uma pela outra, encontramos, no pensamento de Leôncio, todas estas fraquezas articuladas em um círculo cuja determinação começa e termina no sistema industrial brasileiro. Assim, a classe operária brasileira é um agente subordinado, no sentido de ter um fraco peso social e político de classe, não só pela via das injunções políticas de um sindicato tutelado pelo Estado mas sobretudo pelas limitações do próprio processo de industrialização — algo que parece ser considerado pelo autor como a inevitável e objetiva determinação estrutural que marca os *limites* da presença de classe.

José Albertino Rodrigues, no seu também já clássico *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil* (1967), (13) aprofundou o paradigma pelo lado de uma reflexão empírica e histórica sobre o sindicato brasileiro. Esta história é contada através de uma famosa tipologia dos períodos sindicais

13. Difel, São Paulo, 1967.

brasileiros, calcada na forma de proposta e atuação dos sindicatos, que permite a José Albertino mostrar o quanto os trabalhadores sindicalizados montaram movimentos reivindicativos, mas foram engolidos e burocratizados pela ação do Estado através da ordenação jurídica da CLT. Com um duplo efeito, os direitos instituídos pelo Estado (e anteriormente reivindicados pelo movimento) despertam a consciência operária mas ao mesmo tempo a subordina aos valores individualizantes: voltam aqui, de novo, os pontos ressaltados por Juarez, a tradição sócio-cultural patriarcal e rural da massa operária. Entre a formação básica nos valores tradicionais que persistem no interior da adesão aos sindicatos e a burocratização das estruturas organizativas destes últimos pelo Estado, a classe operária fica dependente econômica, cultural e ideologicamente do Estado e da sociedade.

Assim, à primeira vista, o prestígio da classe operária brasileira não parece ser muito alto nos autores do paradigma. É importante, no entanto, frisar que nem tudo começa e termina na imagem substantiva, que os autores construíram, de uma classe submissa e secundária no desenrolar da história brasileira. Embora haja diferenças substanciais entre eles, há algo que os unifica do prisma da *constituição de um objeto*: a classe operária não é mais circunstancial à história brasileira do século XX, nem sua dinâmica aparece como derivada das elites desta sociedade (como aparecia no pensamento autoritário — de todas os matizes — anterior). Não apenas ela já conta para o movimento social e político do país (o que deve ser também imputado à realidade histórica dos anos 50-60) como sobretudo ela já tem uma face própria como classe — ainda que subordinada à dinâmica objetiva da industrialização desigual e ao bloqueio político imposto pelo Estado através da estrutura sindical. Isto é importante de se notar porque a imagem de classe em negativo não significa um desconhecimento de sua existência política ou de sua importância. Nenhum dos autores citados, como muitos outros que pesquisaram dentro das hipóteses principais do paradigma, são (ou eram) pessoas insensíveis à presença operária, embora seu compromisso real passasse mais por um anseio de transformação democrática da sociedade brasileira prometido pelo ritmo de uma rápida industrialização.

Assim, a classe operária apresenta-se, no pensamento acadêmico, sob os traços já mencionados: são trabalhadores heterogêneos que passam por um processo de mudança de vida abrupto, tomam consciência de si como indivíduos em mobilidade e tiveram a má sorte de se formarem como classe no interior de uma estrutura sindical tutelada pelo Estado. A questão que resta de tudo isso é como esta classe poderia se *coletivizar* nos

termos em que ela foi entendida por estes autores. É uma classe sensível às vantagens individuais que lhes oferecem as agregações sindicais; há nela uma espécie de negação espontânea das formas de organização e dos métodos de luta próprios ao movimento operário; há também uma certa legitimação do Estado por parte destes trabalhadores, como fonte doadora de direitos. Se isto é exaustivamente constatado pelos autores do modelo, por onde, afinal, estes trabalhadores existiriam como classe?

Nos autores do paradigma, vistos com os olhos do presente, parece haver uma espécie de impotência em conceber a natureza da prática operária, por mais que a história política concreta (a ingerência autoritária do Estado sobre a vida sindical e política) seja cuidadosamente analisada em seus trabalhos. A partir do momento em que os padrões de sociabilidade operária apareciam como tradicionalismo, individualismo, afetividade, submissão patronal, recusa do trabalho industrial, consumismo; a partir do momento em que o espaço por excelência desta coletivização — o sindicato — se apresenta burocratizado, clientelista e tutelado; e, ainda, que os direitos que este sindicato representa interpelam os trabalhadores de modo eficaz, o pensamento dos intelectuais acadêmicos como que se encontra desarmado. Estão diante de um proletariado que não se identifica com o sistema fabril nem forma suas identidades no interior dos antagonismos de classe. Restava localizar as carências desta classe operária para imputar-lhes seus limites, ou então suas virtualidades. E remetê-las à denúncia das condições determinadas por uma estrutura social tardiamente constituída como capitalista.

Assim, se faltava muita coisa para a classe operária poder aparecer como sujeito de suas práticas, também faltava aos intelectuais do período uma concepção de prática operária no acontecimento real de sua proletarização. Prova isso a desconsideração com os sinais reais do antagonismo de classe, muitas vezes descritos nas pesquisas, na forma de depoimentos e percepções dos trabalhadores investigados sobre sua prática fabril e sindical (e mesmo sobre suas concepções políticas), interpretadas pelos autores como sinais de um *passado* a ser superado e não como algo que se engendrava a partir da experiência concreta de proletarização.

Desse ponto de vista, cabe um lugar à parte, no paradigma que trabalha com a noção de classe como sujeito subordinado, ao trabalho de Azis Simão, *Sindicato e Estado* (1966) (14). Porque Azis Simão tem, por um lado, uma clara noção de uma classe que se constitui na luta política, a partir de suas condições materiais de exploração fabril. A figura da classe, expressa nas vicissitudes de uma luta perdida para o Estado pós-30

14. Dominus, São Paulo, 1966.

e que vinha desde o começo do século, é a de trabalhadores que se fizeram numa ação coletiva diversa, que teve graus de eficácia importantes no que toca à organização e mobilização operária e na capacidade de pressão sindical. Inclusive no plano ideológico, a classe operária pré-30 se constitui com independência de princípios organizativos, referidos à realidade material das condições da época. Mas, de outro lado, Azis trabalha também com uma figura de classe operária impotente, no plano organizativo e sindical. Impotente de fazer frente a processos que a desmobilizam como prática real no pós-30, que a tornam subordinada ao Estado e com uma inserção heteronômica na sociedade. O supreendente nessa segunda imagem de classe que Azis constrói é que se a impotência sindical é um resultado histórico da derrota dos trabalhadores em luta, esta derrota não é *política* (como seria de supor no interior da imagem de um movimento dinâmico que Azis havia pintado). É uma derrota que vem do processo de concentração e crescimento industrial, impondo a institucionalização das relações de trabalho como padrão inelutável e irreversível, vindo das transformações sociais da sociedade. Era necessário, nos diz Azis explicando o pós-30, racionalizar e ordenar as formas de conflito trabalhista — e isto propõe como inevitável a burocratização, a heteronomia, a unidade e a centralização sindical. Por isto não foi o Estado que criou tais padrões, mas acelerou algo que já estava dado pela complexificação das relações industriais. A viabilidade política da classe operária, presente nas suas práticas antes de 1930, vai-se com uma "inevitabilidade" das transformações provocadas pela industrialização. Nesse sentido, Azis Simão acaba com uma imagem de classe inevitavelmente subordinada a uma lógica externa às suas práticas.

Os sinais da ruptura

Os anos que seguem o golpe militar de 1964 são vividos sob o signo de uma ruptura que tem vários registros.

Em primeiro lugar, o fim do otimismo desenvolvimentista dos anos anteriores, a falência do projeto nacional-democrático e o fim da crença anterior nas possibilidades de uma transformação democrática da sociedade através do Estado. A sociedade brasileira parecia revelar a face perversa da modernização capitalista dos anos anteriores. Desemprego, pobreza e marginalização que atingiam amplas camadas das populações urbanas apareciam não mais como resíduos de um passado em vias de superação. Mas como realidade constitutivas — estruturais — de um capi-

talismo dependente incapaz de realizar plenamente as virtualidades de uma sociedade moderna e democrática. Surge o tema da marginalidade — no interior da teoria da dependência — estimulando estudos vários sobre as populações urbanas: estudos sobre populações faveladas, sobre formas de trabalho e de integração no mercado de trabalho, seus modos de vida, mecanismos culturais de integração (ou não integração) à sociedade etc. No início dos anos 70, esses estudos são submetidos a uma crítica profunda. Certamente sob o impacto de um desenvolvimento capitalista acelerado e modernizante que a teoria da dependência era incapaz de prever e explicar, tem-se nesses anos um profundo processo de revisão das teorias econômicas que até então vinham informando as análises sobre a sociedade brasileira. Critica-se o pressuposto dualista das teorias da modernização (moderno-arcaico, rural-urbano) e que tinha sido mantido pela teoria da dependência (centro-periferia, pólo marginal-pólo integrado). Chama-se atenção para os mecanismos internos de dominação e de acumulação capitalista. O trabalho de Francisco de Oliveira, publicado em 1972 — "A Economia Brasileira: crítica à razão dualista" — foi um marco importante nesse debate. Sobretudo a partir desse trabalho, o tema da marginalidade perde seu anterior prestígio acadêmico. O enfoque passa a ser o das formas de exploração da força de trabalho e o da lógica do capital presidindo a contínua reprodução de formas arcaicas de produção. Por aí, o tema da heterogeneidade da composição interna dos trabalhadores urbanos ganha um novo estatuto teórico. Não mais resíduos de um passado rural e de uma sociedade não plenamente desenvolvida, moderna e integrada. Não mais resultado perverso de um capitalismo incapaz de se realizar plenamente por conta de sua dependência estrutural aos países de capitalismo central. Mas expressão e resultado da forma mesmo como se deu no Brasil a realização do modo capitalista de produção. As chamadas populações marginais passam então a receber um novo tratamento teórico, como compondo e constituindo o proletariado brasileiro, na sua singularidade. Mas o que estava em jogo, sobretudo, nesse debate, era o questionamento das premissas anteriores que haviam fundado a crença nas possibilidades de um capitalismo nacional e independente e nas virtualidades protagônicas de uma burguesia nacional. Descobre-se então a matriz estrutural de um capitalismo que só podia se desenvolver através de uma intensa exploração da força de trabalho; descobre-se ainda que a estrutura sindical e a legislação trabalhista tinham por função, além do controle e disciplinamento operário, o rebaixamento do preço da força de trabalho, sendo portanto funcionais à acumulação capitalista; e que o pacto populista vigente entre 1945-64 era apenas a forma política encontrada

para viabilizar um capitalismo excludente e segregador em condições nas quais nenhum dos setores da classe dominante tinha condições de impor diretamente seu domínio de classe.

Em segundo lugar, os anos pós-64 foram vividos sob o signo de uma derrota política, que impunha a exigência de elucidar suas razões. O passado então é submetido a um esforço de revisão sistemático. Os estudos sobre o populismo que surgem ao final dos anos 60 cumprem, nesse sentido, uma função crítica, através dos quais se tinha a denúncia da fragilidade das nossas instituições, os limites da democracia dos anos anteriores, a natureza do pacto populista como forma de controle, cooptação e subordinação das classes populares urbanas. Entre a esquerda militante, as orientações políticas dominantes no período anterior são postas sob uma crítica cerrada e a questão do reformismo, ou melhor, o tema da reforma vs. revolução polariza um debate e disputa política que não deixam imunes o mundo acadêmico.

Em terceiro lugar, vivia-se sob o impacto de um Estado autoritário e repressor, porém modernizante. Um Estado que impunha um profundo reordenamento da sociedade, de tal forma que os espaços institucionais tradicionais fecham-se e desfiguram-se como lugares significativos do exercício da política e de aparecimento de atores e projetos políticos no cenário público do país. Surgem os estudos sobre o autoritarismo. A questão da democracia e das possibilidades de um revigoramento da "sociedade civil" como alternativa política se enunciam como temas novos da reflexão política e intelectual no período (meados dos anos 70).

Finalmente, o silêncio político imposto e o apagamento dos sinais de presença das classes trabalhadoras na sociedade trazia em seu bojo o tema da "eterna exclusão" a que foi submetida a classe operária. Como diz Werneck Vianna, "ignorada e subestimada na sociedade, a discussão sobre sua importância e significado encontrou abrigo na Universidade, onde se formou (mais propriamente: ampliou-se — NA) um conjunto de pesquisadores dedicados ao seu estudo, cuja proliferação insolitamente coincidiu com uma fase crepuscular do objeto investigado" (15). Os estudos sobre anarquismo, sobre os sindicatos getulistas, sobre as greves e o movimento operário no período populista pareciam indicar um esforço de elucidação das razões de sua reiterada exclusão e derrota na história brasileira, por onde se enunciava, ao mesmo tempo, uma reinterpretação do passado que enfatizava a matriz corporativista, elitista e autoritária da história política brasileira.

15. "Questões Atuais sobre o Sindicalismo". Escrita-Ensaio, n.º 4, 1978.

A publicação em 1972 de dois trabalhos de Francisco Weffort — "Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968" e "Sindicatos e Política" (16) produziram um impacto considerável no período. Em primeiro lugar porque foram esses trabalhos que inauguraram uma funda revisão crítica da natureza e limites do sindicalismo populista e das orientações políticas vigentes naquele período. Em segundo lugar, porque preocupado em captar os sinais de uma novidade histórica nas greves de Osasco e Contagem em 1968, Weffort propunha no campo mesmo das práticas operárias a possibilidade de uma superação do sindicalismo oficial como lugar da subordinação operária. Em terceiro lugar e — sobretudo — porque foi através desses trabalhos que pela primeira vez é posto em questão a imagem de atraso que havia sido legada pela tradição de estudos sobre classe operária que analisamos nesse artigo.

Como os autores que o precederam, Weffort procura a classe nos sindicatos. Porém, ao contrário deles, o sindicato não é tratado como instituição formada, com funções próprias ou modelares e limites precisos dados pelo caráter da sociedade. O sindicato é visto como lugar político onde estão presentes orientações ideológicas atuantes e conflitantes, através das quais a classe se faz na sua visibilidade. Weffort constrói uma imagem de classe que se faz na luta política de suas organizações sindicais, mesmo que sua imagem de classe seja a de um movimento subordinado pelas estruturas impositivas do Estado. É uma classe que existe na constituição — mesmo que precária — dos trabalhadores para a greve de 1968, nas energias desencadeadas por uma conjuntura específica, na comissão de fábrica como possibilidade de auto-organização operária. Dando consistência política às formas alternativas de expressão operária (na conjuntura de 1968), Weffort construiu uma figura atuante, mesmo que captada pelas malhas institucionais. Sua classe operária é uma que sai às ruas, que faz greves apesar dos sindicatos e dos partidos, mostra energias e um ímpeto reivindicativo indisfarçável. É sobretudo uma classe que não tem atributos negativos que limitem, por definição ou inserção estrutural, a mobilização espontânea coletiva em vários momentos da história. Weffort constrói uma classe em movimento, que ganha forma, substância e visibilidade na luta política e que não está aprisionada pelo peso das estruturas das quais seria — como nos autores anteriores — portadora de suas virtualidades e limites. Nessa imagem de classe, o que está colocado — pelo menos implicitamente — é uma desmontagem da idéia de fábrica, de sindicato e de partido como lugares instituídos enquanto meras objetivações das determinações estruturais da sociedade, predeterminando e fixando as possibilidades da classe operária.

16. O primeiro foi publicado em *Cadernos Cebrap*, 1971. O segundo é sua tese de livre-docência defendida em 1975 na USP.

É através sobretudo de Weffort que o diálogo entre os autores que o precederam pode ser montado como um diálogo que incide sobre as qualificações atribuídas aos trabalhadores enquanto classe e através das quais se construiu uma imagem de atipicidade e fraqueza. Pois para Weffort, a heterogeneidade da composição interna da classe, os comportamentos e valores pouco profissionais e a inserção individualista e consumista dos trabalhadores pouco teriam a ver com a estrutura e funções limitadas dos sindicatos e sobretudo com as possibilidades políticas do movimento operário e sindical. Por mais interessante que tudo isso seja, nada nos dizem sobre o crucial da classe operária: o seu comportamento político no interior de projetos e orientações atuantes em determinados momentos.

Mas é nas razões explicativas da imagem de uma classe atuante que Weffort rompe de vez com a idéia de fraqueza e atraso da classe. Sua demolição da figura ausente, dependente ou inconsciente de classe, repousa na demolição da idéia de "determinações estruturais" que dariam feição substantiva aos trabalhadores como classe política. Toda sua argumentação está na recusa do "automatismo estrutural" que passa, sem mediações, da estrutura para a ação concreta da classe. O que Weffort denuncia é o procedimento teórico que subordina a ação da classe a uma mera figuração das possibilidades já contidas na estrutura e que aparecem como atributos negativos da classe. Weffort critica uma interpretação que, por um processo dedutivo e naturalizante, constrói uma imagem de classe a partir de evidências que se formam nas estruturas e que são vistas como traços impositivos e exigidos pelo caráter da sociedade. Nesse procedimento, diz Weffort, tudo aquilo que precisaria ser elucidado é tomado como evidências adquiridas a partir das quais se vê então a ação política da classe. Weffort quer ver esta ação mais como prática de elaboração coletiva, e a noção de conjuntura — que chama como fundamento da imagem de classe atuante que retrata — tem como núcleo as propostas políticas e ideológicas atuantes em um dado momento histórico. Assim, a classe operária não é vista como portadora passiva da estrutura da sociedade, pois é capaz de propor uma ação política que condiciona a conjuntura como trama política de atores sociais e que — através de escolhas, orientações e formulações — atualiza as possibilidades abertas pela estrutura e, nesse sentido, condiciona a formação dessa mesma estrutura.

É através sobretudo de Weffort que podemos questionar aquilo que foi visto tradicionalmente. E que nos coloca — por sua vez — a questão de saber até que ponto essa imagem poderia ter sido diferente e até

que ponto foi imposição de tempos e mundos sobre os quais os textos se abriram e construíram, cada qual, a imagem de classe que se tornaria dominante. Como os autores que o precederam, Weffort se pergunta sobre o lugar e o significado da classe operária na sociedade brasileira. E isso o faz tributário — e nesse sentido compartilha — do campo de indagações que levaram os outros autores a um empreendimento de decifra mento da sociedade. Porém, Weffort o faz ancorado em outro tempo e lugar, onde os acontecimentos do pós-64 e as perguntas postas por eles revelam outros significados acerca da sociedade. Afinal, em seu texto, são os acontecimentos de 64 que dão o significado e desvendam os limites e contradições do sindicalismo populista. E atento às práticas e orientações dos atores sociais, se pergunta o tempo todo sobre as condições que teriam tornado possível uma presença não subordinada da classe operária. Esta indagação, em torno da qual procura ver a história como movimento político de possibilidades abertas pela ação das classes e não como simples realização de algo já predefinido pelas estruturas da sociedade, nos diz algo de um tempo histórico onde a subordinação da classe operária passara a ter um outro significado; um tempo histórico onde os lugares cedidos pelo Estado para sua presença — em particular, os sindicatos — revelavam-se como lugares que produziam a subordinação e que davam nova visibilidade aos mecanismos políticos e institucionais da dominação. A experiência de uma época que conferia visibilidade à dominação como fato político dominante, em que os atores sociais iam assumindo novas figurações, assim como o próprio Estado, recolocava o significado da presença da classe operária. Não mais o seu lugar numa sociedade desigual e em mudança. Mas a procura de práticas capazes de elaborar as condições de sua própria autonomia, entendida esta como questão política que punha em causa as próprias estruturas do Estado.

Por tudo isso, o trabalho de Weffort constitui, senão uma ruptura, pelo menos um ponto de inflexão na tradição de estudos sobre classe operária no Brasil. Certamente inaugurou um campo novo de reflexões, pelos estudos de conjuntura que tiveram continuidade em outros trabalhos produzidos nos anos 70 e pela ênfase política, que a partir daí será dominante, no tratamento da clássica questão da subordinação-autonomia da classe operária.

Dissemos no início desse artigo que as questões propostas pelos autores analisados nos permitem qualificar nossas próprias questões. Primeiro, pelas diferenças na maneira de conceber e escrever a dinâmica das classes e pela imagem de classe que é construída. Segundo, pelo lugar que a questão do significado da presença e das práticas dos trabalhadores

ocupa no interior do debate proposto por eles. Nos primeiros trabalhos analisados, a questão dos trabalhadores como sujeitos de práticas dotadas de significado político e histórico não encontrava lugar porque o discurso voltava-se para elucidar uma outra questão — a do caráter da sociedade brasileira — que já definia de antemão os espaços nos quais se esperava encontrar a classe operária, não enquanto práticas, mas enquanto presença instituída. Weffort, por sua vez, ao qualificar politicamente a ação da classe operária enquanto possibilidade de negar o lugar subordinado que o Estado lhe impõe, movimenta-se num campo onde já se faz possível pensar a classe operária enquanto sujeito. Nesse sentido, as questões postas por Weffort estabelecem pontos de contato com os trabalhos produzidos depois de 78.

Porém, se Weffort pensa o lugar da classe operária como lugar político produzido na história, esse lugar ainda está estritamente delimitado pelas relações instituídas pelo Estado, exigindo, portanto, que a classe, enquanto sujeito, assuma uma figuração precisa. Ela se dá através do sindicato ou do partido. E mesmo quando (caso de "Contagem e Osasco") esse sujeito se constitui num outro espaço — a fábrica —, o significado desse lugar é expressão da impossibilidade política do sindicato. É precisamente nesse ponto que a produção acadêmica pós-78 representa uma ruptura. Nesta, os trabalhadores urbanos não são mais exclusivamente o operariado organizado, embora continuem a ser, de todos os modos, priorizados; são sujeitos sociais que se expressam em múltiplas dimensões, com formas de vida própria, estratégias de vida caracterizáveis, definindo-se a cada momento em seu local de moradia, de trabalho, nas suas formas de lazer, de religiosidade, de saber. São, sobretudo, sujeitos de práticas diversas que recobrem os vários campos de sua experiência, que se constituem na luta contra opressões específicas, não redutíveis a um único lugar dado pelo Estado fundador de uma dominação de classe unívoca e homogênea e que produzem, portanto, a imagem de sujeitos múltiplos, que não se subordinam a uma figuração única, para ganhar uma visibilidade que confira significado político às suas práticas.

NOTICIÁRIO

AOS LEITORES:

Publicada a partir de 1981, a *Revista Brasileira de História* tem cumprido algumas de suas funções básicas então definidas: divulgação de trabalhos de pesquisa apresentados em Simpósios da ANPUH ou desenvolvidos para outros fins, debate sobre a produção de conhecimento histórico, busca de maior contato entre diferentes entidades de pesquisa histórica, nacionais e estrangeiras, e contribuição para a formação do profissional de História em diferentes campos de atuação — pesquisa, ensino, assessoria etc.

Implantada a revista, já publicados cinco números até o primeiro semestre de 1983, a Prof.ª Dr.ª Alice P. Cannabrava, sua Diretora Fundadora, considerou cumprida sua tarefa inicial, manifestando o desejo de se manter ligada à publicação através da colaboração com artigos sobre temas que tem pesquisado.

A necessidade de atingir um maior público de estudiosos de História, levando ao seu conhecimento a produção histórica gerada em diversos centros de pesquisa, e as crescentes dificuldades financeiras para manter uma publicação de tiragem restrita a cerca de 500 exemplares por número colocaram a urgência de procurarmos novas modalidades de edição.

A Diretoria da ANPUH realizou reuniões em que, depois de discutidos tais problemas, deliberou indicar uma Diretoria responsável pelos novos rumos de edição da revista.

Destas discussões, resultou a proposta de reestruturação da revista nos seguintes termos:

01) Manutenção da periodicidade semestral e da distribuição entre os associados da ANPUH.

02) Edição mínima de 2.000 exemplares, sendo uma parcela da mesma comercializada em livrarias e empresas congêneres.

03) Nova distribuição do material publicado em cada edição:

A — *Artigos traduzidos* — Material inédito em português, produção de autores contemporâneos ou clássicos e problemas pouco discutidos entre nós.

B — *Artigos originais* — Inéditos, fruto de pesquisas e debates teóricos.

C — *Ensaio bibliográfico* — Balanços especialmente encomendados para os números monográficos sobre o estado atual do conhecimento histórico em áreas específicas ou a contribuição de autores significativos.

D — *Pesquisas em andamento* — Resumo de pesquisas que estão em realização, apresentando resultados preliminares já alcançados.

E — *Problemas de ensino* — Relatos de experiências de ensino, análise de materiais didáticos e reflexões teóricas sobre esse campo em 3.°, 2.° e 1.° graus.

F — *Noticiário* — Simpósios, Publicações, Concursos, Denúncias etc.

G — *Polêmicas* — Comentários críticos de textos publicados na *Revista Brasileira de História* ou de problemas de interesse para o conhecimento histórico divulgados noutros veículos ou suscitados por diferentes instituições.

04) Organização de números temáticos, visando a maior concentração do material disponível sobre problemas de conhecimento em comum e a melhor difusão das edições junto ao público interessado.

VII ENCONTRO DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO — HISTÓRIA E PODER.

De 3 a 7 de setembro de 1984, o Núcleo Regional de São Paulo da ANPUH promoverá seu VII Encontro, sediado no Departamento de História da FFLCH/USP (Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, São Paulo).

O tema central do VII Encontro de História de São Paulo é *História e poder*, estando definidas as seguintes atividades:

- Um debate na abertura do evento: *Universidade e poder*, coordenado por Carlos Guilherme Motta e com texto-base de Raquel Glezer.

- Três cursos: *Historiografia brasileira* (coordenado por Edgar De Decca e Sílvia Basseto), *História e poder* (coordenado por Adalberto Marson e Kazumi Munakata) e *História e linguagem* (coordenado por Márcia D'Allessio e Maria Stella Bresciani).
- Cinco mesas-redondas: *Ensino de História* (coordenada por Vavy P. Borges), *Trabalho* (coordenada por Michael Hall), *Democracia* (coordenada por Francisco M. Pires), *Urbanização e poder* (coordenada por Maria Odila Dias — a confirmar) e *História e poder* (coordenada por Arnaldo D. Contier).
- Cinco conferências (temas definidos pelos convidados).

Haverá ainda sessões de comunicações coordenadas e comunicações livres.

As inscrições para os *cursos* poderão ser feitas na sala da ANPUH (Depto. de História da USP), das 15:00 às 17:00 h, nos dias úteis, sendo cobrada a taxa de Cr$ 3.000,00 por um curso, Cr$ 5.500,00 por dois e Cr$ 7.500,00 por três.

As comunicações livres serão inscritas *até 10 de agosto*, mediante o envio de resumo datilografado de cada trabalho (de preferência, em máquina elétrica, pois o material será reproduzido pelo sistema *off-set*), num espaço de 09 x 19 cm, contendo: título do trabalho, nome do Autor, instituição a que está ligado, síntese da comunicação e, se for o caso, entidade que subvencionou a pesquisa.

NÚCLEO REGIONAL DE SÃO PAULO DA ANPUH LANÇA LIVRO SOBRE ENSINO DE HISTÓRIA.

O Núcleo Regional de São Paulo da ANPUH lançou através da Editora Marco Zero a coletânea *Repensando a História*, organizada por Marcos A. da Silva.

O volume reúne textos de dezesseis Autores, todos Professores de 1.°, 2.° e 3.° graus (Marcos A. da Silva, Heloísa F. Cruz, Kazumi Munakata, Adalberto Marson, Sidnei J. Munhoz, Carlos A. Vesentini, Katia M. Abud, Míriam L. M. Leite, Olga Brites da Silva, Circe M. F. Bittencourt, Eduardo Berardi Jr., Zilda M. G. Iokoi, Dulce C. A. Whitaker, Zita P. Rosa, Ricardo Cassanho e Isabel A. Marson), que discutem questões teóricas rela-

tivas à produção de conhecimento histórico e narram experiências de ensino nesse campo.

Na "Nota introdutória" que abre o volume, pode-se ler a seguinte síntese de seus objetivos: "Professores de História de 1.°, 2.° e 3.° graus recuperam nos textos aqui reunidos certa dimensão narrativa e analítica de seu trabalho, dando conta de suas experiências em sala de aula e sugerindo as ricas possibilidades contidas nesse espaço quando ele é enfrentado pela busca do novo. Simultaneamente, discutem o estado atual de diferentes aspectos da aprendizagem de História — do livro didático à identidade entre pesquisa e ensino, dos projetos oficiais de treinamento de professores a soluções teóricas oferecidas para o que alguns consideram crise do ensino de História. (...) Patrocinando sua publicação, a ANPUH aprofunda um diálogo, sempre presente em suas atividades, com Professores de História de todos os níveis de ensino e demais interessados pelos problemas aqui discutidos."

O livro pode ser adquirido pelo correio, mediante remessa de Cr$ 4.400,00 à Secretaria da ANPUH (Caixa Postal 8105 — CEP 05508 — São Paulo — SP).

XII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA.

Realizou-se em Salvador, BA, de 17 a 23 de julho de 1983, o XII Simpósio Nacional de História, promovido pela ANPUH, que contou com o financiamento do CNPq.

Na próxima edição da *Revista Brasileira de História*, apresentaremos um noticiário completo dessa promoção.

Esta revista foi composta pela LINOLIVRO em corpo 10, Times Roman, e impressa pela Editora Vozes Ltda., para a Editora Marco Zero, em junho de 1984.

CONHEÇA A REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA

Para atingir um público maior de estudiosos de História, levando ao seu conhecimento a produção histórica gerada em diversos centros de pesquisa, a REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA — publicada desde 1981 — inicia, com este seu 6.º número, uma nova fase que estará também nas livrarias.

Neste número: À LUCTA, TRABALHADORES!

ARTIGOS de

Peter Linebaugh — TODAS AS MONTANHAS ATLÂNTICAS ESTREMECERAM 7
Edgar Salvadori de Decca — A CIÊNCIA DA PRODUÇÃO: FÁBRICA DESPOLITIZADA 47
Verena Stolcke e Michael Hall — A INTRODUÇÃO DO TRABALHO LIVRE NAS FAZENDAS DE CAFÉ DE SÃO PAULO 80

RESENHAS de

Peter L. Eisenberg — A ESCRAVIDÃO NAS AMÉRICAS: GENOVESE EM PORTUGUÊS 123
Maria Celia Paoli, Eder Sáder, Vera da Silva Telles: PENSANDO A CLASSE OPERÁRIA: OS TRABALHADORES SUJEITOS AO IMAGINÁRIO ACADÊMICO 129
NOTICIÁRIO 151

Uma publicação da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA — ANPUH — em co-edição com a Editora MARCO ZERO.

EDITORA
MARCO ZERO